



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

KEYLA ROSA DE FARIA

**BIBLIOTECA ESCOLAR NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM
DA/O ESTUDANTE COM SÍNDROME DE DOWN**

GOIÂNIA

2017

KEYLA ROSA DE FARIA

**BIBLIOTECA ESCOLAR NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM
DA/O ESTUDANTE COM SÍNDROME DE DOWN**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Biblioteconomia, na
Faculdade Informação e Comunicação, da
Universidade Federal de Goiás.

Orientadora: Prof.^a Dra. Andréa Pereira dos
Santos.

Coorientadora: Prof.^a Dra. Ana Flávia Teodoro
de Mendonça Oliveira.

GOIÂNIA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Faria, Keyla Rosa de

F224b Biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem da/o estudante com Síndrome de Down / Keyla Rosa de Faria – 2017.
102 f., il. col.

Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia)–Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, 2017.

Orientadora: Prof.^a Dra. Andréa Pereira dos Santos.

Coorientadora: Prof.^a Dra. Ana Flávia Teodoro de Mendonça Oliveira.

1. Biblioteca escolar. 2. Aprendizagem. 3. Síndrome de Down. 4. Deficiência intelectual. I. Título.

CDU: 027-8


ATA DA SESSÃO DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Às dez dias do mês de outubro de 2017, a partir das 14:30h, no Auditório da FIC-UFG, foi realizada a sessão de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso do discente Keyla Rosa de Faria com o título **BIBLIOTECA ESCOLAR: MEDIADORA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO ESTUDANTE COM SÍNDROME DE DOWN**, orientada pela Prof.^a Dra. Andréa Pereira dos Santos e coorientado pela Prof.^a Dra. Ana Flávia Teodoro de Mendonça Oliveira.

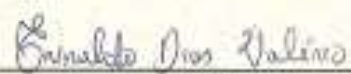
A Banca Examinadora foi composta pelo professor Prof. M.e. Erinaldo Dias Valério

Às 14:30h, a Banca Examinadora passou a julgamento, tendo a candidata sido Aprovada com nota 10,0, resultante da média entre as notas dos membros da Banca.

Prof. Dr. Andréa Pereira dos Santos
Curso de Biblioteconomia
FIC/UFG

Prof.^a 
Presidente da Banca Avaliadora

Prof.^a 
Coorientadora

Prof. 
Avaliador

Dedico este trabalho a minha amada mãe Judite Rosa (in memoriam) que em sua incansável luta sempre me incentivou aos estudos. Apesar da sua ausência física, os seus ensinamentos permaneceram em minha memória, e foram essenciais para esta conquista.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus e Pai por me conceder o dom da vida e a inteligência necessária para aprender na longa jornada da vida.

A Prof.^a Dra. Andréa por sua paciência e espírito alegre, os quais contribuíram para amenizar o nervosismo, próprio desse momento. Obrigada por me incentivar a seguir adiante, acreditando na minha capacidade.

A Prof.^a Dra. Ana Flávia que com carinho aceitou o convite para ser coorientadora. Os seus ensinamentos sobre a educação inclusiva forneceu subsídios essenciais na construção deste material.

Ao Prof. M.e Erinaldo por aceitar o convite de ser examinador deste trabalho. Agradeço de coração às suas críticas em sala de aula, muito construtiva.

Ao o corpo docente do Curso de Biblioteconomia. Difícil expressar o meu sentimento de gratidão a essas professoras e professores que tanto contribuíram na minha formação acadêmica.

A minha querida irmã Tatiane Silva, exemplo de força e fé. Obrigada por seu apoio. Foi difícil, mas conseguimos.

A Victória Pollyana minha amada sobrinha, fonte de inspiração para este trabalho. Obrigada por seu amor incondicional!

A Protásio Rosa e Juliêta Rosa meus avós maternos (*in memorian*) por dedicarem seu tempo na construção da minha educação.

A minha filha Sara Raquel presente de Deus em minha vida. Obrigada por compreender os momentos de ausência.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente auxiliaram na elaboração deste trabalho.

“[...] diga o fraco: Eu sou forte”.

Joel 3:10b.

RESUMO

Analisa a atuação da biblioteca escolar, no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com síndrome de Down da rede municipal de ensino de Aparecida de Goiânia. Empregou-se pesquisa de campo de caráter exploratória visando explicitar o ambiente estudado, empregando a abordagem qualitativa, a qual permitiu valorizar as atitudes, crenças e as particularidades do estudante com Down. Utilizou-se como instrumento na pesquisa para a coleta de dados o questionário com 32 questões, sendo 25 abertas e 7 fechadas abertas e fechadas. Os resultados demonstraram pontos positivos e negativos com relação à atuação da biblioteca escolar e o estudante com Down. Destaca Dentro dos positivos destacamos a presença da biblioteca escolar e do profissional bibliotecário em 90% das escolas pesquisadas e a existência de professor de apoio para todos os estudantes com deficiência. Os negativos foram ausência de ações propícia para os estudantes Down; a omissão do professor regente; a falta de comunicação e interação entre as profissionais – bibliotecária e professor. Esses fatores comprometeram significativamente o processo evolutivo dos estudantes com Down. Portanto, a atuação da biblioteca escolar com relação ao ensino-aprendizagem dos estudantes Down ainda é precária, mesmo porque a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência é recente. Apesar de a educação inclusiva ser efetivada politicamente, falta implementar a humanização para com esses estudantes. Conclui-se que as profissionais que atuam nas bibliotecas pesquisadas, desenvolvem ações de incentivo à leitura, mas encontram dificuldades em estabelecer relacionamento com os estudantes Down, limitando o processo de aprendizagem. Afirma que a biblioteca é o lugar propício para a sociabilização, pois nela os leitores podem sonhar e imaginar um mundo diferente do que ele vivencia, e a partir disso mudar sua perspectiva e se sentir incluído. Sugere-se a necessidade de realizar cursos de capacitação para que estas profissionais saiba utilizar os jogos e recursos disponíveis na biblioteca aos alunos com deficiência intelectual.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Biblioteca inclusiva. Bibliotecária-escolar. Síndrome Down. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

It analyzes the performance of the school library in the teaching-learning process of students with Down syndrome of the municipal school system of Aparecida de Goiânia. Exploratory field research was used to explain the studied environment, using the qualitative approach, which allowed to value the attitudes, beliefs and particularities of the student with Down. The questionnaire with 32 questions was used as an instrument for the data collection, 25 of which were open and 7 were closed and closed. The results showed positive and negative points regarding the performance of the school library and the student with Down. Highlights Among the positives we highlight the presence of the school library and the professional librarian in 90% of the schools surveyed and the existence of a teacher of support for all students with disabilities. The negatives were absence of actions conducive to Down students; the omission of the regent teacher; the lack of communication and interaction between professionals - librarian and teacher. These factors significantly compromised the evolutionary process of students with Down. Therefore, the performance of the school library in relation to the teaching-learning of Down students is still precarious, even though the Brazilian Law on inclusion of the disabled person is recent. Although inclusive education is politically effective, it is necessary to implement humanization toward these students. It is concluded that the professionals who work in the libraries researched, develop actions to encourage reading, but find difficulties in establishing relationships with Down students, limiting the learning process. He affirms that the library is the right place for socialization, because in it readers can dream and imagine a world different from what they experience, and from this change their perspective and feel included. It is suggested the need to conduct training courses so that these professionals can use the games and resources available in the library to students with intellectual disabilities.

Keywords: School library. Inclusive library. School librarian. Down syndrome. Teaching-learning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cariótipo da trissomia 21 simples.....	22
Figura 2 - Cariótipo da trissomia 21 por translocação no cromossomo 14.....	22
Figura 3 - Vivência escolar de Victória Pollyana.....	99
Figura 4 - A juventude de Victória Pollyana.....	99

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Faixa etária das profissionais pesquisadas	54
Gráfico 2 - Formação acadêmica das profissionais pesquisadas	54
Gráfico 3 - Capacitação para trabalhar com a deficiência intelectual	57
Gráfico 4 - Período de atuação profissional na biblioteca atual	59
Gráfico 5 - Carga horária de trabalho na biblioteca atual.....	59
Gráfico 6 - Faixa etária dos estudantes com SD.....	61
Gráfico 7 - Série que os estudantes estão matriculados	62
Gráfico 8 - Alfabetização dos estudantes com SD	63
Gráfico 9 – A conceituação de objetos pelos estudantes SD.....	64
Gráfico 10 - Os estudantes frequentam a biblioteca escolar	65
Gráfico 11 - A frequência no uso da biblioteca por estudantes SD.....	66
Gráfico 12 - Comportamento dos estudantes SD na biblioteca escolar	67
Gráfico 13 - Dificuldades encontradas para trabalhar com as pessoas com SD.....	68
Gráfico 14 - Horário de funcionamento da Biblioteca Escolar	69
Gráfico 15 - Usuários da biblioteca escolar.....	70
Gráfico 16 - A frequência da família na biblioteca escolar	71
Gráfico 17 - A biblioteca escolar como espaço inclusivo	72
Gráfico 18 - Jogos e recursos educacionais para o SD.....	73
Gráfico 19 - Recursos utilizados com o SD	74
Gráfico 20 - Ações elaboradas na biblioteca específicas para o SD	75
Gráfico 21 - Barreiras encontradas no desenvolvimento de ações para o SD.....	76
Gráfico 22 - A influência da biblioteca escolar na aprendizagem do SD.....	77
Gráfico 23 - Relação das atividades que podem ser desenvolvidas para o SD	78
Gráfico 24 – Presença de professor de apoio	79
Gráfico 25 - Professores regentes e a biblioteca escolar	80
Gráfico 26 - Tipo de materiais utilizado pelos professores	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação das Bibliotecas Escolares no período do Brasil-Colônia.....	38
Tabela 2 - Histórico da implantação de Bibliotecas em Goiás	49
Tabela 3 - Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade	51
Tabela 4 - Formação acadêmica das profissionais pesquisadas	56
Tabela 5 - Outros aspectos que impedem o desenvolvimento de ações para o SD.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BE	Biblioteca Escolar
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CIFS	Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
DSE	<i>Down Syndrome Education Internacional</i>
EM	Escola Municipal
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
GEBE	Grupo de Estudos em Bibliotecas Escolares
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases Nacional
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
PNBE	Plano Nacional de Bibliotecas na Escola
RMD	Relatório Mundial sobre a Deficiência
SD	Síndrome de Down
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
UFG	Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	16
2.1	AMOSTRA.....	16
2.2	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	16
2.3	COLETA DE DADOS	17
3	COMPREENDENDO A SÍNDROME DE DOWN	20
3.1	EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTEXTOS HISTÓRICOS	24
3.1.1	Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência	26
3.1.2	Aprendizagem do estudante com síndrome de down.....	29
4	BIBLIOTECA ESCOLAR: CONTEXTO HISTÓRICO, TEÓRICO E CONCEITUAL.....	35
4.1	BIBLIOTECA ESCOLAR NO CONTEXTO BRASILEIRO	37
4.1.1	Biblioteca escolar inclusiva	43
4.2	BIBLIOTECA ESCOLAR EM APARECIDA DE GOIÂNIA	48
5	A INFLUÊNCIA DA BIBLIOTECA ESCOLAR NA APRENDIZAGEM: ANÁLISE DOS DADOS.....	53
5.1	O PERFIL DAS PROFISSIONAIS PESQUISADAS	53
5.2	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDANTES COM SÍNDROME DE DOWN ...	61
5.3	O CONTEXTO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES DE APARECIDA DE GOIÂNIA.....	69
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
	REFERÊNCIAS	87
	APÊNDICE A – Questionário sobre biblioteca escolar e o SD	97
	APÊNDICE B – As muitas facetas de Victória Pollyana.....	99
	ANEXO A– Termo de anuência	100
	ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE	101

1 INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência enfrentam inúmeros desafios na sociedade atual e às barreiras atitudinais apresentam-se como desrespeito quanto à educação especial na perspectiva da educação inclusiva. O presente trabalho objetiva analisar a atuação da biblioteca escolar, no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com síndrome de Down da rede municipal de ensino de Aparecida de Goiânia.

Milanesi (2016, informação verbal)¹ salientou que os estudos sobre biblioteca escolar no Brasil são escassos e desatualizados, datam da década de 1980, necessitando assim de investimentos em pesquisa sobre a temática, da atuação da biblioteca escolar e a sua função dentro do ambiente da escola.

A partir do discurso desse pesquisador da área de Biblioteca escolar, e em virtude do reduzido número de estudos que evidenciam a importância da biblioteca para o processo de aprendizagem dos estudantes com SD, **justifica-se** esta pesquisa, a qual contribuirá aos futuros estudos dentro desta temática. Outra fonte inspiradora da autora é o convívio com sua sobrinha Victória, que é síndrome de Down. A família vivenciou momentos de dor e rejeição por parte da sociedade despreparada para a inclusão, onde as pessoas se julgam superiores, e o ser diferente, é sinônimo de rejeição. Ao chegar o período de ir à escola, não imaginavam ser tão tortuoso. Vivenciaram a carência de informação dos profissionais ligados à educação. No Apêndice B contém fotos de momentos vividos na escola por Victória Pollyana.

Justifica-se também que os estudos na área de educação inclusiva e biblioteconomia são escassos, segundo pesquisa efetuada em bases de dados científicas, tais como, Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os documentos recuperados nessas bases de dados foram: BRAPCI - 06 registro como biblioteca inclusiva, sendo que nenhum sobre deficiência intelectual; com os termos "biblioteca" e "síndrome de down" recuperou 1 registro, no qual o assunto é a inclusão de forma global sem a especificidade Down; ao buscar pelo termo "síndrome de Down" recuperou 6 registros e nenhum fala sobre a biblioteca e o Down.

A busca na base de dados Google Acadêmico com os termos "biblioteca" e

¹ MILANESI, L. A. **Luis Augusto Milanesi**: palestra. [out. 2016]. Goiânia: UFG, 2016. Palestra realizada na Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, promovido pela Biblioteca Central UFG.

"síndrome de down" recuperou-se 171 itens, dos quais, 2 inclusão de deficientes intelectuais em bibliotecas públicas, 3 a biblioteca e o down e os outros quantitativos estão relacionados a educação inclusiva em geral. A pesquisa na base de dados Scielo pelos termos biblioteca e Down recuperou 3 itens, que não correspondiam a solicitação da pesquisa. Ao buscar biblioteca escolar e síndrome de Down - não foi recuperado nenhum documento. Na CAPES os documentos recuperado na pesquisa com termos biblioteca escolar inclusiva - recuperou 150 artigos, sendo que, a maioria discute a temática inclusão de forma geral, sem abordar a biblioteca. Buscou-se pelos termos biblioteca e Down - recuperou 196 documentos se ter nenhuma relação com o solicitado - recuperou material ligados à educação e medicina.

Evidencia a partir dos documentos recuperados nas bases de dados a importância do trabalho, uma vez que o mesmo lança um olhar sobre esse espaço deveras importante no processo de aprendizagem desses estudantes. Pretende-se investigar os ambientes, de forma que, torne mais explícito à atuação da biblioteca escolar com relação aos leitores Síndrome de Down (SD) e quais as ações promovidas para a aprendizagem, desses usuários.

A justificativa para o ambiente da pesquisa, ou seja, o município de Aparecida de Goiânia deve-se ao fato de que, no ano de 2004 foi homologado o cargo de bibliotecário na cidade, e em 2013 ocorreu o primeiro edital, no qual selecionaram 24 profissionais bibliotecários para atuar nas escolas do município. Justificando assim, a preferência em colher os dados nas escolas da referida cidade por possuírem Biblioteca com bibliotecários.

Buscou-se por meio da **problematização** responder ao seguinte questionamento: como a biblioteca escolar favorece o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem dos estudantes da rede municipal de educação de Aparecida de Goiânia com Síndrome de Down? Certificando por intermédio da **hipótese** que, se há, incentivo a leitura para o estudante com SD, logo há mais possibilidades para o desenvolvimento da aprendizagem. A escolha por este assunto deve-se a alguns pressupostos: 1. Se a biblioteca escolar, e a família estimulam a leitura, então a construção de conceitos e aprendizagem é alcançada; 2. Se inexistir recursos financeiros, humanos e de formação, então a biblioteca escolar é ineficiente, para a aquisição da aprendizagem.

O despreparo dos profissionais da educação para lidar com a inclusão assemelha-se ao momento vivido na década de 1970, quando a LDB/1971 regulamentou a integração das crianças com deficiência às salas de aulas regulares. Sendo que, a falta

de informação e capacitação dos professores fez com que os estudantes saíssem do ensino regular e retornassem para as salas da educação especial, segregando essas crianças ao convívio social. As dificuldades persistem no século XXI - pouco, pouquíssimo mudou na formação desses profissionais. Essas questões impulsionaram a pesquisar e verificar como a Biblioteca Escolar pode contribuir para a aprendizagem e inclusão dos estudantes Down, uma vez que o espaço da biblioteca deve ser democrático e acolhedor para todas as crianças, inclusive para as que têm alguma deficiência.

Gil (2010, p. 1) define “pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. E na busca por essas respostas, este estudo tem por **objetivo geral**: analisar a atuação da biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com Síndrome de Down da rede municipal de ensino de Aparecida de Goiânia. E por meio dos **objetivos específicos**: 1. compreender em que medida a biblioteca tem favorecido o processo de ensino aprendizagem dos alunos com síndrome de Down. 2. identificar se os recursos utilizados na biblioteca são acessíveis ao estudante com síndrome de Down. 3. analisar as ações desenvolvidas na biblioteca escolar para os estudantes com síndrome de Down.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi utilizada pesquisa de campo e exploratória visando explicitar o ambiente estudado. Empregou-se a abordagem qualitativa, a qual permitiu valorizar as atitudes, crenças e as particularidades do sujeito estudado.

O presente trabalho estrutura-se em quatro capítulos, o primeiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos, orientando o leitor para os meios utilizados para a construção da pesquisa. No segundo capítulo descreve sobre o que é a SD a partir do debate entre diversos especialistas da área. Explica os contextos históricos da educação inclusiva, bem com as políticas públicas que ampara a inclusão da pessoa com deficiência. Relata sobre a aprendizagem e de que forma pode ser adquirida pelo SD. O terceiro capítulo retrata a história da biblioteca escolar desde os primórdios até a atualidade, enfatizando o contexto brasileiro, e especificamente as bibliotecas escolares do município de Aparecida de Goiânia. Neste capítulo foi abordada a importância da biblioteca inclusiva e a relevância na formação do bibliotecário escolar para o atendimento das pessoas com deficiência. No quarto capítulo são apresentadas as avaliações dos dados, os resultados da pesquisa representada em gráficos e tabelas. Por fim as considerações finais, abordando todo o contexto estudado.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho está vinculado ao projeto “A leitura e suas concepções teóricas, históricas e conceituais: perspectivas no campo do letramento informacional, da comunicação e comportamento informacional em diferentes instâncias educacionais formais e informais”, coordenado pela Prof.^a Dra. Andréa Pereira dos Santos, aprovado em Comitê de Ética, conforme o protocolo nº 41236915.8.0000.5083.

Compreende-se por campo de pesquisa, o “recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação”. Minayo (2006 apud MINAYO, 2009, p. 31). Assim sendo, o recorte desta pesquisa é identificar na rede municipal de ensino de Aparecida de Goiânia, as escolas que contém no seu espaço físico Biblioteca e estudantes com síndrome de Down no ensino fundamental, e analisar as ações desenvolvidas na biblioteca que contribuem para o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes pesquisados.

2.1 AMOSTRA

Conforme dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Aparecida de Goiânia (SEMEC, 2017, informação verbal)² a rede municipal de ensino na gestão 2015-2016 é composta por 72 instituições, sendo 14 Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEI), 4 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), e 54 Escolas Municipais (EM).

Desse universo, apenas 54 escolas correspondem ao perfil da pesquisa - o ensino fundamental. A partir dessa primeira filtragem foram escolhidas 12 escolas que possuem as características exigidas para a execução desta pesquisa, ou seja, a biblioteca e o SD, mas apenas 8 escolas responderam e participaram da pesquisa. Perfazendo quase 15% do total das escolas de ensino fundamental do município.

2.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa científica é o meio pelo qual, os pesquisadores podem comprovar as suas indagações. Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 57) dizem que, a pesquisa parte “de

²APARECIDA DE GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Educação. **Relação das escolas do município no período de 2015-2016**. [maio 2017]. Entrevistadora: Keyla Rosa de Faria. Aparecida de Goiânia: SME, 2017. Informação concedida para esta pesquisa.

uma dúvida ou problema e, com o uso do método científico, busca uma resposta ou solução”. Quando não se dispõe de dados ou informação aceitável sobre um questionamento, propõe-se a pesquisa. A pesquisa procede da racionalidade e da ordenação, objetivando responder aos problemas propostos (GIL, 2010, p. 1).

A partir dessas definições e pela escassez de material produzido sobre o SD e a Biblioteca escolar, utiliza a pesquisa exploratória por método, uma vez que essa “têm como propósito proporcionar familiaridade com o problema, com vista torná-lo mais explícito” (GIL, 2010, p. 27), além de proporcionar flexibilidade na elaboração, valorizando a diversidade da realidade pesquisada. A presente pesquisa analisa as escolas da rede municipal de ensino da cidade de Aparecida de Goiânia, que contenha em seu espaço físico a Biblioteca e estudante com SD.

Considerando que o objeto do presente estudo é a biblioteca escolar como no processo de ensino aprendizagem dos estudantes com síndrome de Down, emprega abordagem qualitativa, o que se justifica pela própria especificidade dos sujeitos – biblioteca e alunos com Down - pois como afirma Minayo (2009, p. 21) “a pesquisa qualitativa responde questões muito particulares. [...], ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

Portanto esta pesquisa pretende explorar e analisar esse grupo em questão, observando seus valores, e as barreiras atitudinais para com esse grupo de estudantes. Não há interesse por parte da autora em mensurar a aprendizagem desses estudantes, uma vez que esse tipo de estudo requer a atuação de multiprofissionais – educador, psicólogos, neurologista, fonoaudiólogo, dentre outros especialistas - que o acompanhe por um período de tempo, podendo assim mensurar a aquisição da aprendizagem. Este trabalho visa conhecer as ações desenvolvidas pela biblioteca e os recursos utilizados no aprimoramento das habilidades dos estudantes SD, bem como a influência desses no processo de ensino e aprendizagem dos referidos estudantes.

2.3 COLETA DE DADOS

Na pesquisa qualitativa, muitos são os instrumentos para a coleta de dados, mas segundo Minayo (2009, p. 63) dois instrumentos apresentam como principais a observação e a entrevista.

Triviños (1987) diz que a entrevista semiestruturada e os questionários abertos

são instrumentos decisivos na análise dos procedimentos qualitativos, principalmente para o pesquisador que considera a participação do sujeito.

Mas, sem dúvida alguma, o pesquisador qualitativo, que considera a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico, apóia-se em técnicas e métodos que reúnem características *sui generis*, que ressaltam sua implicação e da pessoa que fornece as informações. Neste sentido, talvez sejam a entrevista semi-estruturada, a entrevista aberta ou livre, o questionário aberto, a observação livre, o método clínico e o método de análise de conteúdo os instrumentos mais decisivos para estudar os processos e produtos nos quais está interessado o investigador qualitativo (TRIVIÑOS, 1987, p. 38).

Por isso, esta pesquisa utiliza na coleta dos dados o questionário com 32 questões, sendo 25 abertas e 7 fechadas - as perguntas do questionário encontra-se no Apêndice A. Permitindo assim a interação do pesquisador com o sujeito estudado, valorizando a sua fala, seus valores e crenças. Trazendo riqueza para o material coletado.

Como foi citado no tópico 2.2 a SEMEC de Aparecida de Goiânia forneceu a relação com os dados de contato das 72 escolas vigentes no município, dessas somente 54 escolas fazem parte do primeiro perfil analisado, ou seja, estudantes do ensino fundamental; as outras 18 escolas fazem parte da educação infantil do município.

A partir dessa primeira análise foi enviada mensagem por email no mês de maio 2017, para as 54 escolas que compõem o ensino fundamental, questionando se a mesma possuía biblioteca e estudante com SD matriculados no vigente ano. Dessas instituições apenas oito retornaram o email com resposta, sendo que apenas cinco encaixavam dentro do perfil da pesquisa.

Devido ao número reduzido de respostas houve a necessidade de usar outro meio de comunicação mais direto e eficaz – o telefone. Por meio dessas ligações obteve-se: a confirmação sobre a presença da biblioteca no espaço físico da escola, e do estudante SD. Como forma de aproveitar o contato questionara alguns dados sobre os estudantes matriculados, tais como: o ano que está cursando, a idade, e a confirmação da presença ou não do profissional bibliotecário. Foram contatadas ao todo 15 escolas, das quais 12 confirmaram a presença da biblioteca e do estudante com SD, em algumas escolas o profissional bibliotecário como responsável pela biblioteca.

No final do mês de junho de 2017 foi enviado o questionário pela ferramenta Google Formulários às 12 escolas selecionadas.

Os dados históricos e as legislações sobre a história da educação do município foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e consulta à SEMEC, mas os entraves

burocráticos não permitiram aprofundar na história educacional da referida cidade. Desta forma, foi solicitada por meio da Lei de Acesso à Informação do município, no site da Prefeitura Municipal, mas o retorno não veio, o que me levou a entrar em contato via ligação telefônica para a SEMEC.

A partir dessa conversa verificou-se a necessidade de buscar informações junto a instâncias maiores, ou seja, Ministério da Educação (MEC). Solicitou-se no site do MEC, por meio da Lei de Acesso à Informação, dados complementares sobre a história da educação no município, a homologação do cargo de bibliotecário, a lei de regulamentação das bibliotecas escolares municipais, e dados quantitativos das matrículas efetuadas de 2000 a 2016. O retorno com parte dos dados solicitados foi enviado dentro do prazo máximo exigido, que são os 20 dias.

O capítulo 3 a seguir apresenta a historicidade da síndrome de Down em seu aspecto biológico, bem como os contextos históricos da educação inclusiva, por meio dos movimentos políticos e sociais que demarcaram esse processo. Finalizando o capítulo sobre os métodos que envolvem a aprendizagem do Down.

3 COMPREENDENDO A SÍNDROME DE DOWN

Sociedade é um agrupamento de seres que convivem em estado de colaboração mútua, e organizado por algumas regras. De acordo com Berger e Berger (1977, p. 200) o nascimento é a primeira experiência social da criança, num mundo repleto de experiências infinitas.

Para a família a chegada do bebê é algo esperado com muita ansiedade e expectativa. Mas quando a criança chega, e junto com a mesma vem algumas anormalidades genéticas, a família então, entra no que é denominado “luto”. Aqui a palavra luto tem uma conotação diferente, pois não se refere à morte no seu sentido literal, mas se refere à morte dos sonhos, perspectivas, desejos e planos elaborados durante todo o período gestacional para a criança tão esperada.

E assim é a SD, alteração genética que ocorre devido à presença de um cromossomo a mais no par 21. Segundo o Ministério da Saúde nasce no Brasil uma criança SD a cada 600 e 800 nascimentos, e isso independe de raça, gênero ou classe social (BRASIL, 2013, p. 9).

Segundo Dalla Déa e Duarte (2009, p. 24) as características do indivíduo com Down são formadas pelas informações vindas dos pais por meio de suas dominâncias. A criança carrega tanto as características familiares, quanto às características provenientes da SD. Mas o seu desenvolvimento dependerá da estimulação, da educação, do ambiente familiar, do tratamento clínico e da alimentação. Sendo assim, essas pessoas apesar de similaridades fenotípicas são diferentes na sua constituição familiar, social, educacional e cultural.

No que diz respeito ao histórico do descobrimento da SD consta que, a primeira vez que se comentou sobre a descrição dessa síndrome foi em 1866 por John Langdon Down - pediatra inglês que trabalhava na enfermaria do Hospital John Hopkins - e por trabalhar com os pacientes com deficiência intelectual, ele classificou todos os pacientes por seu fenótipo. O termo clínico utilizado pelo médico para identificar essas pessoas foi “*idiotia mongólica*”, por apresentarem fissura palpebral oblíqua, nariz plano, baixa estatura e déficit intelectual (BRASIL, 2013, p. 9-10).

Mas em 1958 o Dr. Lejeune médico francês e seus colaboradores descobriram a alteração no cromossomo 21, e para homenagear ao Dr. John Langdon Down, denominaram todas as pessoas que apresentavam alteração no respectivo cromossomo, como Síndrome de Down. Para Dalla Déa e Duarte (2009, p. 26) “a alteração genética,

presente na pessoa com síndrome de Down, consiste na presença de um cromossomo extra no par 21, sendo assim, receberá 47 cromossomos”.

Essa foi a origem da denominação Síndrome de Down, “síndrome” por representar sintomas e sinais, e “Down” em homenagem ao médico que assim os classificaram. O termo mongolismo popularizou pelas características semelhantes ao povo da Mongólia, no entanto Sasaki (2003) considera esse termo pejorativo, e deve ser evitado, “A palavra mongol e mongolóide refletem o preconceito racial da comunidade científica do século 19”. De acordo com Sasaki (2003), os termos considerados corretos para se referir as pessoas com síndrome de Down são: pessoa com síndrome de Down, criança com Down, uma criança Down.

No ano de 2013 o Ministério da Saúde informou quanto às três formas ocorridas no cromossomo 21, que podem ser: trissomia simples, translocação e mosaicismo. Apesar das diferenças o cromossomo alterado sempre será no par 21.

Trissomia simples – causada por não disjunção cromossômica geralmente de origem meiótica, ocorre em 95% dos casos de SD, é de ocorrência casual e caracteriza-se pela presença de um cromossomo 21 extra livre, descrito da seguinte forma no exame de cariótipo: 47, XX + 21 para o sexo feminino e 47, XY + 21 para o sexo masculino;

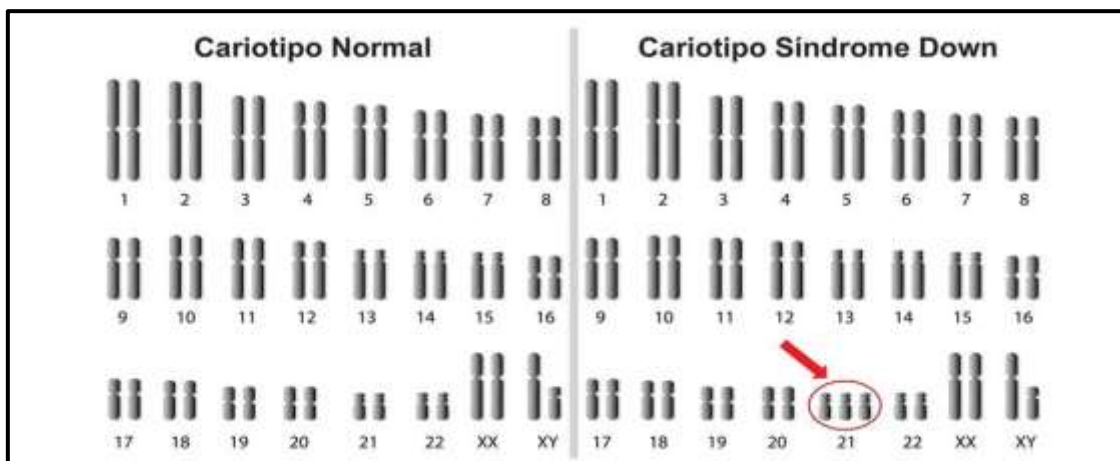
Translocação – também chamadas de translocações Robertsonianas (rearranjos cromossômicos com ganho de material genético), ocorrem entre 3 a 4% dos casos de SD, pode ser de ocorrência casual ou herdada de um dos pais. A trissomia do cromossomo 21 neste caso é identificada no cariótipo não como um cromossomo livre e sim translocado (montado/ligado) a outro cromossomo, mais frequentemente a translocação envolve o cromossomo 21 e o cromossomo 14. No exame do cariótipo é descrito como: 46, XX, t(14; 21) (14q21q) para sexo feminino e 46, XY, t(14; 21) (14q21q) para sexo masculino;

Mosaico – detecta-se entre 1 a 2% dos casos de SD, é também de ocorrência casual e caracteriza-se pela presença de duas linhagens celulares, uma normal com 46 cromossomos e outra trissômica com 47 cromossomos sendo o cromossomo 21 extra livre (BRASIL, 2013, p. 21-22).

Assim, a SD pode ser percebida pelo fenótipo - primeira definição - ou pelo genótipo - definido através do cariótipo, que são os estudos genéticos da família, e somente o genótipo define a qual das três alterações a criança pertence, ou seja, trissomia simples, translocação ou mosaico.

Na Figura 1 abaixo demonstra o cariótipo com as divisões cromossômicas dentro do padrão normal, e o cariótipo da Trissomia 21 simples, ou seja, um cromossomo a mais no par 21.

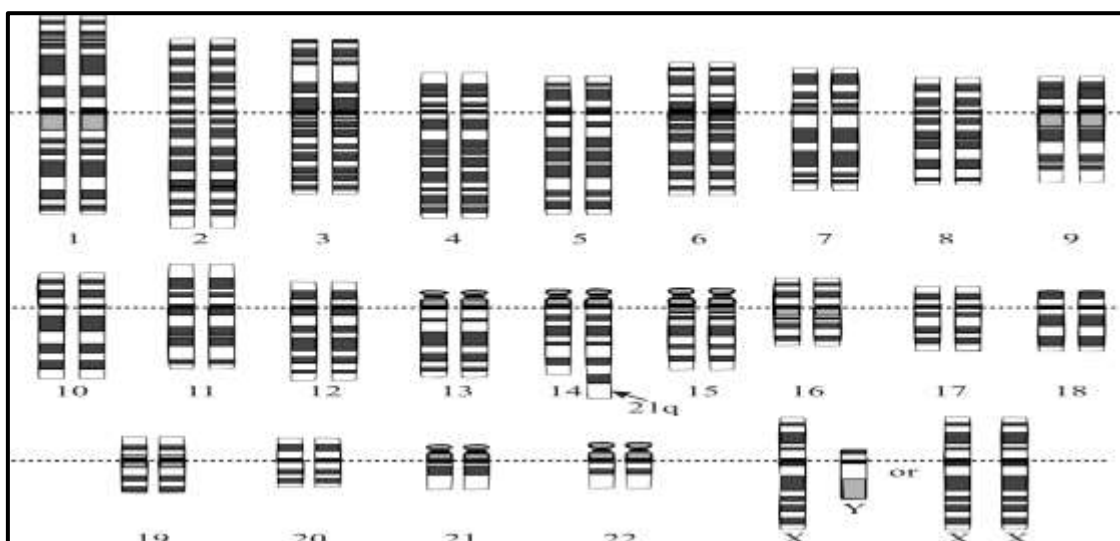
Figura 1 - Cariótipo da trissomia 21 simples



Fonte: Dr. Fernando Bragança, 2016.³

A Figura 2 representa a Trissomia 21 por translocação, isto é, o cromossomo extra do par 21 ficará agarrado a outro cromossomo. Os cromossomos mais frequentes para essa translocação são os pares 13, 14, 15, o próprio 21 e o 22. E essa trissomia é conhecida como parcial, e é importante saber se uma criança possui a translocação, pois em um terço dos casos desse tipo de trissomia, os pais carregam na sua genética a trissomia, mesmo não apresentando diferenças no seu fenótipo e nem na sua capacidade intelectual.

Figura 2 - Cariótipo da trissomia 21 por translocação no cromossomo 14



Fonte: Khan Academy, 2017⁴.

³BRAGANÇA, Fernando. Síndrome de down: translucência nucal. **Blog Fernando Bragança** (pediatria e homeopatia), Niterói, RJ, 21 dez. 2016. Disponível em: <<http://fernandobraganca.com.br/tag/sindrome-de-down/>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

⁴TRANSLOCAÇÕES na linha germinal. **Khan Academy**, New Orleans, 2017. Disponível em: <

Conforme a Organização Mundial da Saúde (2011, n/p.) um fator que requer olhar atento por parte dos familiares é a questão da saúde, pois 50% das crianças nascem com cardiopatias congênitas, além das cardiopatias, 80% são acometidas de deficiência auditiva. Diante desses dados as crianças devem ser acompanhadas por especialistas nessas áreas da saúde.

Para, além disso, o bebê com SD precisa ser estimulado por parte da família e dos especialistas, para desenvolver e aperfeiçoar as suas habilidades. Portanto as visitas nos especialistas tornar-se-ão rotina. Mas apesar das singularidades,

A síndrome de Down é uma das anomalias cromossômicas mais frequentes encontradas e, apesar disso, continua envolvida em idéias errôneas [...] Um dos momentos mais importantes no processo de adaptação da família que tem uma criança com síndrome de Down é aquele em que o diagnóstico é comunicado aos pais, pois esse momento pode ter grande influência em sua reação posterior (MUSTACCHI, 2000, p. 880).

Percebe-se na fala do Dr. Zan Mustacchi (2000) o quanto as atitudes de preconceitos ainda circundam as crianças, jovens e adultos com SD. Ora em plena sociedade da informação e muitos ainda desconhecem que a SD não é doença, e muito menos contagiosa.

Vale salientar que, a mudança de pensamento tanto por parte dos pais enlutados, como da própria sociedade a respeito dessas pessoas acontecerá a partir da convivência, isto é, quando a inclusão ocorrer de fato nas escolas de ensino regular, assim terão a possibilidade de conhecer o que antes era desconhecido. Quando tal fato acontecer em determinada família saberão lidar com a notícia de forma racional e natural, sem conflitos internos ou psicológicos.

A elaboração deste capítulo logo no início foi intencional, para que o leitor possa compreender o que é a Síndrome de Down. Podendo assim agregar conhecimento sobre esse sujeito, às vezes subjugado e estereotipado pela sociedade. É evidente que há limitações, mas essas não impedem as crianças de se desenvolverem, mesmo que seja no tempo delas.

Abordaremos no tópico a seguir algumas das políticas públicas de inclusão das pessoas com deficiência. Somente a convivência e o respeito tornarão a nossa sociedade mais tolerante e justa.

3.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTEXTOS HISTÓRICOS

O tema inclusão escolar tem sido muito discutido em nossa atualidade, apesar dos inúmeros estudos a respeito desta temática, as práticas efetivas são superficiais. A grande dificuldade na implementação das políticas públicas voltadas à área da inclusão escolar, ocorre devido aos estereótipos que se tem a respeito das pessoas com deficiência na sociedade atual, a qual inverte os valores.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) garante que “toda pessoa tem direito à educação” (UNESCO, 1998). As diferenças econômicas, sociais e culturais demonstraram que os esforços não foram suficientes para combater o analfabetismo e proporcionar educação para todos, conforme proposto na Declaração, uma vez que no Brasil, conforme censo do IBGE (2010) a taxa de analfabetismo chega aos 9,5%.

Esses estereótipos ou essas representações são repassados às novas gerações, de modo que, chegam às escolas carregadas de preconceitos. A falta de formação dos professores sobre a inclusão coopera para segregar e excluir os alunos com deficiência. Mantoan (2003) revela as várias facetas da inclusão, e questiona o posicionamento das escolas, no que concerne ao conteúdo e atividades aplicadas aos alunos com necessidades educacionais especiais.

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela (MANTOAN, 2003, p. 14).

No que diz respeito aos movimentos internacionais, destaca-se a Conferência Mundial em Jomtien, Tailândia (1990) com a temática “Educação Para Todos”, tendo como meta a educação básica para todos, a qual teve o apoio do Banco Mundial, e participação nas discussões da UNESCO, UNICEF, além de Organizações Não-Governamentais (ONGs). No seu Art. 2º § 1 relata:

Lutar pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos exige mais do que a ratificação do compromisso pela educação básica. É necessário um enfoque abrangente, capaz de ir além dos níveis atuais de recursos, das estruturas institucionais; dos currículos e dos sistemas convencionais de ensino, para construir sobre a base do que há de melhor nas práticas correntes (UNICEF, 1990).

Apesar dos esforços nessas Conferências, as mudanças no sistema escolar é algo

complexo, pois esses ambientes encontram dificuldades para trabalhar com a heterogeneidade. E a educação para todos propõem isso, o trabalho com a diversidade, com as diferentes culturas, e com leituras de mundo individualizadas, isso tudo, em um mesmo ambiente. A partir disto potencializar o saber de cada estudante, uma vez que mensurar a aprendizagem é algo complexo, por esta ser subjetiva e intrínseca.

A Declaração de Salamanca (1994) vem para equalizar as normas e os padrões de oportunidades para as pessoas com deficiência. Ratificando o compromisso com a “Educação Para Todos” pautada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). As políticas sociais educacionais surgem para promover a integração e a participação de todos no processo de aprendizagem e simultaneamente combater a exclusão.

Vale ressaltar que,

[...] aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades; escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tal escola provê em uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional [...] (BRASIL, 1994, n/p.).

Mais uma vez, esses documentos apontam para a importância do ensino centrado na individualidade do estudante, sendo meio propício na eliminação da exclusão e do preconceito escolar. Essas unidades educacionais devem estar atentas ao material elaborado e fornecido a cada estudante, uma vez que as dificuldades e necessidades diferem de pessoa para pessoa. A Declaração de Salamanca salienta que a Pedagogia deve estar centrada na criança.

Em relação aos marcos políticos brasileiros destacam-se a Constituição Federal (1988) no Art. 206, inciso I que estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. E no Art. 208, inciso III o “atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), Lei nº 9.346/1996, no Art. 58 explica o que é a educação especial, sendo esta oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, ratificando os princípios de acesso ao ensino por parte das pessoas com deficiência. O atendimento educacional especializado encontra respaldo no Art. 58 §1º “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial”. A LDBN se torna uma importante ferramenta na garantia dos direitos à educação para as pessoas

com deficiência. O Art. 59 inciso I garante “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996).

Fundamentado nas legislações brasileiras e declarações mundiais, definimos que educação inclusiva está pautada em atender às diversidades inerentes a raça humana com relação ao ensino-aprendizagem. De modo a proporcionar ensino em conformidade às necessidades de cada estudante, independente de cor, raça, gênero, língua, idade, origem, quer dizer, o sujeito-estudante valorizado e respeitado em sua individualidade, atendido segundo as suas necessidades educacionais. Desta forma, não é apenas as pessoas com deficiência que fazem parte da educação inclusiva, mas todos que dela necessitem.

Percebe-se que essas dificuldades com relação à educação inclusiva é algo que incomoda o professor, mesmo porque ele se sente pressionado a realizar um trabalho para o qual não foi qualificado. Pieczkowski (2014, 194) aponta angústia na fala dos professores que possuem estudantes com deficiência em sala. Eles concordam que a inclusão é ‘algo bom e necessário’, apenas discordam ‘da forma que vem acontecendo’. A autora diz que ao analisar esses pensamentos é “como se a ‘verdadeira’ inclusão não tivesse consolidado”. A partir dessas falas compreende-se que a elaboração de leis, a consolidação dos decretos por si só é inviável, pois o material humano tem as suas fragilidades, as quais não podem ser transpostas apenas por leis e decretos.

A seguir trataremos da Lei 13.146/2015, considerada um marco recente no que se refere à inclusão das pessoas com deficiência. No Art. 24 do Decreto de Lei n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009, “[...] reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação [...] sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida [...]” (BRASIL, 2009). A partir desse Decreto em julho de 2015 é instituído a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência.

3.1.1 Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência

Em 2011, a Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou o Relatório Mundial sobre a Deficiência (RMD) no qual declara que, “mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo convivem com alguma forma de deficiência, dentre os quais cerca de 200 milhões experimentam dificuldades funcionais consideráveis”. Define ainda que

“deficiência seja algo complexo, dinâmico, multidimensional e questionada”. A deficiência pode ser vista a partir de dois modelos, ou seja, o modelo médico, ou, o modelo social. O primeiro percebe que a deficiência é algo do indivíduo e não da sociedade, enquanto no outro modelo, as pessoas são vistas como deficientes demonstrando ser algo constitutivo da pessoa – as fobias sociais, a ansiedade, a depressão – são algumas das deficiências sociais.

O RMD tem por conceito de deficiência a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), a qual compreende funcionalidade e deficiência como uma interação dinâmica entre problemas de saúde e fatores contextuais, tanto pessoais quanto ambientais.

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) faz parte do conjunto de classificações da Organização Mundial de Saúde e foi publicada em 1980 e revisada em 2001, sendo no mesmo ano traduzida e validada para a língua portuguesa (BRASIL, 2013, p. 22).

A partir dessas definições, e com base na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e seu Protocolo Facultativo, assinado em Nova York, em 2007, foi elaborado nas constituintes brasileira a Lei nº 13.146/2015 - Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

No Art. 2º apresenta a definição de deficiência a partir das Leis brasileiras.

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

A partir da definição que esse artigo nos traz, podemos construir meios para a equidade no sistema educacional, promovendo assim, a educação de qualidade para todos, desobstruindo barreiras e obstáculos que durante anos impediram a participação social, a liberdade de expressão, o acesso a informação dessas pessoas.

O direito à educação está presente em nossa Carta Magna, mas a Lei 13.146/2015 reforça essa questão no Capítulo IV Art. 27, o qual reafirma o direito da pessoa com deficiência à educação, e isto em todos os níveis, gerando aprendizado na sua vivência social e potencializando os talentos e habilidades, tendo em vista a necessidade de aprendizagem respeitando os limites físicos, sensoriais, intelectuais e sociais de cada pessoa.

A falta de qualificação e capacitação dos professores é algo ainda muito presente no sistema educacional brasileiro. Os docentes sentem se reprimidos diante das

exigências educacionais, e despreparados para efetivarem as novas políticas públicas de educação, principalmente no que tange a diversidade inserida no âmbito escolar. Freitas (2011) desenvolveu uma pesquisa com 30 professores da rede pública de Santa Catarina, na qual revela a insegurança dos docentes diante dos novos métodos e as mudanças ocorridas após a implantação da educação inclusiva.

Alguns professores evidenciam

sentir medo diante desses desafios, insegurança, relacionando-os com a própria formação. Revelaram que, em alguns momentos consideram que seria melhor manter o modelo anterior, que muitos vivenciaram durante a sua formação na graduação, antes da legislação que torna obrigatória a educação inclusiva (FREITAS, 2011, p. 48).

Fica evidente que a falta formação e de informação desses docentes, no que se refere a ensinar pessoas com deficiência. Mas é necessário investir nos recursos humanos, pois os professores devem estar preparados para receberem e instruir os estudantes com e sem deficiência. A dificuldade em gerenciar a sala de aula, onde se encontram estudantes com deficiência mental é algo percebido pela Secretaria de Ensino Especial, pois esses colocam

em xeque a função primordial da escola comum que é a produção do conhecimento, pois o aluno com essa deficiência tem uma maneira própria de lidar com o saber que, invariavelmente, não corresponde ao ideal da escola. Na verdade, não corresponder ao esperado pode acontecer com todo e qualquer aluno, mas os alunos com deficiência mental denunciam a impossibilidade de atingir esse ideal, de forma tácita. Eles não permitem que a escola dissimule essa verdade. As outras deficiências não abalam tanto a escola comum, pois não tocam no cerne e no motivo da sua urgente transformação: entender a produção do conhecimento acadêmico como uma conquista individual (BRASIL, 2006, p. 12).

A deficiência intelectual ainda tem os seus entraves no sistema educacional brasileiro; a inexperiência faz com que os educadores limitem o ensino às atividades de pintura. Para Pieczkowski (2014, p. 204) “Enquanto a escola insistir que as crianças com deficiência intelectual reproduzam um modo de perceber um mundo que não é o seu serão estigmatizadas como incapazes e o fracasso, embora pese sobre elas, será de muitos”.

O estudante SD possui capacidade de aprender como qualquer indivíduo, a diferença está no tempo, e na exigência da sociedade, para que aceitem a sua capacidade de aprendizagem. O tópico a seguir apresentará de que forma pode ser evidenciado e valorizado as habilidades e competências que cada ser dispõe para absorver o ensino e transformá-lo em aprendizagem.

3.1.2 Aprendizagem do estudante com síndrome de down

Este tópico aborda os conceitos básicos de aprendizagem, e de que maneira as pessoas com SD conseguem apreender os ensinamentos estabelecidos no currículo escolar. Não há interesse da autora em fazer estudo aprofundado com relação à temática aprendizagem, mesmo porque, definir aprendizagem é complexo e amplo. Lômanaco (1984, p. 1) diz que “à primeira vista, o termo aprendizagem não parece ser difícil de ser definido. [...] Algumas pessoas poderão utilizar os termos aprendizagem e conhecimento como sinônimos”. O autor ressalta que o primeiro é processo, e o outro produto.

Percebe-se a diferença do processo para o produto, uma vez que esses processos serão os materiais elaborados e fornecidos para os estudantes com deficiência, portanto, as pessoas com SD, inseridas no âmbito escolar, necessitam de propostas de ensino-aprendizagem adequadas ao seu desenvolvimento cognitivo. A equipe multiprofissional deverá ter conhecimento da real capacidade de cada indivíduo, lembrando que, essas pessoas têm um tempo diferente para a aquisição da aprendizagem.

E, o momento de elaborar material adequado é desafiador, pois exige currículos adaptados às diversidades inseridas no contexto diário. O que demanda clareza e esforços por parte de toda a equipe pedagógica escolar - incluindo o bibliotecário.

Ruiz (2008) defende a inserção do currículo adaptado à capacidade e habilidade de cada sujeito.

A la hora de determinar los objetivos educativos que son más adecuados para los alumnos con síndrome de Down se ha de tener en cuenta que adquieren las capacidades con mayor lentitud que otros alumnos y que se dispone de un tiempo limitado para impartir ilimitados conocimientos. Es imprescindible, por tanto, seleccionar lo que se les va a enseñar, estableciendo prioridades. Se ha de tener claro cuál es el objetivo educativo fundamental y preparar muchos y variados recursos para alcanzarlo. (RUIZ, 2008, n/p).⁵

O desenvolvimento dessas habilidades requer tempo, e o processo de estimulação deverá ocorrer logo após o nascimento. Desta forma, ao chegar à convivência com a sociedade escolar as suas habilidades estarão pré-desenvolvidas facilitando o seu progresso na escola.

Witter (1984, p. 24) diz que a aprendizagem é a principal responsável pela

⁵Ao determinar metas educacionais que são mais adequadas para os alunos com síndrome de Down deve levar em conta a aquisição de habilidades mais lentamente do que outros alunos e que você tem um tempo limitado para fornecer conhecimento ilimitado. É essencial, portanto, para selecionar o que vai ensinar, estabelecendo prioridades. Tem que ser claro sobre o objetivo da educação fundamental e preparar muitos e variados recursos para alcançá-lo (RUIZ- RODRÍGUEZ, 2008, tradução nossa).

grande maioria do comportamento que interessa ao educador, seja ele professor, pai, bibliotecário, assistente social. Salienta ainda sobre a produção de materiais para a estimulação precoce, tanto em crianças com deficiência, com nas sem deficiência. A autora pontua a relevância das respostas dos alunos, na produção desse material.

Compreende que a interação com os estudantes na elaboração desses materiais são de suma importância, para o real conhecimento do cognitivo de cada indivíduo. Para Maruny Curto (2000) o processo de adaptação deve ocorrer com foco no aluno com necessidades educativas especiais, analisando a sua leitura de mundo, o que o aluno traz na sua bagagem de vida.

Não é só uma questão de experiência vivida. Existem diferenças nas capacidades e na maturidade das crianças; diferenças na linguagem oral; diferenças de valores culturais em relação à cultura escrita e à cultura escolar; distintas atitudes para com os adultos e para com a aprendizagem das normas; diferenças na motivação, nos estilos de aprendizagem, na adaptação emocional e social, etc (MARUNY CURTO et al., 2000, p.74).

O foco do educador, seja ele professor ou bibliotecário, deverá considerar as potencialidades dessas crianças e não o déficit. Vygotsky (1997, p. 48) afirma a importância do professor considerar as potencialidades dos alunos e não as suas dificuldades ou deficiências, “ao criar uma formação peculiar de personalidade, reanima novas fontes, muda as direções normais do funcionamento e, de uma forma criativa e orgânica, refaz e forma o psiquismo da pessoa”, ou seja, essas pessoas fluem da alma ânimo para enfrentar as dificuldades impostas diante da deficiência.

O próprio organismo propõe novas formas de sobreviver e adaptar, a partir do momento que detecta a ausência das funções normativas do corpo. O autor ainda diz que as deficiências não são “somente um defeito, uma debilidade, são também, em certo sentido, uma fonte de manifestação das capacidades, uma força” (VYGOTSKY, 1997, p. 48).

É sabido que a deficiência intelectual é “um estado de desenvolvimento interrompido ou incompleto, o que significa que a pessoa pode ter dificuldades em entender, aprender, e recordar coisas novas, e em aplicar essa aprendizagem a novas situações” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2011, p. 313). Dessa forma, é importante que essas limitações sejam consideradas pelos envolvidos no processo de ensino, para que busquem recursos pedagógicos adequados as necessidades de aprendizagem, tão peculiares desses estudantes.

Nos seus estudos sobre a alfabetização da criança com síndrome de Down Jatobá

(1995, p. 27) cita o trabalho do pesquisador Cuillert (1985) relatando sobre a forma de raciocínio dessas pessoas. Ele declara que

as pessoas com síndrome de Down não raciocinam da mesma forma que as ditas normais, nós buscamos a lógica e a ordenação linear dos fatos, elas operam com o raciocínio de maneira distinta da nossa: a criança raciocina seja por evocação, seja por analogia (CUILLERT, 1985 apud JATOBÁ, 1995, p. 27).

Quando Cuillert afirma que o Down raciocina por evocação ou analogia, relata o fato dessas pessoas terem dificuldades com a memória, mas que isso pode ocorrer de forma voluntária pela memória, mesmo que seja na relação das semelhanças entre as coisas ou fatos, não ocorrendo em uma sincronia de pensamentos. Às vezes a expressão dos seus pensamentos é desconexa e apenas a convivência com os estudantes desenvolverá nos educadores, incluindo os bibliotecários, a sensibilidade para perceber o meio mais apropriado de comunicação, podendo assim, aplicar o melhor método de ensino e alcançar o objetivo final que é a aprendizagem.

Mustachi (2009, p. 24) declara que os indivíduos devidamente estimulados ganharão mais potencial de aprendizagem por capacitação. Afirma que “todos aprendem, apenas é preciso saber como ensinar; para ensinar algo a alguém que devemos pensar primeiro”. O aprender a aprender implica em aprender a ensinar, o qual vincula habilidades do profissional educador ou de qualquer pessoa envolvida com o saber ensinar, podendo ser a família, os professores ou os bibliotecários.

Buckley e Bird (1999, n/p.) acreditam que: “uma boa prática nos planos de aula, é que sejam oferecidos aos assistentes antes das lições, para permitir que os assistentes sejam mais confiantes e tenham mais autoridade dentro da lição”, os assistentes indicados pelos autores corresponde aos professores de apoio, que devem ser comunicados com antecedência sobre as atividades que serão oferecidas para os estudantes. O professor regente tem que assumir esse indivíduo como seu, e desmistificar o paradigma de que o estudante com deficiência pertence ao professor de apoio.

As complicações clínicas tais como: as alterações cardíacas, hipotonia, complicações respiratórias e alterações sensoriais, principalmente a visão e a audição do SD devem ser consideradas, uma vez que interferem no desenvolvimento da aprendizagem. Diante desse quadro Bissoto (2005, p. 85) aponta o “uso intenso de recursos educacionais visuais a apoiar a aprendizagem do portador de Síndrome de Down”.

A interação e a convivência com o meio social é de suma importância na construção da aprendizagem dessas crianças. Constituindo assim, a escola e a biblioteca escolar local apropriado para a interação e inclusão dos estudantes com deficiência. Buckley (1993 apud BISSOTO, 2005, p. 85-86) ressalta que “alguns cuidados cotidianos na interação com o portador de Síndrome de Down podem impulsionar em muito o seu processo de aprendizagem”.

Para Chapman e Hesketh (2001, n/p.) a idade é fator crucial para a análise do desenvolvimento padrão da linguagem e do cognitivo dessas crianças. Os autores acreditam que o desenvolvimento da aprendizagem no SD ocorre com atraso e de modo inibitório; a aquisição do vocabulário falado é tardia, e isso interfere na construção de conceitos; outro aspecto de suma relevância na aprendizagem é a memória auditiva em curto prazo, a qual é deficitária e intervém na compreensão do SD. Fica evidente que os pontos fortes nos comportamentos dessas pessoas é a comunicação não verbal, a memória visual, e as relações interpessoais, ou o “cara a cara” como cita os autores.

A *Down Syndrome Education* Internacional (DSE) desenvolve a 30 anos estudos investigatórios sobre a leitura e aprendizagem das pessoas com SD no Reino Unido. Os dados apresentados abaixo é parte das pesquisas dessa instituição, a qual aponta as dificuldades em aprender, mas mostram o caminho e elaboram recursos para que elas desfrutem da aprendizagem segundo as suas necessidades. Buckley e Bird compõem parte da equipe de pesquisadores, e por meio dos resultados das pesquisas traçaram algumas características no desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças com SD até os cinco anos, que são:

O atraso no desenvolvimento da linguagem, o menor reconhecimento das regras gramaticais e sintáticas da língua, bem como as dificuldades na produção da fala apresentados por essas crianças resultam em que **apresentem um vocabulário mais reduzido**, o que, frequentemente, faz com que essas crianças **não consigam se expressar** na mesma medida em que compreendem o que é falado, levando-as a serem **subestimadas em termos de desenvolvimento cognitivo**.

Essas mesmas **alterações linguísticas** também poderão **afetar** o desenvolvimento de outras **habilidades cognitivas**, pois há maior dificuldade ao usar os recursos da linguagem para pensar, raciocinar e relembrar informações.

Vários estudos têm atestado que crianças portadoras de Síndrome de Down apresentam uma capacidade de **memória auditiva de curto-prazo mais breve**, o que dificulta o acompanhamento de instruções faladas, especialmente se elas envolvem múltiplas informações ou ordens/orientações consecutivas. Essa dificuldade pode, entretanto, ser minimizada se essas instruções forem acompanhadas por gestos ou figuras que se refiram às instruções dadas.

No mesmo sentido, por apresentarem habilidades de processamento e de **memória visual mais desenvolvidas** do que aquelas referentes às capacidades de processamento e memória auditivas, as crianças portadoras de Síndrome de Down se beneficiarão de recursos de ensino que **utilizem suporte visual para trabalhar as informações**.

É imprescindível que às crianças portadoras de Síndrome de Down seja dada toda a **oportunidade de mostrar que compreendem o que lhes foi dito/ensinado**, mesmo que isso seja feito através de respostas motoras como apontar e gesticular, se ela não for capaz de fazê-lo exclusivamente de forma oralizada (BUCKLEY; BIRD 1994 apud BISSOTO, 2005, p. 82, grifo nosso).

Apesar dos resultados descritos acima descrevem as com crianças de até cinco anos, muitas dessas características prevalecem no SD durante toda a infância e adolescência. A fluência no vocabulário é de suma importância na construção de conceitos e se essas crianças não se desenvolvem nesse quesito terão dificuldades de serem compreendidos em suas falas, e conseqüentemente subjugados em sua capacidade de aprender. Buckley e Bird (1994.) sugerem que seja mais estimulado a memória visual, do que a memória auditiva, uma vez que o SD aprende e memoriza por meio de figuras e gestos.

A aprendizagem deve ser significativa, ou seja, dar significado a aprendizagem desses indivíduos para que desenvolvam suas habilidades, proporcionando a vivência dessas no intelecto e na vida social. Coll (1994, p. 149) relata que “em termos piagetianos, poderíamos dizer que construímos significados integrando ou assimilando o novo material de aprendizagem aos esquemas que já possuímos de compreensão da realidade”.

E nos estudantes com SD a aplicação do conceito de aprendizagem significativa é a mesma, pois o contexto sócio-histórico dele influencia diretamente na aquisição da aprendizagem. Portanto,

o desenvolvimento do indivíduo portador de Síndrome de Down é, tanto quanto o de qualquer não portador, resultante de influências sociais, culturais e genéticas; incluindo-se aí as expectativas havidas em relação às suas potencialidades e capacidades e os aspectos afetivo-emocionais da aprendizagem. Deve-se então observar que, muito embora os portadores de Síndrome de Down apresentem características peculiares de desenvolvimento, isso não se constitui numa uniformidade a predizer comportamentos e potencialidades (BISSOTO, 2005, p. 86).

Os estudos realizados no Reino Unido por Buckley, Beadan e Bird (2001, n/p.) comprovam que “as habilidades de leitura e escrita são importantes para a vida cotidiana e para o acesso ao mundo da literatura.[...] poderosas para ensinar discurso e linguagem a crianças com síndrome de Down”. Afirmam também que “Ler e escrever

pode apoiar a comunicação, permitir que as crianças consigam uma maior independência e enriquecer a educação e as realizações acadêmicas em todo o currículo”.

Esse tópico buscou apresentar alguns conceitos que demonstram a capacidade de aprendizagem pelos estudantes com SD, uma vez que esta pesquisa visa analisar as ações e os recursos utilizados na Biblioteca escolar que estimulam o hábito da leitura como meio de aquisição dessa aprendizagem. Daí a importância de elucidar os conceitos sobre o desenvolvimento cognitivo do SD, para que seja erradicada a forma estereotipada de limitar esses estudantes.

O capítulo a seguir discorrerá sobre a história da biblioteca escolar no contexto sócio-histórico, abordando mais especificamente a biblioteca escolar brasileira.

4 BIBLIOTECA ESCOLAR: CONTEXTO HISTÓRICO, TEÓRICO E CONCEITUAL

Uma das abordagens deste estudo é a biblioteca escolar, mas para compreendermos o processo histórico, e o desabrochar desse espaço, é imprescindível retomar as primeiras manifestação dos espaços definidos como biblioteca.

No imaginário das pessoas a biblioteca é representada por uma sala cheia de livros, o que de certa forma faz sentido, mesmo porque a concepção de biblioteca para a maioria das pessoas é representada por um local amontado de livros. Essa concepção é formada durante a vivência escolar, onde os estudantes presenciaram o descaso com a biblioteca, e o que deveria ser um local agradável, alimentador do imaginário infantil, nada mais é do que depósito de livros didáticos ou móveis e utensílios deteriorados pelo tempo.

Apesar da formação desses conceitos a biblioteca ainda tem a sua função preservada, e o que a diferencia é exatamente a função que ela exerce no contexto em que está inserida. E Batlles ressalta que,

cada tipo de biblioteca incorpora uma certa concepção a respeito da natureza dos livros, na medida em que favorece determinadas funções sociais, culturais ou místicas. Aquilo que a palavra significa para a sociedade - seja o sopro de Deus, as Musas, a morada do Bom e do Belo, os ventos uivantes do comércio, ou seja, uma mistura confusa de todas essas coisas - será aquilo de que a biblioteca é templo (BATLLES, 2003, p. 15-16).

É característica da humanidade a necessidade de preservar a história e a memória, e dessa inevitabilidade surgiu à escrita. Os sumérios, babilônicos e egípcios produziam arquivos escritos em argila muito antes da era cristã, desta forma a biblioteca precede ao nascimento do livro. Batlles (2003) relata que “no terceiro milênio antes de Cristo, havia um templo na cidade de Nippur, no sudeste do que é hoje o Iraque, com arquivos cheios de placas de argila”. Da escrita cuneiforme à invenção do alfabeto passaram-se cerca de 4 mil anos (MARTINS, 2001 apud SANTOS, 2014, p. 353). O estabelecimento da biblioteca ocorreu devido ao surgimento da escrita, e não do suporte em que estava armazenado. Isso pode ser observado nos relatos históricos das literaturas e registros comercial milênios antes da era cristã.

A literatura da Mesopotâmia remonta ao terceiro milênio antes de Cristo e vai da prece á poesia, do epistolário aos livros de registro contábil. O sistema de escrita utilizado para registrá-la é a "cuneiforme" devido ao formato de seus caracteres silábica - grupos de pequenas marcas em forma de cunha gravadas na argila com o auxílio de uma agulheta. A argila era deixada para secar ou levada ao forno (BATLLES, 2003, p. 31).

Historicamente a predominância da história oral perdurou muito tempo, tendo por motivo principal o índice elevado de analfabetismo, uma vez que a escrita era reservada aos escribas e aos sacerdotes, pessoas diretamente ligadas ao poder. O grande filósofo da antiguidade, Sócrates, temia a perda da reflexão e do questionamento com a inserção da escrita, para o filósofo a escrita não era a verdade, mas a aparência dela (Petry, 2012).

A biblioteca escolar teve o seu marco com a criação do Liceu fundado em Atenas por Aristóteles, sendo a primeira ideia de escola. Ele tinha por fundamento que a evolução das coleções produzidas por intelectuais da época ocorreria a partir das discussões em torno da biblioteca. Desta forma ele se reunia com os alunos e sábios em volta da biblioteca e das produções científicas. E desse posicionamento de Aristóteles nasce a *posteriori* a biblioteca de Alexandria.

Os árabes tiveram contribuição significativa na história da biblioteca escolar com perspectivas inovadoras para a época, pois permitiam o acesso aos professores e alunos, além de empréstimo da obra. Ora, isso datado por volta do ano de 1004 e nos dias de hoje ainda temos o pensamento de “bibliotecário guardião”, restringindo o acesso dos estudantes à informação disponibilizada nas bibliotecas. Pinho e Machado descrevem com primazia esse ambiente,

[...] a biblioteca escolar tem o seu lugar no seio da civilização árabe. Aí, foram constituídas numerosas bibliotecas contendo preciosos manuscritos gregos, traduções em árabe bem assim como livros da ciência árabe. Mas o que aqui mais importa assinalar é que todas elas eram acessíveis tanto a professores como a estudantes. Cada cidade tinha a sua própria biblioteca onde todos podiam consultar os livros ou mesmo requisitá-los (os leitores podiam ler e requisitar simultaneamente o mesmo livro, pois existiam vários exemplares) (PINHO; MACHADO, [200-], n/p.).

O mundo evoluiu e as bibliotecas em parte, diante do contexto histórico evidenciado. Mas, sem dúvida alguma a história oral foi sendo substituída pela escrita, logo as formas de leitura ampliaram chegando ao que Petry (2012, n/p.) pontua por “revolução da leitura, partindo da oralidade para a escrita”.

Essa revolução da leitura tem proporcionado novos meios de leitura, e a biblioteca deverá preparar-se para receber esses usuários com propostas e necessidades variadas. Portanto, o tópico a seguir abordará o processo de inserção da Biblioteca Escolar no âmbito brasileiro, e de que forma ela tem se preparado para receber esses usuários tão heterogêneos. O SD como qualquer ser humano tem necessidades intrínsecas ao seu contexto e às suas limitações, portanto o bibliotecário deverá aprimorar os

conhecimentos e proporcionar na biblioteca momentos de prazer para qualquer tipo de leitor, incluindo os com deficiência.

4.1 BIBLIOTECA ESCOLAR NO CONTEXTO BRASILEIRO

No ano de 1548 foi criado no Brasil o Governo-Geral, este modelo governamental substituiu o sistema administrativo de capitanias hereditárias. As capitanias fracassaram devido às resistências dos portugueses em se estabelecer e cuidar das extensas terras doadas pela coroa portuguesa - tinham por visão principal o monopólio da coroa na exploração e comércio do pau-brasil. Em 1549 fundaram a primeira capital brasileira na Cidade de Salvador-BA iniciando assim a construção do centro administrativo do Brasil (MORAES, 2006, p. 4).

A sede administrativa do Governo-Geral traz consigo o progresso para o Brasil-Colônia, expandindo a economia, o comércio e a educação, a qual chegou pelos padres jesuítas da Companhia de Jesus, sendo os primórdios na educação brasileira. Os colégios religiosos eram chefiados pelo Padre Manuel da Nóbrega, tendo por objetivo principal ensinar os filhos de colonos e catequizar os índios. Sendo assim, a educação brasileira nasce a partir da igreja católica.

Leite (apud MORAES, 2006, p. 4) afirma que a “igreja foi à única educadora no Brasil até o fim do século XVIII, representado por todas as organizações religiosas do clero secular e do clero regular, que possuíam casa no Brasil.” Para que o ensino se efetivasse com primazia, os jesuítas necessitavam de recursos materiais – livros - os quais vieram em quantidade reduzida, na bagagem dos próprios jesuítas. Válio (1990, p. 15) relata que “com pequenos acervos que mal atendiam as necessidades das propostas pedagógicas da Companhia de Jesus, os padres faziam cópias das cartilhas para poderem ensinar as primeiras letras aos alunos do Brasil-Colônia”.

As bibliotecas escolares brasileiras emergem a partir desse contexto histórico, uma vez que, os livros foram insuficientes diante do grande número de colonos que buscaram a educação para seus filhos. E isso fez com que os padres solicitassem a remessa de mais livros. O ensino não estava restrito apenas aos alunos, mas havia a diligência de capacitar e formar professores.

Moraes (1979 apud VÁLIO, 1990, p. 15) diz que,

Foi necessário solicitar à metrópolis remessa de livros de diversos gêneros, para poderem atender a demanda tanto da instrução de crianças, como da capacitação de professores. Com a vinda dos livros pedidos, os padres

passaram a utilizar os acervos das bibliotecas dos conventos na alfabetização dos indígenas e dos filhos de colonos.

Os jesuítas são considerados os patronos da biblioteca escolar brasileira, mas é válido lembrar-se das outras ordens religiosas que também fizeram parte da educação religiosa no Brasil, tais como: Beneditinos, Franciscanos e Carmelitas.

O acervo da biblioteca aumentou significativamente, mas não haviam leitores, devido ao grande número de analfabetos - incluindo os colonos. A Companhia de Jesus ficou à frente da educação brasileira por 210 anos, e de acordo com Neves (1989, p. 49) quando os jesuítas foram expulsos as suas coleções chegaram há mais de 33.000 (trinta e três mil) volumes.

Ao serem expulsas do Brasil as ordens religiosas possuíam acervo invejável em nas Bibliotecas Escolares (BE), inclusive para os dias de hoje. Observem na Tabela 1 os dados dos acervos das bibliotecas.

Tabela 1 - Relação das Bibliotecas Escolares no período do Brasil-Colônia

	Biblioteca Escolar	Cidade	Ano de Fundação	Acervo
1	Colégio de Salvador	Salvador	1549	15.000 volumes.
2	Colégio do Maranhão	Maranhão	1661	5.000 volumes.
3	Colégio de Santo Alexandre	Pará	1760	2.000 volumes.
4	Colégio do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1760	5.434 volumes.
5	Colégio do Vigia	Pará	1616	1.010 volumes

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados de (MORAES, 2006, p. 8).

Após Marquês de Pombal expulsar todas as ordens religiosas do Brasil, os acervos das bibliotecas foram utilizados para embrulhar mercadorias, enquanto outros livros se deterioraram nos depósitos com a ação dos insetos e do tempo. A reforma educacional Pombalina retirou dos religiosos o domínio da educação brasileira, e trouxe a responsabilidade do ensino escolar para o Estado. Iniciando assim, os desastres nas reformas educacionais brasileiras, já que os jesuítas foram expulsos e toda a organização educacional estruturada por eles, dilacerada.

A organicidade da educação jesuítica foi consagrada quando Pombal os expulsou levando o ensino brasileiro ao caos, através de suas famosas 'aulas

régias', a despeito da existência de escolas fundadas por outras ordens religiosas, como os Beneditinos, os Franciscanos e os Carmelitas (NISKIER, 2001 apud SECO; AMARAL, 2014, p. 5).

As propostas pedagógicas Pombalinas destruíram o sistema educacional, estabelecido até então pelas ordens religiosas. As aulas régias eram isoladas e ministradas por um professor somente; impossibilitando a articulação entre as disciplinas ou matérias. Tais reformas tencionavam atrair a modernidade e o mercantilismo para o Brasil, mas o posicionamento absolutista impôs heranças desastrosas ao sistema público educacional. Segundo Seco e Amaral (2014, p. 11) “o projeto do iluminismo pombalino talvez seja a chave para ajudar a perceber a tradição reformista nas tentativas de construção de um sistema nacional de educação pública realmente voltada aos interesses públicos, que até hoje não se consolidou no Brasil”.

A vinda da família Real Portuguesa em 1808 trouxe novos ares à educação. A literatura infantil aparece como forma de desenvolvimento do ensino, já que é utilizado como forma exprimir a moral e bons costumes, e os conhecimentos gerais através de histórias. A literatura infantil colaborou na criação de escolas, e logo passa a ser aplicada na literatura escolar.

A literatura infantil somente se estabelece como uma consequência das mudanças sociais provocadas pela classe burguesa e passa a ser um produto do século XIX, nascida das preocupações educacionais, quando se compreendeu a necessidade de despertar nas crianças o gosto pela leitura e lhes facilitar conhecimentos gerais, dentro de uma expressão de arte (COUTINHO, 1986 apud VÁLIO, 1990, p. 16).

Diante dessas mudanças educacionais, e a preocupação no processo de aquisição da leitura, Dom Pedro I decreta a Lei - de 15 de outubro de 1827, no Art. 1º, o qual declara a criação de escolas nas cidades, vilas e lugares mais populosos (BRASIL, 1827). Tendo por finalidade ensinar o aluno a ler, escrever, aprender aritmética, religião, bem como a história e Leis do Império.

Segundo Válio (1990, p. 16) as discussões sobre a ampliação de bibliotecas no Brasil aconteceram em meados do século XIX. Mas as bibliotecas escolares começaram aparecer dentro de um novo conceito no final do século XIX e início do século XX, com a implantação dos colégios particulares, que visavam à educação da elite brasileira.

Segundo Monarcha (1999 apud MANGE, 2002, p. 11) relatam que a Biblioteca da Escola Normal Caetano de Campos em São Paulo no ano de 1880, por meio do seu diretor Dr. Paulo Bourrol, instalou a primeira biblioteca escolar nas escolas normais, “trouxe da Europa aproximadamente 120 livros para o acervo inicial da biblioteca”. Os

decretos nº 1.216 e 1.253 de 1904 incluíam a biblioteca no espaço físico dos grupos escolares, mas o acesso era restrito aos professores; somente em 1925 foi inaugurada a biblioteca pública infantil da Escola Caetano de Campos permitindo o acesso aos estudantes (RAZZINI, 2013, n/p.).

A partir de então, a Biblioteca ganha à estrutura que conhecemos hoje. Para ser mais claro na década de 1930 que a Biblioteca escolar ganha destaque no cenário brasileiro, principalmente com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, o qual traz consigo a renovação no ensino brasileiro. Eggert-Steindel e Fonseca (2010, p. 2 apud SILVA, 2011, p. 7) declaram que ‘No âmbito nacional as reformas do ensino pautadas na Escola Nova realizadas por Fernando de Azevedo (1927-1930) e Anísio Teixeira (1931-1935), legitimaram a biblioteca escolar no sistema de ensino’. Os escolanovistas, corrente pedagógica criada por John Dewey - afirmava que a educação era o meio pelo qual se construiria uma sociedade democrática, valorizando a diversidade e a individualidade do sujeito, e a partir disso formar sujeitos capazes de viver em sociedade.

As mudanças nas práticas pedagógicas ampliaram a atuação das bibliotecas escolares, uma vez que a pedagogia tradicional focava no ensino prático e o aluno ficava passivo aos ensinamentos do professor, mas a pedagogia nova possibilitou a relação professor-aluno, e o educando como ser ativo na construção da aprendizagem e o professor passa a ser mediador no construto do conhecimento.

O conhecimento, em lugar de ser transmitido pelo professor para memorização, emerge da relação concreta estabelecida entre os alunos e esses objetos ou fatos, devendo a escola responsabilizar-se por incorporar um amplo conjunto de materiais (VIDAL, 2003, p. 509).

O espaço da biblioteca é pertinente para essa nova forma de buscar o conhecimento, pois se constitui de importante instrumento na elaboração de ações que visam à valorização humana e suas respectivas culturas. Segundo Silva (2011, p. 497) da década de 1930 a 1980 faltou à elaboração de uma política nacional de bibliotecas, visando à integração de ações entre os diversos tipos e bibliotecas. E a falta de política e ações planejadas de forma isolada pelos Estados e Municípios, colaborou para o enfraquecimento da Biblioteca escolar, a qual segundo o autor perdeu o seu espaço para as bibliotecas públicas.

Waldeck Silva (1995) relata no seu livro a Miséria da biblioteca escolar o caos das bibliotecas escolares, tanto no contexto público quanto nas escolas particulares. O descaso, a falta de infraestrutura, os profissionais desqualificados, os acervos defasados

ou às vezes em estado precário para uso, é apenas uma pequena parcela dos grandes desafios enfrentados na biblioteca escolar.

Tivemos a oportunidade de visitar diversas bibliotecas públicas e privadas e, na maioria delas, constatamos problemas de espaço físico, recursos, materiais, atualização e diversificação do acervo, qualificação dos profissionais sem falar na contabilização, como ‘bibliotecas escolares’, de armários trancafiados e de estantes em sala de aula (SILVA, 1995, p. 30).

Ser professor na atualidade vai além do ensinar os conteúdos disciplinares. Com a explosão informacional e o acesso imediatista às informações, o docente tem que se reinventar para acompanhar as transformações sociais. O que nem sempre é possível, uma vez que os professores, “devido ao processo de opressão que caiu sobre eles, transformam-se em não leitores, apresentando um baixíssimo repertório literário” (SILVA, 1993, p. 38).

Segundo Silva (2014, 17) a formação continuada “possibilita ao docente a aquisição de conhecimentos específicos da profissão, se tornando assim seres mais capacitados a atender as exigências impostas pela sociedade”. Ser professor é ter em sua essência a função social de educar e instigar o estudante a pesquisar, a buscar novos conhecimentos de forma a aprimorar suas habilidades e competências.

Das bibliotecas dos jesuítas à implementação da Lei 12.244/2010⁶ houve avanços tímidos, e os conceitos pouco esclarecidos quanto à contribuição desse espaço para a aprendizagem dos estudantes, contribuíram para o descaso e a falta de investimentos nessa área. Do contexto de Biblioteca escolar analisado por Silva (1995) para hoje, as mudanças ainda são pífias, e é necessário mais engajamento por parte dos profissionais da área de Biblioteconomia para reverter à ideologia criada sobre a perspectiva desse espaço dentro da escola.

A biblioteca escolar está inserida no âmbito das estruturas escolares, tendo por função, fornecer apoio aos seus usuários, podendo ser estudantes, professores, técnicos administrativos e comunidade em geral. É um lugar de descobertas, onde os estudantes aprimoram as suas habilidades, aprendem a complexidade do mundo, obtém acesso a novas informações e conhecimento. Portanto a Biblioteca na escola “deveria ser um ambiente de constante uso pelos educadores e alunos, considerando o seu potencial de participação ativa na aprendizagem; e por propiciar um vasto caminho de possibilidades para o desenvolvimento de conhecimentos” Braga e Paula (2014 apud HOLANDA;

⁶ BRASIL. Decreto nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Planalto**, Brasília, DF, 24 maio 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm>. Acesso em: 20 out. 2016.

BOTLER, [2015], n/p.).

Além de boa estrutura física, seguindo parâmetros básicos estabelecidos pelo Grupo de Estudo em Bibliotecas Escolares (GEBE), a biblioteca também deve contar com profissionais capacitados e um acervo adequado, para que possa contribuir efetivamente como mecanismo pedagógico (SANTOS; MARICATO; SILVEIRA, 2015).

A biblioteca escolar tem a importante missão de auxiliar os alunos em suas pesquisas, ensiná-los a buscar informações, conforme a sua necessidade utilizando-se dos recursos disponíveis. Deve fornecer materiais que complementem a aprendizagem, estimulem o senso crítico e também a imaginação (HILLESHEIM; FACHIN, 2005, p. 37). Contribuindo assim, na formação de estudantes competentes, na busca, recuperação e uso da informação.

Segundo Pimentel, Bernardes, Santana (2007, p. 23) a Biblioteca Escolar é organizada para integrar-se com a sala de aula e no desenvolvimento do currículo escolar. Funciona como um centro de recursos educativos, integrado ao processo de ensino-aprendizagem, tendo como objetivo primordial desenvolver e fomentar a leitura e a informação. Poderá servir também como suporte para a comunidade em suas necessidades, contribuindo assim na formação social, cultural e intelectual dos cidadãos inseridos no local estabelecido.

Campello e Silva (2000 apud CAMPELLO, 2006, p. 72) definem o papel que a biblioteca desempenha, segundo as propostas de aprendizagem sugeridas pelos PCN's de 1ª à 4ª séries, e mostrou que ela é considerada fundamental para o trabalho com a leitura, além de constituir espaço para busca de informações que respondam aos questionamentos surgidos em sala de aula.

A biblioteca escolar é espaço propício ao desenvolvimento da imaginação, e a preparação dos estudantes para o convívio dentro e fora da escola, capacitando-os para a jornada da vida. A *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) define a biblioteca escolar sendo,

um espaço de aprendizagem físico e digital na escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural (IFLA, 2015, p.19).

Nesse espaço as crianças devem ser estimuladas a desenvolver o seu potencial criador; trazendo a sua “leitura de mundo”, conforme Paulo Freire (1996, p. 77) para

que a sua vivência pessoal, seja utilizado como meio de aprendizado, evoluindo o processo de interação cultural. Ao analisar a interação cultural, percebe-se que a biblioteca escolar é o local favorável para desenvolver e vivenciar as diferenças culturais promovendo assim o respeito e a inclusão seja de cunho educacional, social, cultural, ou econômico.

Santos (2014, p. 358) diz que o bibliotecário é “como mediador do processo de letramento informacional deve ter em mente o tipo de público que atenderá”. Sabendo que o letramento informacional constitui na forma que o usuário localiza, seleciona, acessa organiza e usa a informação, e a partir dessas ações conseguem produzir conhecimento (GASQUE, 2010, 83). A partir desses conceitos verifica-se a importância no papel desenvolvido através da presença do bibliotecário na biblioteca, pois esse profissional conduzirá os estudantes nas pesquisas escolares favorecendo a autonomia na busca e uso da informação de forma eficaz.

O bibliotecário deve se aperfeiçoar na escolha do material, observando as características de cada usuário. Barros (2006, p. 148) diz sobre a importância das leituras oferecidas, as quais “não pode ser de qualidade duvidosa, por uma escolha aligeirada”. O foco do bibliotecário é o usuário, o qual tem por responsabilidade atendê-los de forma adequada e adaptada se for o caso.

4.1.1 Biblioteca escolar inclusiva

No tópico anterior discorremos sobre a missão e a importância da BE no âmbito da escola, e a sua influência na aprendizagem dos estudantes. Agora discursará sobre o papel desse ambiente na inclusão dos estudantes com SD.

Segundo a IFLA (2015, p. 36) “o papel educativo da biblioteca escolar deve refletir-se nas condições de seu espaço físico, mobiliário e nos equipamentos”, e a biblioteca escolar inclusiva exige atenção para algumas especificidades desse espaço quanto ao mobiliário e aos equipamentos, uma vez que atenderá estudantes com deficiências diversas, podendo ser de ordem física, sensorial, comportamental ou intelectual.

Portanto a desobstrução de barreiras é primordial na biblioteca inclusiva e o profissional bibliotecário deverá trabalhar para permitir acessibilidade a todos quantos dela necessitem. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) 9050:2004 orienta quanto às medidas corretas para o mobiliário e as distâncias adequadas que

permite o acesso livre dos estudantes. Apesar de ser importantíssimo o aspecto mobiliário, este trabalho analisará apenas os recursos humanos, o acervo e as ações promovidas para o público com deficiência intelectual.

Barros (2006, p. 147) diz que “A leitura quer em classe comum, quer em especial, pode ser considerada em duas situações: de tarefa e de entretenimento”. E a partir disso valorizar a história oral, promovendo leituras para entretenimento. Quando a autora cita classe especial e classe comum, refere-se há um tempo onde havia essa distinção, isto é, os alunos com deficiência estavam separados em escolas de ensino especial - unidades voltadas apenas às pessoas com deficiência, tipo APAE e Pestalozzi - mas hoje após as alterações nas políticas educacionais brasileiras, começando na Constituição (1988), a LDB (1996) a mais recente que é a Lei nº 13.146/2015, a qual estabelece a inclusão da pessoa com deficiência às salas regulares de ensino, essa distinção de classe comum e classe especial caem por terra (BRASIL, 2015).

Desta forma, tanto a Biblioteca Escolar como o Bibliotecário devem estar preparados, para atender ao estudante com deficiência que faz parte do contexto escolar a partir a implementação das leis. Barros salienta que os alunos,

precisam de oportunidades de leitura, desde que lhe sejam proporcionadas de forma adequada, com a responsabilidade consciente da seleção prévia pelo mediador, que deve resguardar a questão da individualidade, do interesse particular, do patamar intelectual e cognitivo, da faixa etária mental e cronológica de cada aluno, embora nenhum desses itens seja uma ‘camisa de força’ (BARROS, 2006, p.148).

O bibliotecário é peça fundamental na escolha dos recursos a serem disponibilizados para o usuário com deficiência intelectual em específico, pois ele deve proporcionar uma leitura prazerosa ao estudante; nada de buscar algo sem conhecimento prévio sem pensar nas particularidades. Os estudantes SD apresentam idade mental diferente da idade cronológica, e o cognitivo se desenvolve lentamente.

Ao bibliotecário implica uma atuação mais dinâmica e criativa, buscando parcerias com os educadores, coordenadores e diretores, incentivando os alunos ao hábito da leitura, e no uso contínuo da biblioteca como espaço de lazer.

[...] ao bibliotecário escolar, visto como educador, cabe dedicar-se menos às atividades mecanizadas e muito mais a programas de incentivo à leitura, junto aos alunos, com o apoio dos outros educadores da escola, como os professores e os especialistas (SILVA, 1993, p. 79).

Deve haver uma predisposição para desenvolver atividades lúdicas e dinâmicas, além de preparar os ambientes - móveis, acervo, infraestrutura - adequado ao usuário

infantil. As inovações tecnológicas e os novos meios de acesso à informação exigem do profissional bibliotecário a formação continuada, ou seja, a busca constante em aprimorar as habilidades e competências, independente do local de atuação do profissional. E na biblioteca escolar não é diferente, mesmo porque as atividades pedagógicas e as particularidades dos estudantes requerem desses profissionais habilidades para além da biblioteconomia.

Dias (2004) enfatiza que,

[...] as destrezas no uso das tecnologias de informação e comunicação devem ser aprendidas com o apoio de programas institucionais, bem como os processos de determinação das necessidades de informação, sua análise e sua reelaboração e disseminação à comunidade com a finalidade de produção de novo conhecimento – eis o grande desafio para a capacitação em serviço dos bibliotecários enquanto mediadores desse aprendizado nas bibliotecas brasileiras (DIAS, 2004, p. 2).

É a partir desse entendimento de que a Biblioteca escolar pode funcionar bem, desde que tenha recursos para tal, que Silva (1993, p. 72) inclui a prática do bibliotecário “na categoria mais abrangente das práticas educativas que, devido a sua natureza específica, devem ser conscientes, transformadoras e criadoras”. Desta forma, esses espaços precisam ser ocupados por profissionais capacitados, ao invés de professores alocados, seja por doença, ou por estar próximo a aposentar.

Outro fator de suma importância para a evolução do ensino na inclusão dos estudantes com deficiência é a participação do professor no ambiente da biblioteca, mas na realidade como diz Silva (1993, p. 17) é que “não são poucos os professores que jamais entraram nas bibliotecas das escolas que lecionam, ou que já tenham um argumento pronto para explicar a distância”. E os professores mesmo sem conhecer dizem que as bibliotecas não têm recursos, ou estão desatualizadas, ou sempre fechadas. Tal discurso utilizado pelos professores os acompanha desde crianças, os quais internalizaram o argumento – que a biblioteca é uma sala cheia de livros - como sendo uma verdade cristalizada, sem darem a mínima chance para conhecerem o espaço.

Será necessário desenvolver trabalhos dirigidos ao corpo docente dessas instituições, tais como: estimular o hábito da leitura; apontar a importância da biblioteca como aliada no processo de ensino-aprendizagem dos seus alunos; instigar a produção de projetos científicos na escola; orientando nas pesquisas, para que o estudante aprenda a pesquisar dentro das suas limitações. Ora são dois profissionais - professores e bibliotecários - que juntos poderão modificar o ensino nas escolas públicas e privadas. Quantos livros são enviados pelo Plano Nacional de Bibliotecas na Escola (PNBE) às

redes de ensino público no Brasil, e em muitos casos, ficam dentro das caixas por anos, sem que professores e alunos desfrutem desse recurso.

A Lei 12.244/2010 é clara ao dispor sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Apesar de ter apenas 4 artigos, os mesmos trazem consigo a amplitude e a profundidade da implantação de bibliotecas escolares nas instituições de ensino do Brasil. Descreve sobre a quantidade de acervo mínimo; o prazo para efetivação da Lei; a definição do que é uma biblioteca escolar; a exigência do profissional bibliotecário devidamente registrado na sua função.

Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nºs 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998 (BRASIL, 2010, grifo nosso).

A exigência do profissional no Art. 3º permitirá que as determinações do parágrafo único se efetivem, uma vez que esse profissional foi preparado na sua formação acadêmica, a guardar, preservar e organizar os acervos, mas também para ir além do tecnicismo, pois estará em ambiente dinâmico, no qual lidará com a aplicação de ações voltadas à valorização humana, exigindo desse profissional perspicácia e domínio de outras áreas, tais como a Educação, Psicologia e a Antropologia.

Válio (1999, p. 22) define a biblioteca escolar como “uma faceta de toda atividade escolar e o bibliotecário é tanto um professor como os outros, como também um apoio e complemento para cada professor. O bibliotecário escolar é um professor, cuja disciplina é ensinar a aprender”. Justificando assim, mais uma vez a importância do trabalho em conjunto, e não apenas com os professores regentes, mas também com os professores de apoio – que tem por função atender os estudantes com deficiência.

Em tudo isso, percebe-se a relevância da biblioteca dentro do espaço escolar. Côrte e Bandeira (2011, p. 9) dizem que: “É a biblioteca escolar que cabe fazer nascer no aluno o interesse, germinar a curiosidade e fazê-lo voltar a outros livros. Essa é sua missão”. Para germinar o interesse as ações, o acervo e o ambiente devem ter como centro as vontades, as curiosidades, e o fascínio que envolve cada estudante.

Santos ([2009], p. 5) afirma que os “licenciados devem ser preparados, e juntos com os alunos, cobrar bibliotecas mais dinâmicas com profissionais bibliotecários”,

podendo assim, a biblioteca escolar integrar a aprendizagem dos estudantes. O dia-a-dia na biblioteca escolar é algo desafiador, sendo necessária a busca de recursos por parte da escola, em disponibilizar capacitação aos profissionais que lidam direta ou indiretamente na educação desses estudantes com deficiência.

Barbosa (2008) diz que:

A biblioteca inclusiva é aquela que se dispõe a enfrentar, no seu cotidiano, o desafio de ajudar a minimizar as barreiras de pessoas que, por algum distúrbio orgânico se tornam especiais, requerendo recursos específicos para que possam aprender e exercer o seu direito de, como cidadãos, ter acesso a informação. A inclusão dos PNE's nas bibliotecas, tem se propagado rapidamente entre os bibliotecários. Entretanto, isto não quer dizer que o 'usuário especial' é uma realidade nas bibliotecas. A inclusão dos mesmos também é realizada através de políticas públicas, para que se construa um sistema de serviços especializados, inserindo-os na chamada sociedade da informação (BARBOSA, 2008 apud MONTEIRO; CUNHA; LIMA, 2012, p. 7

O profissional bibliotecário é um dos recursos indispensáveis na formação do ambiente da biblioteca, e ele deve estar atento à sua influência na formação educacional dos usuários da biblioteca escolar. A BE inclusiva “[...] Quebra-se barreiras com relação aos preconceitos da sociedade nessas atividades e também se nota, que apesar dos limites, cada indivíduo em especial é capaz de desenvolver suas potencialidades, bastando para isso ser estimulado” (DOMINGUES et al., 2006, p. 4). O ser humano é movido por estímulos, e por meio deles o comportamento pode ser alterado e transformado, e os estudantes com SD necessitam de estímulos desde a tenra infância para que possam desfrutar da vida em sociedade com mais autonomia.

Segundo Domingues et al. (2006, p. 4) as “atividades de leitura para portadores de necessidades especiais são importantes, pois contribuem para estimular as crianças, jovens e adultos, auxiliando em algumas dificuldades de aprendizagem”. O desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes SD se dá por meio das interações, as quais permitirão a elaboração e aquisição de conceitos.

Vigostsky (1998 apud MAFRA, 2008, p. 9) ressalta que “é enorme a influência do brinquedo no desenvolvimento de uma criança”. Os jogos pedagógicos constituem formas interativas de estimular a compreensão e a formulação de conceitos por parte das pessoas com SD. O autor coloca ainda a importância dos jogos nas transformações internas do desenvolvimento da criança.

As brincadeiras e os jogos são recursos pedagógicos importantes na aprendizagem do Down. Tanto o quebra-cabeça, como os jogos multimídia de associações, o jogo da memória, os brinquedos que incentivem a leitura, os jogos de

percepção espaço-forma, compreendem em recursos significantes na estimulação da aprendizagem, muitos desses brinquedos e jogos podem ser elaborados a partir de sucatas, exigindo pouco recurso financeiro, apenas a criatividade e o trabalho em conjunto entre bibliotecários e professores – regente e apoio.

Para que o profissional bibliotecário desenvolva com eficiência o seu papel, com relação ao SD, deverá buscar a formação continuada e em específico na educação especial inclusiva. As potencialidades dos educandos devem ser observadas e aperfeiçoadas, para que descubram as suas habilidades e consigam memorizar conceitos, logo serão seduzidos pelo gosto a leitura.

4.2 BIBLIOTECA ESCOLAR EM APARECIDA DE GOIÂNIA

O contexto histórico de implantação de espaços literários em Goiás surge na década de 1830, na cidade de Meia Ponte. Mas as circunstâncias sociais eram desfavoráveis ao progresso desses espaços de leitura. Curado (2009, p. 12) relata que “a sociedade reinante ainda era adversa o florescer do conhecimento”. Os acontecimentos da época pouco favoreceram a ampliação da imprensa local, e com a morte da esposa do Comendador Joaquim Alves de Oliveira em 1833 - proprietário do jornal A Matutinha Meiapotense e fundador do espaço literário – vendeu sua tipografia cessando a oportunidade de ampliar o saber. Meia-Ponte refere-se ao atual Estado de Goiás.

A primeira Biblioteca Escolar goiana foi instalada no Colégio Lyceu em 1850, o seu acervo era composto de obras raras, atendendo às necessidades dos estudantes da época. Na Tabela 2 abaixo apresentamos o desenvolvimento da história das bibliotecas em Goiás, com o local e data de fundação, segundo os dados coletados do Professor Bento Fleury Curado (2009).

Tabela 2 - Histórico da implantação de Bibliotecas em Goiás

Biblioteca	Cidade	Fundador	Data
Biblioteca da Província de Goiás	Meia Ponte	Comendador Joaquim Alves de Oliviera	1830
Biblioteca do Colégio Lyceu de Goiânia	Província de Goiás	Emydyo Joaquim Marques	1850
Gabinete Literário Goiano	Vila Boa	Raimundo Sardinha da Costa	1864
Biblioteca Pública	Corumbá	Monsenhor Chiquinho	1897
Biblioteca Sacra	Trindade	Padres Redentoristas	1896
Clube Patriótico de Intrução e Grêmio Literário Emílio Póvoa	Formosa	_____	1905
Biblioteca do Colégio Olavo Bilac	Ipameri	Prof. José Lomabrdi e Prof. ^a Júlia Guimarães	1921
Biblioteca do Grupo Escolar Rui Barbosa	Jaraguá	Escritora Graciema Machado de Freitas	1927
Biblioteca do Grupo Escolar João Pessoa	Trindade	Professoras: Nila Chaves Roriz de Almeida; Davina Nascimento Vasconcelos; Ana Maria de Oliveira	1936
Biblioteca do Ginásio Arquidiocesano	Jaraguá	Pe. Silvestre Álvares da Silva	1947
Biblioteca Pública	Piracanjuba	Taufic e Jamil Sáfade	1940
Biblioteca Veritati	Trindade	Clube dos Estudantes Trindadense	1950
Bibliotecas Volantes	Morrinhos	Prof. ^a Maria Barbosa Reis	1950
Biblioteca do Grupo Escolar São João Batista	Cumari	Prof. ^a Maria Emídio Evangelista	1950
Biblioteca Pública Joaquim Rodrigues Alves	Santa Cruz de Goiás	Prefeito Américo Carneiro de Mendonça	1954
Biblioteca Pública Prof. José Cândido	Morrinhos	Ver. Eurico Barbosa	1959
Biblioteca Pública Municipal Pe. João Cardoso de Souza	Trindade	Professor Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado	1974
Biblioteca Irmã Maria de Lourdes	Mineiros	Escritor Martiniano José da Silva	[197-]
Biblioteca Catarina Rosa de Faria	Caçu	Escritor José de Faria	1978
Biblioteca Pública Ursulino Leão	Aparecida de Goiânia	_____	1980
Biblioteca Dom Fernando Gomes de Oliveira	São Miguel do Passa Quatro	Historiador Élson Gonçalves de Oliveira	[1988]
Volante Clube Literário Orizonense	Orizona	Escritora Sônia Maria Ferreira	[20-]
Biblioteca Pública Josino Ferreira Bretas	Caldas Novas	Bento de Godoy	[20-]

Fonte: Elaborada pela autora, a partir dos dados de (CURADO, 2009, p. 13-16).

Como pode ser observado na Tabela 2, o desenvolvimento cultural no Estado de Goiás caminhou vagarosamente, sendo a década de 1950 a mais expressiva na criação dos espaços literários e bibliotecas. A lentidão do progresso educacional no Estado estendeu-se por longos anos, chegando ao ponto de em meados do século XX, os livros e o processo de alfabetização ser algo desconhecido da população goiana. Há pouco tempo Goiás ainda era conhecido somente por suas atividades nos âmbitos da pecuária e agricultura, como se a capital goiana fosse uma grande fazenda.

A cidade de Aparecida de Goiânia surge em meio à religiosidade implantada pela Igreja Católica em 1922. Os fazendeiros José Cândido de Queirós, Abrão Lourenço de Carvalho, Antônio Barbosa Sandoval, João Batista de Toledo e Aristides Frutuoso construíram uma igreja na região para celebração das missas, e o lugarejo foi denominado de Aparecidinha (MELO, 2002, p. 23).

Os três primeiros fazendeiros reuniram-se e cada qual deu partes de suas terras para a construção inicial do povoado. Em 1932 torna-se Distrito de Goialândia. Anos mais tarde através da Lei nº 4.927, de 14 de novembro de 1963, foi elevado à categoria de município, denominado de Aparecida de Goiânia (IBGE, 2017).

Segundo Melo (2002, p. 65) no início da década de 1970 o Prefeito Licido de Oliveira inaugura com pequena verba federal as primeiras escolas pública, a de Vila Brasília, a Itagiba Laureano – Sítio Santa Luzia – a Escola João Claudino – em Dourados. A Escola de Vila Brasília futuramente deu lugar ao Educandário Alfredo Nasser, tendo por proprietário Professor Alcides, possuidor de um complexo educacional, da educação Infantil ao Ensino Superior – Educandário Alfredo Nasser e Faculdade Alfredo Nasser.

O recente município inaugurou a primeira biblioteca pública na década de 1980. A “Biblioteca Pública Ursulino Leão, concebida em homenagem ao ilustre escritor goiano, bem como grandes bibliotecas nas escolas estaduais” (CURADO, 2009, p. 15). Percebe-se que as primeiras bibliotecas escolares foram implantadas nas escolas estaduais. O município obteve crescimento exponencial e segundo dados do IBGE (2010) a cidade apresentou estimativa populacional de 532.135 pessoas e salário médio dos trabalhadores formais de 2,1 salários mínimos.

O sistema de ensino na gestão de 2015-2016 possui 14 Centro Municipal de Educação infantil (CEMEI); 4 Escola Municipal Educação Infantil (EMEI); 54 Escolas Municipais (EM) (APARECIDA, 2017, informação verbal)⁷. A cidade ocupa a posição 227 dos 246 municípios do Estado, com taxa de escolarização de 95,3%, conforme dados do IBGE (2010). Veja os dados na Tabela 3.

⁷APARECIDA DE GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Educação. **Relação das escolas públicas de Aparecida de Goiânia**. [maio 2017]. Entrevistadora: Keyla Rosa de Faria. Aparecida de Goiânia: SME, 2017. Informação concedida para esta pesquisa.

Tabela 3 - Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade

Índice	Dados
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	95,3%
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental [2015]	5,3
IDEB – Anos finais do ensino fundamental [2015]	4,2
Matrículas no ensino fundamental [2015]	68.228 matrículas

Fonte: IBGE (2010).

Aparecida de Goiânia possui 6.338 pessoas com deficiência intelectual/mental, e conforme estatística de matrículas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB, 2017)⁸ foram efetivadas 1.126 matrículas de pessoas com deficiência. Esse quantitativo representa quase 20% das pessoas com deficiência indo a escola, buscando aprendizado e socialização.

O sistema de ensino do município tem procurado aprimorar a educação, a qual pode ser percebida na homologação do cargo de Bibliotecário pela Lei Ordinária nº 2.428/2004 que ocorreu seis anos antes da aprovação da Lei 12.244/2010. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) abriu concurso público no edital nº 001/2013 oferecendo 24 vagas para o cargo de Bibliotecário. Marco importante na efetivação da lei de implantação de Bibliotecas escolares e para com o profissional bibliotecário efetivado (APARECIDA DE GOIÂNIA, 2004).

A autora buscou informações junto a SEMEC para explicar com mais clareza sobre o progresso na implantação das Bibliotecas escolares e obter dados a respeito da evolução dos estudantes após receberem a biblioteca nas unidades escolares. Mas a maior barreira encontrada foi à burocracia, impedindo assim o aprofundamento na temática. O município é pioneiro na efetivação da Lei 12.244/2010, apesar de que foram somente 24 escolas a receberem biblioteca com profissionais, faltando 48 escolas para desfrutar da biblioteca com seus respectivos profissionais.

Partindo do pressuposto que a capital goiana, e até mesmo o Estado não tem o cargo homologado, esse município se mostra adepto às exigências e inovações no ensino brasileiro.

No próximo capítulo serão analisados os dados coletados junto às profissionais

⁸BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Dados estatísticos de matrículas na educação básica**. Brasília, DF: FNDE, 2017. Disponível em: <<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

responsáveis pelo espaço da biblioteca escolar no município de Aparecida de Goiânia.

5 A INFLUÊNCIA DA BIBLIOTECA ESCOLAR NA APRENDIZAGEM: ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo apresenta os resultados dos dados coletados e organizados metodicamente. Descreve o perfil das pesquisadas - bibliotecárias e pedagoga - as características dos estudantes com síndrome de Down, a caracterização da biblioteca no contexto escolar, evidenciando os recursos disponíveis, bem como ações desenvolvidas para este usuário em específico.

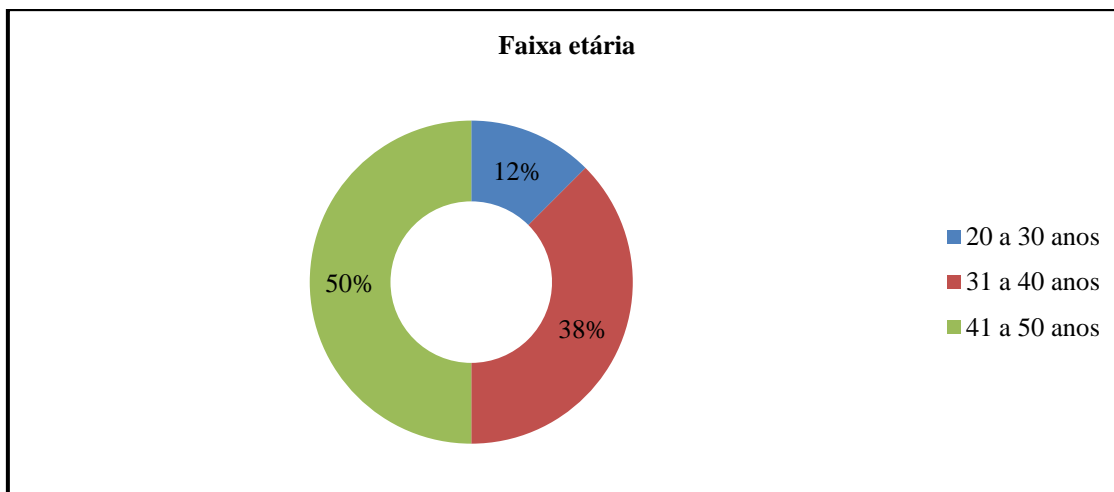
5.1 O PERFIL DAS PROFISSIONAIS PESQUISADAS

A *priori* foi enviado o questionário, pois somente essas 12 escolas possuíam biblioteca e o estudante com Down matriculado no corrente ano. Dessas 12 escolas, somente 8 escolas aceitaram participar desta pesquisa. O que corresponde a 67% da amostra para análise. O perfil das profissionais corresponde às perguntas de 2 a 10 do questionário, sendo que, as duas primeiras perguntas são de caráter restrito, ou seja, revela a identidade das pesquisadas, e a exposição viola a ética na pesquisa.

Por meio do levantamento de dados foi possível traçar o perfil das pesquisadas. Os resultados da pergunta 4 demonstram que 50% possuem idade entre 41 a 50 anos, seguido de 38% com idade entre 31 a 40 anos. As jovens profissionais com idade entre 20 a 30 anos correspondem apenas 12%.

Percebe-se que 88% das profissionais se enquadram dentro do grupo etário da meia idade, infere-se que talvez este aspecto possa ser positivo quanto a maturidade profissional. Conforme dados do Gráfico 1.

Gráfico 1 - Faixa etária das profissionais pesquisadas



Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

Questiona nas perguntas de 5 a 7, 9 e 10 a formação acadêmica das pesquisadas, os resultados estão representados nos Gráficos 2 e 3, e na Tabela 4. Com relação à caracterização das pesquisadas 7 são bibliotecárias e 1 pedagoga. Fator de grande relevância, quando 90% das responsáveis pelo espaço da biblioteca são bibliotecárias de formação. Isto contribuiu para a efetivação da Lei 12.244/2010 e pode ajudar nas ações que promovam o gosto pela leitura e o incentivo à pesquisa escolar. Os dados podem ser observados no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Formação acadêmica das profissionais pesquisadas



Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

Os dados expostos na Tabela 4 (p. 55) demonstram que 50% das pesquisadas têm mais que 15 anos de formação acadêmica, sendo que 90% buscaram sua formação

na Universidade Federal de Goiás (UFG) e 10% desenvolveu seus estudos na Universidade Estadual de Goiás.

A sociedade da informação evolui a cada instante exigindo qualificação dos profissionais inseridos no mercado de trabalho. Moreno et al. (2007, p. 1) diz que os profissionais da informação, em específico os bibliotecários, devem ter sua formação acadêmica bem definida, com uma educação contínua, caso contrário poderão perder seus postos de trabalho se não apresentarem as potencialidades que a profissão exige.

Ao caracterizar sobre o investimento na formação continuada, os dados esclarecem que 6 investiram na construção de novos conhecimentos, e apenas duas não buscaram aprimoramento. Percebe-se o empenho das profissionais para se manterem atualizadas diante do dinamismo social e informacional, no qual exige profissionais capacitados e pró-ativos.

Segundo Gasque e Costa (2003, p. 54)

[...] o ofício do professor tem se modificado para contemplar um mundo em rápidas e constantes mudanças, no qual a formação continuada de professores entendida como um processo constante de busca e renovação do saber-fazer educativo, que abrange as atividades promovidas ou apoiadas pela instituição e os programas de formação pessoal, deve se caracterizar como uma das condições essenciais para a melhoria do ensino e aprendizagem.

Aqui o profissional bibliotecário está posto na posição de professor, sendo ele também formador educacional e social. A procura por formação continuada é de fundamental importância para o bibliotecário escolar, uma vez que esse ambiente se constrói na diversidade. E para lidar com toda heterogeneidade propícia da comunidade escolar a ampliação no saber se faz necessário e deverá pautar nos quatros pilares da educação do século XXI que são: o aprender a conhecer; aprender a fazer; o aprender a conviver; o aprender a ser (DELORS, 2010, p. 13-14).

Quando questionado sobre a capacitação nos cursos direcionados à educação inclusiva metade, ou seja, 4 profissionais não possui nenhum curso dirigido às pessoas com deficiência. Para Valentim (2000, p. 27) “é necessário expressar a importância da formação, bem como da atualização continuada do profissional, para que ele seja e esteja no novo paradigma da informação”. As grades curriculares dos cursos de Biblioteconomia não conseguirão abarcar todas as especificidades das unidades de informação, portanto cabe ao profissional a formação contínua para atuar eficazmente.

A carência de formação e informação das profissionais pesquisadas pode caracterizar uma das grandes dificuldades em compreender a real necessidade dos

referidos estudantes. Para tanto, a formação contínua e a especialização é o caminho a ser trilhado pelo profissional que deseja construir competências e habilidades na educação inclusiva das pessoas com síndrome de Down.

Confira os dados na Tabela 4 abaixo.

Tabela 4 - Formação acadêmica das profissionais pesquisadas

Profissional	Término Graduação e Instituição	Pós-graduação	Término da Pós	Capacitação em Educação Inclusiva
		Docência Universitária	2009	
P1	1997 - UFG	Educação Inclusiva / AEE	2015	Educação Inclusiva / AEE
		Gestão de Arquivos e Tecnologia da Informação	2017	
P2	2008 - UFG	Psicopedagogia institucional	2015	Não
P3	2001 - UFG	Metodologias e Técnicas de Ensino	2005	Libras
P4	2002 - UEG	Métodos e Técnicas de Ensino	2003	Neuroaprendizagem
P5	2002 - UFG	Não	-----	Não
		Docência Universitária	2010	
P6	2002 - UFG	Pedagogia Empresarial	2016	Não
		Docência do Ensino Superior	2009	
P7	2002 - UFG	Biblioteconomia	2009	Libras
P8	2003 - UFG	Não	-----	Não

Fonte: Elaborada pela autora, conforme dados coletados na pesquisa (2017).

Outro fator interessante quanto a formação continuada, refere-se ao fato de que 7 buscaram cursos inseridos dentro do âmbito da pedagogia. Alcântara (2013, n/p.) afirma que “usar das práticas biblioteconômicas associadas às pedagógicas é um bom caminho a ser trilhado pelos profissionais da informação”. O bibliotecário escolar está associado à educação, logo a formação nessa área do conhecimento é de suma importância para o desempenho eficiente.

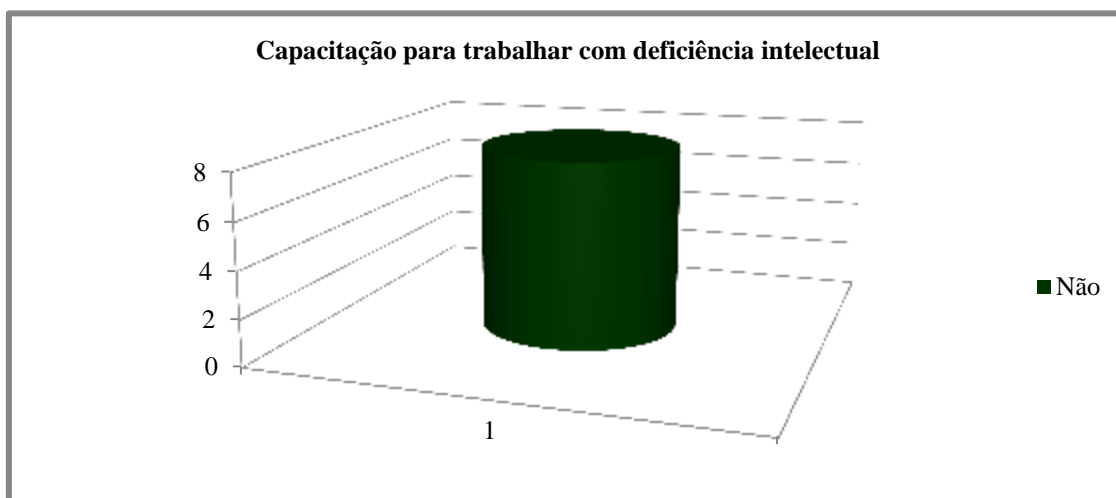
Ainda investigando sobre a capacitação profissional das pesquisadas foi perguntado sobre a realização de cursos dentro da temática deficiência intelectual. Os dados revelam que 100% não tem formação para trabalhar com deficiência intelectual.

A atuação do profissional bibliotecário reflete na diligência por novos meios e métodos de cativar o usuário. Valentim (2000, p. 27) diz que para o profissional do terceiro milênio atuar com qualidade deverá possuir quatro quesitos bem definidos:

- a) Remodelagem da unidade/sistema de informação, buscando uma interação profunda entre os atores deste cenário;
- b) Capacitação dos profissionais de informação, buscando o conhecimento necessário para atuar neste cenário;
- c) Vocação definida voltada para serviços informacionais, buscando o encantamento do cliente;
- d) Visualização da unidade/sistema de informação de forma crítica, buscando a melhoria contínua.

Quando a autora diz interação profunda, conhecimento para atuar no cenário e vocação definida; embasa perfeitamente o perfil do profissional bibliotecário para atuar na biblioteca inclusiva, uma vez que esse usuário requer interação e humanização no atendimento às suas singularidades. Observe os dados no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Capacitação para trabalhar com a deficiência intelectual



Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

A informação sempre será o melhor caminho para extinguir a ignorância. As pessoas com deficiência intelectual no percurso histórico foram banalizadas e em muitos casos sacrificadas, pois eram considerados seres subumanos, e ora eram reconhecidas como ‘anjos’ enviados por Deus, e eram vistos como ‘bruxos’, ‘presas das entidades malignas’ (PESSOTTI, 1984, p.9). Com a inserção do cristianismo na Europa esses indivíduos passam a ter alma, sendo assim devem ser alimentadas e retiradas do abandono deixando de ser coisa para ser consideradas pessoas.

Mas o desenrolar sobre o que é deficiência intelectual e as suas causas ficou obscuro por muitos séculos. Um dos primeiros conceitos sobre a deficiência mental surgiu no século XVIII.

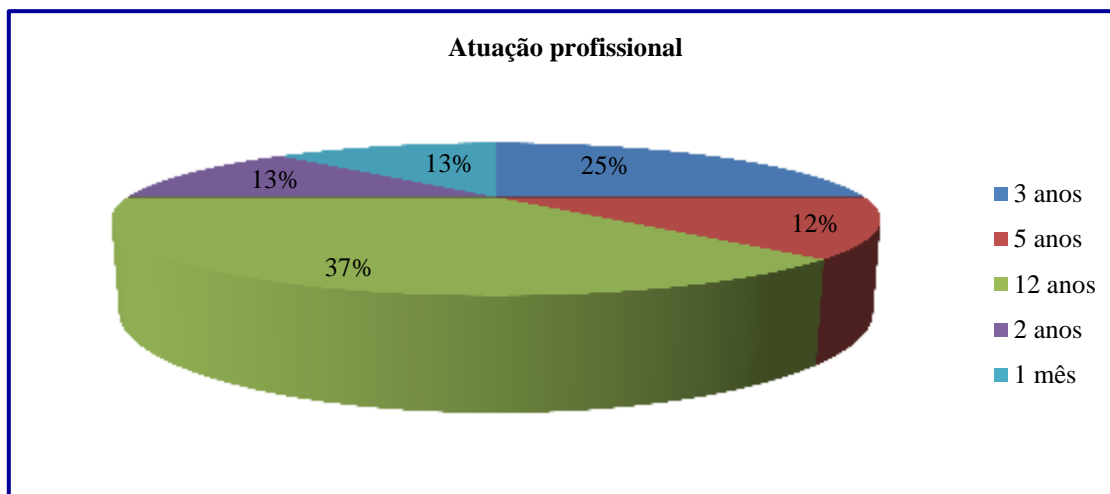
[...] dá-se esse nome a uma espécie de homens que nascem no Valais em grandíssima quantidade, e sobretudo em Sion, sua capital. Eles são surdos, mudos, imbecis, quase insensíveis aos golpes e têm bócios pendentes, até a cintura, muito boas pessoas, aliás; elas são incapazes de idéias e não têm senão um tipo de atração muito violenta por suas necessidades. Abandonam-se aos prazeres sensuais de toda espécie e sua imbecilidade lhes impede de ver nisso qualquer crime. É difícil explicar a causa e o efeito da cretinice. A sujeira, a educação, o calor excessivo dos vales, as águas, os próprios bócios, são comuns a todas as crianças dessas populações. Contudo nem todos eles nascem cretinos [...] (DIDEROT; D'ALEMBERT apud PESSOTTI, 1984, p.69).

O conhecimento sobre a definição das deficiências se torna importante para que os profissionais atuantes na educação compreendam a necessidade da educação inclusiva e a longa jornada de lutas, para que essas crianças e jovens fossem aceitas e respeitadas na sociedade como seres humanos.

Na oportunidade foi questionado sobre o que compreendem por síndrome de Down. 7 profissionais entendem que não é doença, e sim uma alteração genética. E apenas 1 respondeu ter informações vagas. O esclarecimento sobre o que chega a ser síndrome é de suma importância, uma vez que auxiliará o profissional a compreender as dificuldades cognitivas e físicas dessas pessoas.

Ao caracterizar o tempo de atuação profissional na biblioteca atual observa-se uma variedade, sendo que o maior tempo é de 12 anos e o menor de apenas 1 mês. As pesquisadas que trabalham há 12 anos representam 37%, e as profissionais que atuam de 2 a 5 anos representam 51%. Por meio desses dados acredita-se na credibilidade dessas profissionais para responderem com eficácia a pesquisa proposta. Verifique os dados no Gráfico 4.

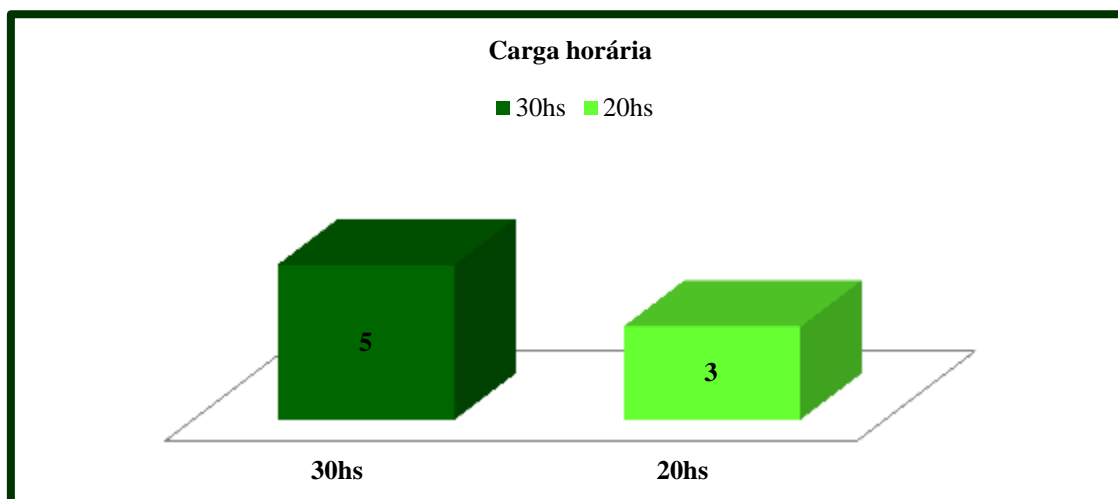
Gráfico 4 - Período de atuação profissional na biblioteca atual



Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

Ainda analisando as características das profissionais. No Gráfico 6 relata a carga horária das responsáveis pela biblioteca, sendo que 5 fazem 30hs semanais e 3 cumprem 20hs semanais. A carga horária demonstra que as profissionais trabalham apenas seis horas por dia, sendo que no contra turno da sua atuação outro profissional assume a biblioteca (pedagogas ou técnicos administrativos alocados por estar doente ou próximo de aposentar).

Gráfico 5 - Carga horária de trabalho na biblioteca atual



Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

Os resultados até o momento apresentam quadro positivo, dado que a Lei 12.244/2010 tem sido implementada no município de Aparecida de Goiânia. Constatou a presença de biblioteca com bibliotecário no espaço escolar. Fato esse, que

proporcionará estudos futuros sobre a efetivação do trabalho biblioteconômico neste município. Outrora os estudos sobre a biblioteca escolar eram escassos pela própria inexistência, mas a partir do cumprimento da lei tornar-se-á num campo riquíssimo para pesquisa.

Verificou o interesse por parte das profissionais em se especializar nos cursos relacionados à área pedagógica, corroborando para a atuação biblioteconômica. A bibliotecária também é conhecida como profissional docente, mesmo porque desempenha trabalho educativo. Para Silva e Ventorim (2016, p. 99) “a função educativa não se restringe ao professor regente, mas a todos os sujeitos que implicam o processo de formação dos estudantes, sobretudo, quando se tem como referência a complexidade da instituição escolar”. Ao bibliotecário está reservado a função de desenvolver ações e disponibilizar recursos; potencializando o ensino e a pesquisa dos educandos.

Pensar o profissional da informação tendo por referência o “guardião de livros”, já não faz sentido diante da sociedade da informação. Os hábitos tradicionais devem ser abandonados e a prática tecnicista agregada às novas atividades tecnológicas. Cunha (2000, p. 44) ressalta a importância do profissional da informação estar atento às transformações da sociedade, pois este contribui para a formação da sociedade.

Para Lima e Lima (2009, p. 32),

[...] o surgimento das novas tecnologias, a necessidade de educação continuada e novas exigências do mercado, fez com que o profissional bibliotecário com perfil tradicional cedesse seu espaço para o moderno profissional da informação, com conhecimentos que vão além das técnicas, para lidar com gerência de informação em vários suportes e com conhecimentos da realidade social, política e educacional. Esse é um grande desafio para os profissionais da informação.

O conhecimento da realidade social advém do olhar perspicaz da bibliotecária, já que o atendimento ao usuário permitirá ao profissional delinear o perfil do educando por meio da sua frequência à biblioteca. Algumas bibliotecárias participantes da pesquisa não possuem capacitação específica para elaborar atividades e ações aos estudantes SD. Poucas são as que têm formação na área da educação inclusiva.

Apesar das escolas possuírem bibliotecas com bibliotecários, a formação continuada das profissionais é insuficiente para atender ao usuário com deficiência intelectual, uma vez que as atividades direcionadas a esse público deverão considerar os seguintes aspectos: as dificuldades cognitivas, a dificuldade de se expressar, os obstáculos linguísticos, e as dificuldades em relação a atenção do SD. Aqui pode ser

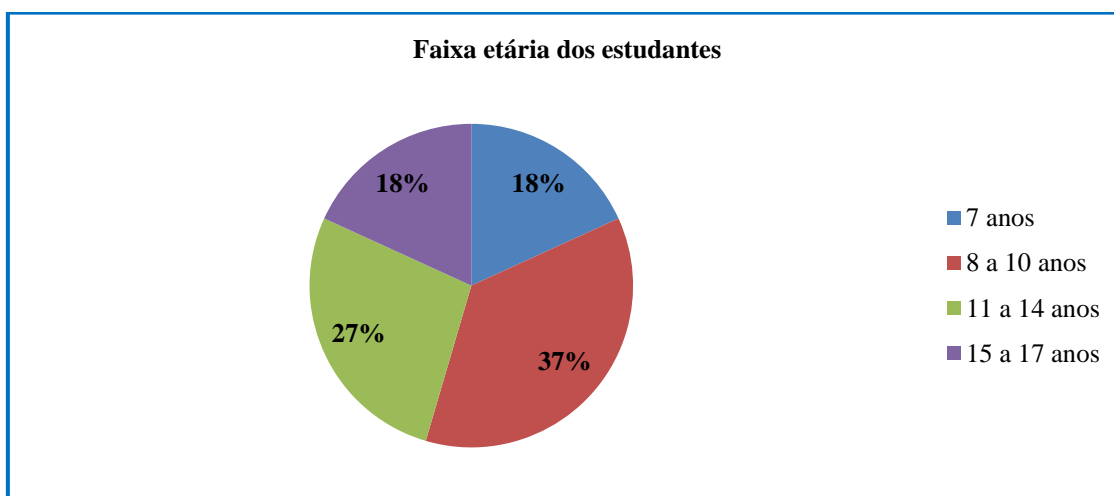
percebido o quão sério é fazer a inclusão alavancar de fato.

5.2 DOS ESTUDANTES COM SÍNDROME DE DOWN

Analisa nas questões 11 a 17 a presença do estudante na escola e o conhecimento das pesquisadas sobre este usuário. Na caracterização dos dados sobre a presença de estudantes com síndrome de Down no ambiente da escola, revela-se que 100% das escolas pesquisadas possuem os referidos estudantes frequentando o espaço educativo da instituição.

Das 379.649 pessoas com deficiência no município de Aparecida de Goiânia 6.338 possuem deficiência intelectual IBGE (2010). A pergunta 11 possibilitou caracterizar os estudantes pela faixa etária e a série cursada. Esses dados são representados nos Gráficos 6 e 7, o levantamento dos dados apresenta o atual contexto escolar do município, no qual foi identificado que 37% apresentam idade de 8 a 10 anos, 27% têm de 11 a 14 anos. Conforme dados no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Faixa etária dos estudantes com SD

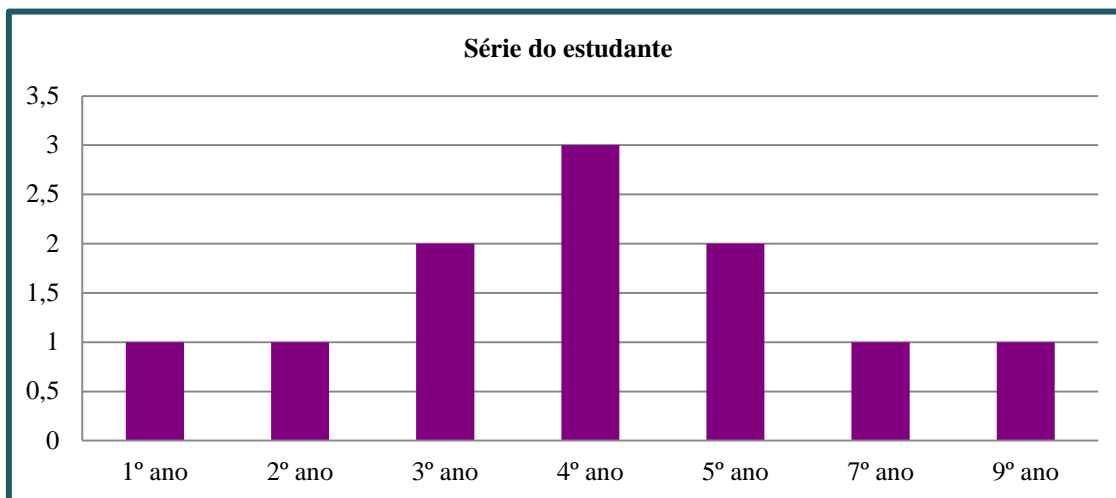


Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

Novamente investiga as características dos estudantes, observando agora a série, ou, o ano que está cursando no momento da pesquisa. Os resultados são: 8 escolas e 11 estudantes, sendo 1 no 1º ano, 1 no 2º ano, 3 alunos no 4º ano, 2 alunos no 3º ano e 2 alunos no 5º. Diante desses dados considera que há maior concentração de alunos matriculados na 1ª fase do ensino fundamental, que nesta pesquisa corresponde do 3º ao 5º ano. Na segunda fase do ensino fundamental é pequeno o número de estudantes

matriculados, sendo um no 7º e o outro no 9º ano. Veja dados no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Série que os estudantes estão matriculados



Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

Ao comparar os Gráficos 6 e 7 nota-se que alguns estudantes não acompanham a série correspondente a sua idade, isto é, estão com idade superior a turma que acompanham. Como foi explicitado no tópico 3.1.2 as pessoas com deficiência intelectual devem ser estimuladas desde o nascimento, para que consigam se desenvolver socialmente e cognitivamente.

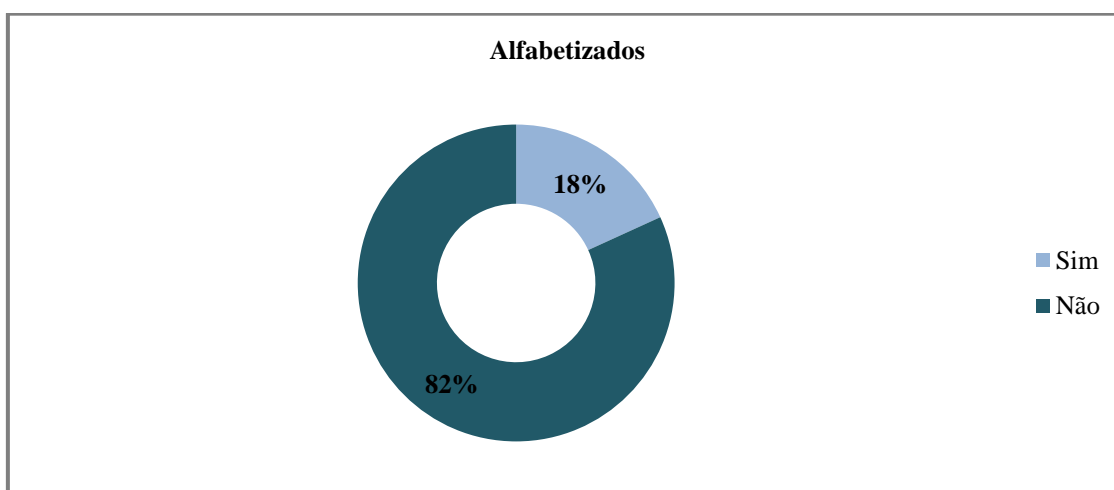
O ser humano necessita de interação para que seja impulsionado o seu desenvolvimento. “[...] É impossível imaginar o homem privado culturalmente, pois é a vida social que propicia os instrumentos e signos que permitem o desenvolvimento das atividades psicológicas [...]” (PIECZKOWSKI, 2014, p. 198). Mesmo que os docentes se sintam oprimidos com a presença desses estudantes na sala de aula regular, esse movimento é necessário para que as pessoas com deficiência intelectual se desenvolvam e participem ativamente do seu contexto social.

Questionou sobre o entendimento das pesquisadas sobre o que é a síndrome de Down, percebe-se que as profissionais compreendem satisfatoriamente o significado excluindo 100% dos conceitos a ligação de doença e down. Fator de grande significância para o atendimento a este usuário.

Inquiriu sobre o processo de alfabetização desses estudantes na percebe-se que 82% são analfabetos e apenas 18% são alfabetizados. Identifica-se por meio dos dados que algo não funciona bem no processo de alfabetização do Down. Mesmo que, o tempo de aprendizagem é diferente, há algo ineficaz na escolarização.

Pieczkowski (2014, p. 201) diz que a escola deve “propiciar atividades que tenham significados e sentido para o aluno, superando o que acontece de forma artificial, não interessante”. Talvez esse possa ser uma das problemáticas do ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual, que recebem atividades pouco atrativas, ou muita das vezes fica pintando durante o tempo que permanecem em sala. Verifique os dados no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Alfabetização dos estudantes com SD



Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

O desenvolvimento humano cultural tem sua base na teoria da psicologia sócio-histórica, a qual considera o homem um ser ativo, social e histórico, construindo a sua existência a partir de uma ação sobre a realidade (BOCK, 2015, p. 24). As pessoas não se constituem apenas da parte biológica, sendo socializadas logo após o nascimento.

Vigotsky desenvolveu a psicologia sócio-histórica ao analisar as funções psíquicas superiores, ou seja, o sujeito se desenvolve primeiramente no plano social (interpsíquico) o relacionamento cognitivo com o outro, e no segundo momento evolui para o plano psicológico (intrapsíquico) internaliza as experiências individualmente. “Tudo aquilo que era pertencente ao mundo exterior, como normas, comportamentos, éticas, ideias, convicções e interesses passa a ser interno por meio do processo da mediação semiótica” (TADA; SOUZA 2009, p. 3). Desta forma o desenvolvimento ocorre das relações exteriores para a relação consigo mesmo.

A semiótica trabalha no funcionamento do pensamento e busca a representação nos signos, podendo ser linguísticos ou não. Pimentel (2007, p. 43) diz que “os processos psíquicos são constituídos a partir de uma realidade semiótica que inclui a

ação fundamental dos signos, da significação”. Dentro das funções psíquicas superiores estão à memória, a atenção e a percepção.

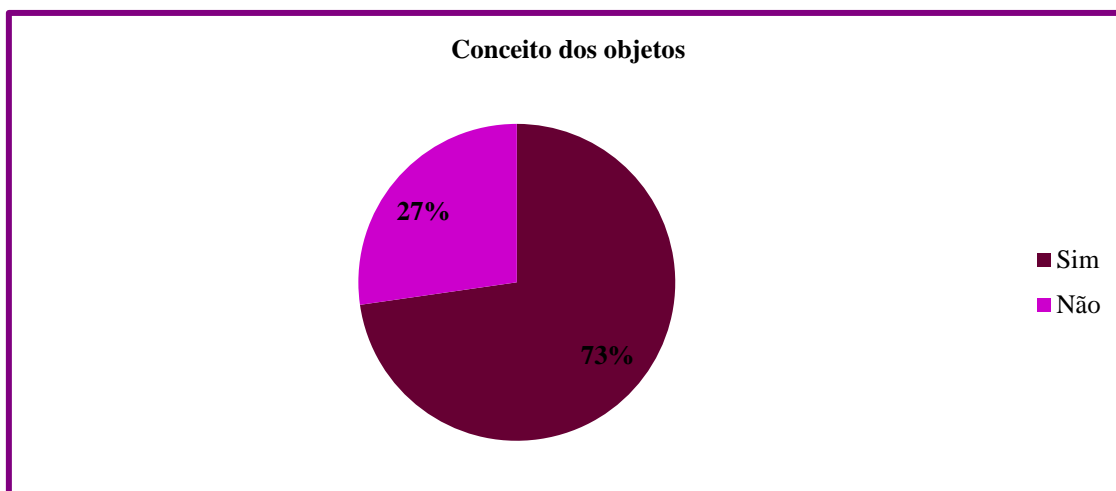
Para aprofundar na caracterização dos estudantes com síndrome de down questionou-se sobre a habilidade em conceituar objetos. Os dados revelam que 73% não conseguem conceituar objetos. Os conceitos resultam do processo psíquico (percepção, atenção, classificação, abstração e generalização) elaborados a partir de objetos, imagens, signos, organizados socialmente (PIMENTEL, 2007, p. 44).

A fala se constitui num importante meio para a interação social tendo a sua base no seio familiar. Tada e Souza (2009, p. 4) “É por meio da linguagem, um dos signos criados pelo homem, que a mãe vai apresentando o mundo à criança, sendo para Vygotsky (1993) um dos sistemas de relação social mais importante”.

Neste tópico observa-se a importância de inseri-los logo cedo nas atividades familiares, sendo esta o primeiro âmbito de aprendizagem das crianças com e sem deficiência. Mas o “luto” da família cega os pais que se fecham para o social impedindo a convivência dos seus filhos com outros ambientes.

Familiares e educadores têm feito o que Amaral (1998, p. 20) chama de postura de avestruz: “enfiamos a cabeça na areia para não ver o que não queremos ou não podemos ver”. A escola em conjunto com a família deve assumir o estímulo a partir da oralização, instigando as crianças a identificar objetos, pois ao chegarem ao ambiente escolar não sofrerão com as constantes cobranças dentro de sala de aula. Os dados podem ser verificados no Gráfico 9.

Gráfico 9 – A conceituação de objetos pelos estudantes SD

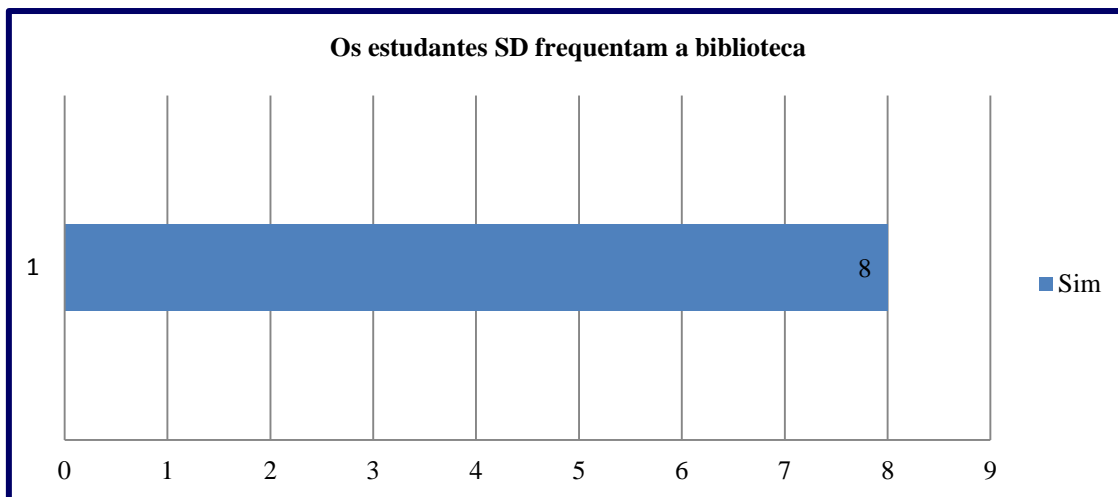


Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

Buscando ainda caracterizar os usuários da biblioteca, questionou às

profissionais se os estudantes Down frequentam a biblioteca. A resposta desta indagação revela que 100% dos estudantes visitam a biblioteca. Conforme dado no Gráfico 10.

Gráfico 10 - Os estudantes frequentam a biblioteca escolar

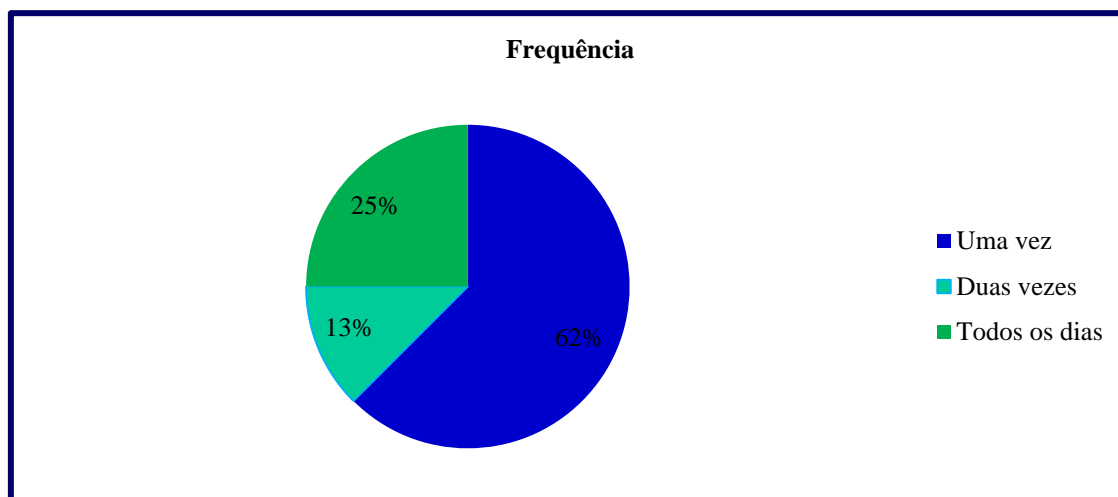


Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

Com relação à frequência dos estudantes Down na biblioteca, os dados apresentam que 62% visitam a biblioteca apenas uma vez por semana, 25% frequentam todos os dias, e 13% vão à biblioteca duas vezes na semana.

O quantitativo de visitas levantado explicita o rodízio das turmas à biblioteca. Ao entrevistar as profissionais houve ressalva quanto essa visita, pois os estudantes faltam bastante devido ao tratamento médico, limitando ainda mais a frequência dos mesmos no ambiente educativo da biblioteca escolar. Os dados podem ser observados no Gráfico 11.

Gráfico 11 - A frequência no uso da biblioteca por estudantes SD



Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

Como forma de caracterizar o perfil dos estudantes com síndrome de Down foi coletado dados sobre o comportamento dos estudantes ao visitarem a biblioteca. Vale ressaltar que o termo “comportamento” pode ter inúmeros significados, mas geralmente são aplicados para representar ações desenvolvidas por qualquer animal, incluindo o ser humano. Nisso verificamos o objeto de estudo da psicologia que é o comportamento humano, a interação (TODOROV, 2012, p. 32).

Ao levantar esse questionamento o propósito é buscar conhecimento sobre as ações e interações desses estudantes ao frequentar o espaço da biblioteca escolar. No Gráfico 16 afirma-se que 38% dos estudantes Down ficam alheias às visitas, 25% imitam as atitudes dos colegas, apenas 13% interage com as atividades proposta.

Segundo Pueschel (2005, p. 106) o comportamento e a disposição destas crianças variam significativamente; podem ser plácidas e inativas, e outras podem ser hiperativas. Mas a maioria das crianças com síndrome de Down apresenta comportamentos normais. Assim como qualquer indivíduo a pessoa com SD possui identidade, desta forma algumas podem apresentar comportamentos dentro daquilo que identifica ser “normal” e “padronizado”, enquanto outros demonstram pensamentos longínquos, como se o mundo estivesse em outro lugar. Para Milani (2005 apud PIMENTEL, 2007, p. 150) o comportamento do SD é tendente a distração.

Os dados evidenciam a necessidade de estímulo e ações específicas para esses usuários, de forma que se sintam parte integrante das atividades ofertadas dentro do ambiente da biblioteca. “Os problemas de comportamento apresentados por alguns portadores da Síndrome de Down podem ser amenizados a partir da atuação conjunta

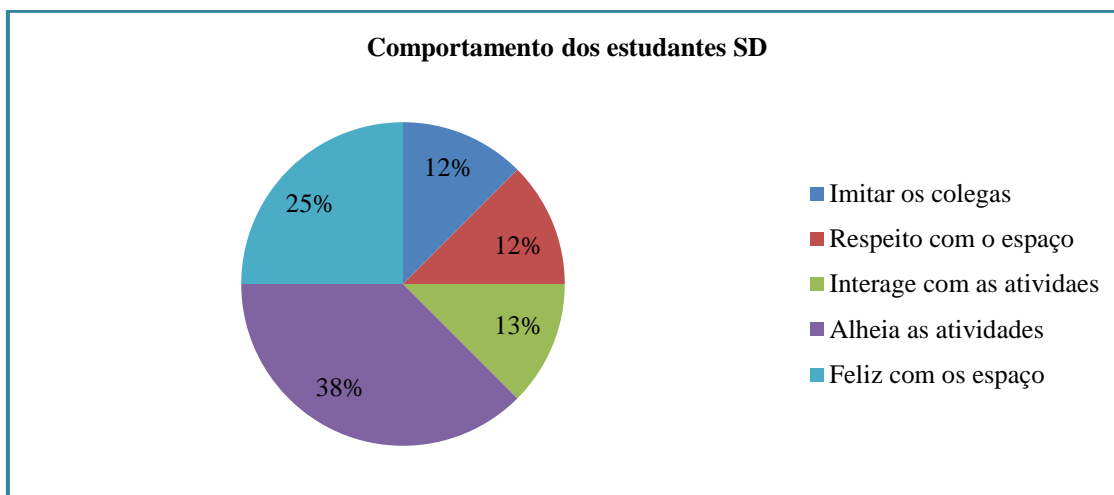
entre psicólogo, educador e família, em uma perspectiva de processo de estimulação” (SANTOS; OLIVEIRA, 2008, p. 2105).

Para os animais alcançarem as funções superiores, na teoria vygotskyana, teriam que desfrutar da cultura e da vida social, e de fato é impossível. Mas para o SD desenvolver as funções superiores é necessário apenas que esteja inserido nas atividades sociais e culturais, segundo a psicologia sócio-histórica desenvolvida por Vigotsky (1997). O comparativo com os animais surge apenas para demonstrar a capacidade de aprendizagem das pessoas, quando essas convivem no meio cultural e social.

Portanto os dados expostos no Gráfico 12 sobre a alienação dos estudantes, ou a não participação efetiva nas atividades pode ter suas causas na ausência de atividades culturais e sociais que envolva esse sujeito. Santos e Oliveira (2008, p. 2105) dizem que “Normalmente esses problemas resultam no isolamento, como uma resposta a situações que causam desconforto, e no falar sozinho”. Os estudantes que imitam as atitudes dos colegas, e interage com a turma provavelmente tiveram parte das suas funções psíquicas superiores desenvolvidas.

Verifique os dados abaixo.

Gráfico 12 - Comportamento dos estudantes SD na biblioteca escolar



Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

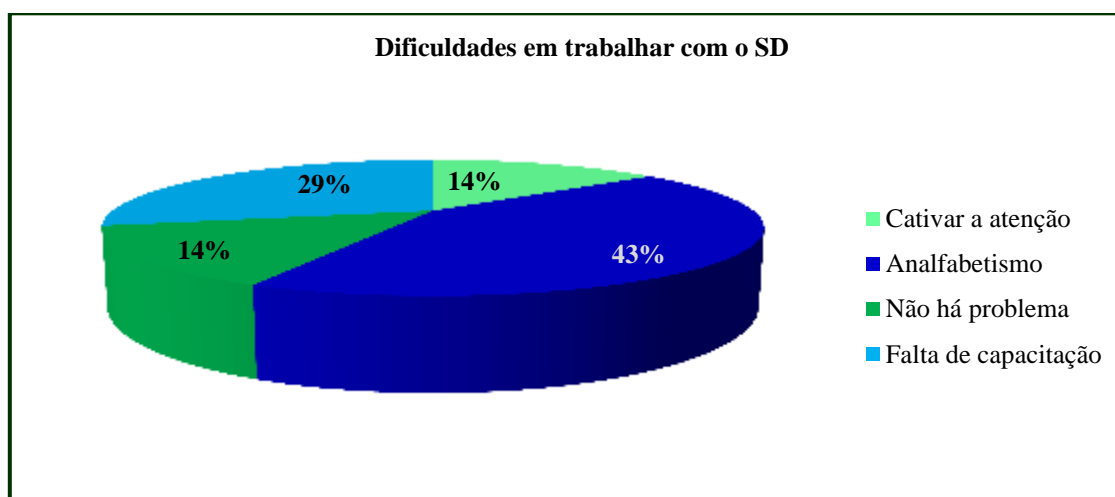
Quando questionado sobre as dificuldades das bibliotecárias e pedagoga trabalharem com os estudantes SD, as profissionais apontaram o analfabetismo como o grande entrave no desenvolvimento de ações, correspondendo a 43% das opiniões, 29% indica a falta de capacitação, e as outras dividem as opiniões entre 14% em cativar a atenção, e 14% não vêem nenhum problema.

Segundo Barros (2006, p. 150) os “bibliotecários tem a oportunidade de ir ao encontro de cada uma dessas necessidades através de programas que reflitam o interesses tanto recreacionais quanto informacionais” observando que “diante das dificuldades intelectuais, comportamentais e físicas das crianças/alunos, é necessário cautela para oferecer os serviços e estabelecer programas de ação”.

O estímulo e a motivação podem ocorrer, apesar do analfabetismo dos estudantes com deficiência intelectual. É um exercício que exige dedicação e planejamento. O trabalho é árduo, mas compensatório.

Os dados podem ser verificados no Gráfico 13.

Gráfico 13 - Dificuldades encontradas para trabalhar com as pessoas com SD



Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

Ao analisar os resultados deste tópico ficaram evidentes as fragilidades quanto ao ensino da pessoa com deficiência intelectual. O alto índice de analfabetismo, a dificuldade de conceituar objetos caracteriza déficit no desenvolvimento do processo psíquico. Para que os bibliotecários e pedagogos consigam potencializar a memória, a atenção, a percepção e a abstração dos estudantes Down deverão elaborar atividades que tragam significados à vida deste educando. Uma vez que, o mundo psíquico se aperfeiçoará a partir da ação do indivíduo no mundo, e da forma como se relaciona com o outro.

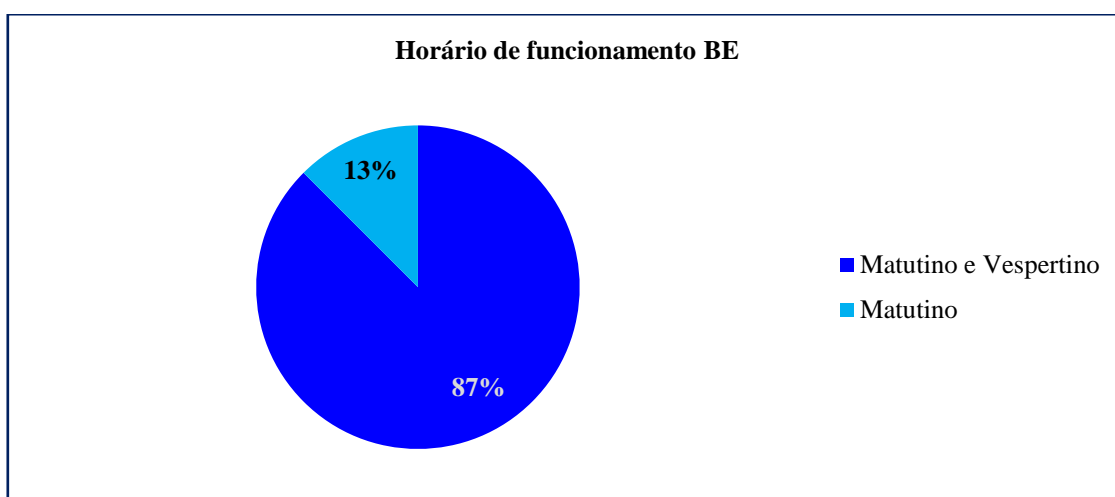
Fica evidente que os estudantes com deficiência intelectual absorverá o conteúdo aplicado quando este se relacionar com os colegas nas atividades propostas em sala de aula, ou na biblioteca. A atenção é o processo psíquico essencial para a formação do pensamento conceitual.

5.3 O CONTEXTO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES DE APARECIDAD DE GOIÂNIA

Neste tópico as coletas de dados estiveram focadas no ambiente da biblioteca escolar, caracterizando o horário de funcionamento, o tipo de usuários que frequentam a biblioteca, quais as ações promovidas para os estudantes com síndrome de down, e os recursos educacionais disponibilizados na biblioteca para estimular o processo de aprendizagem dos usuários com deficiência intelectual.

Ao analisar qualquer instituição é imprescindível levantar sobre horário de funcionamento do local a ser pesquisado. Observa-se que 87% das bibliotecas funcionam em período integral, ou seja, no turno matutino e vespertino. Uma pequena parcela de 13% desempenha suas atividades somente no período matutino. Os dados podem ser verificados no Gráfico 14.

Gráfico 14 - Horário de funcionamento da Biblioteca Escolar



Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

Procurando ainda caracterizar a biblioteca escolar foi questionado sobre quem poderia utilizar o ambiente da mesma. O resultado apresentado demonstra que 7 bibliotecas atendem somente a comunidade escolar, e 1 atende a tanto comunidade escolar como a comunidade em geral. Esses dados revelam o caráter restrito da biblioteca, tendo o seu foco nos usuários dentro do círculo escolar.

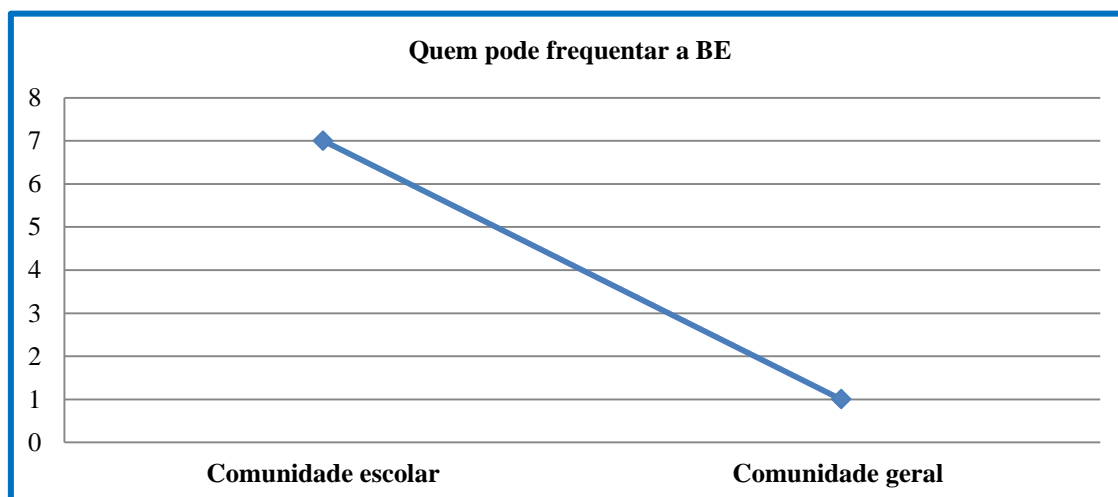
No 1º Seminário Nacional de Bibliotecas Escolares (1982) a autora Silvia Castrillón apresentou a importância da biblioteca escolar para a comunidade, sendo que esta pode suprir as debilidades da biblioteca pública. A biblioteca pode atender a

comunidade,

programando serviços dirigidos a pais e a outros membros da comunidade; desenvolvendo o gosto pela leitura, habilidade de busca e uso da informação, formando leitor autônomo capaz de auto-aprendizagem; servindo como mecanismo de apoio aos programas especiais de alfabetização; favorecendo o estabelecimento da relação escola-comunidade (CASTRILLÓN, 1982, p. 10).

Partindo das discussões realizadas no Seminário acredita-se que a utilização da biblioteca escolar pela comunidade amplia o conhecimento e estimula ao hábito da leitura em família, além de fortalecer a convivência entre escola e comunidade. A limitação no uso da biblioteca expõe as fragilidades no acesso a informação. Os dados podem ser observados no Gráfico 15.

Gráfico 15 - Usuários da biblioteca escolar



Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

A família é de suma importância no processo de aprendizagem. Pretende-se ao levantar os dados sobre a frequência e interação da família na biblioteca escolar, como meio de elucidar a contribuição desta primeira sociedade na vida da criança.

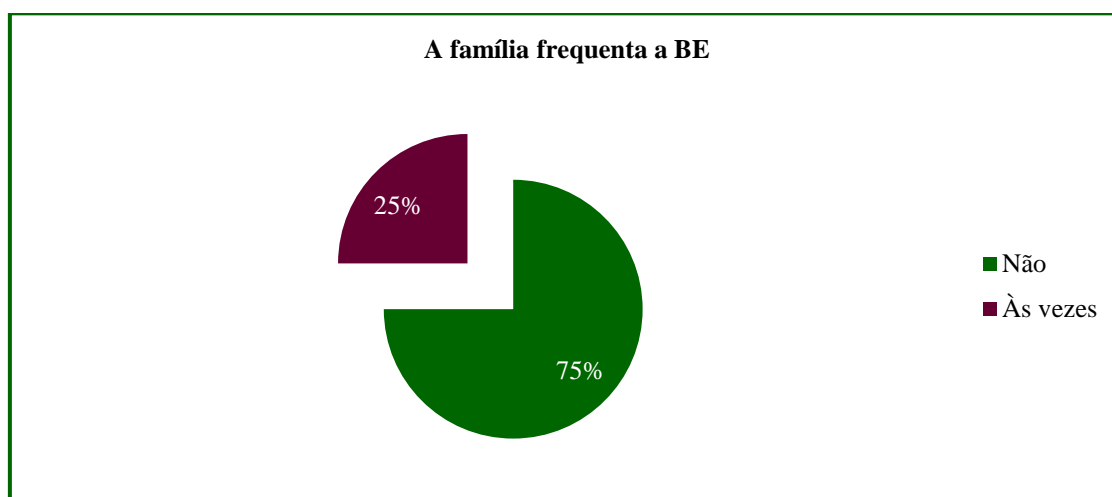
Os dados mostram que 75% das famílias não frequentam a biblioteca e 25% às vezes. As famílias fazem parte da comunidade escolar e devem ser motivadas a participarem das ações da biblioteca, pois os pais envolvidos na leitura incentivarão os seus filhos a conviverem e a participarem dos projetos de leitura desenvolvidos na escola.

Para que o Down comece a ter comportamentos e hábitos diferentes, a família e escola necessitam entender que “A leitura faz parte do contexto social-cultural dos

indivíduos e isso quando bem trabalhados conjuntamente entre escola e família, faz com que a leitura possa se concretizar num hábito” (BARBOSA; LEVANDOSKI, [200-], p. 1).

A biblioteca tem que buscar parceria com a família para que o estudante sinta prazer ao ir à biblioteca, tendo a consciência que ao adentrar naquele ambiente sentirá o encanto e a magia da leitura. Nas entrevistas as profissionais relataram que algumas crianças com Down fogem da sala de aula e correm para a biblioteca. Ora se fogem para a biblioteca é porque gostam do ambiente e esse comportamento deve ser valorizado para o incentivo a leitura. Verifique no Gráfico 16.

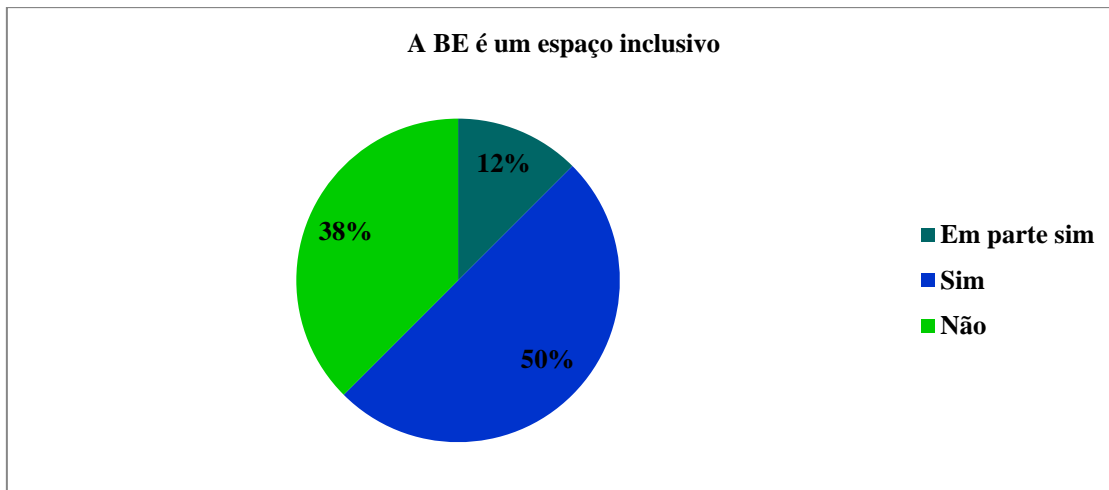
Gráfico 16 - A frequência da família na biblioteca escolar



Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

Buscando penetrar mais nas características da biblioteca perguntou-se às profissionais pesquisadas, se elas percebem a biblioteca escolar como espaço inclusivo. 50% acreditam que sim, o espaço onde trabalham é inclusivo, 38% afirmam que não, e 12% em partes. O quantitativo de 38% é significativamente alto, uma vez que, a escola é percebida como local de diversidade e pluralidade. Em pleno século XXI encontram-se barreiras para que a inclusão ocorra de fato. Os dados podem ser verificados no Gráfico 17.

Gráfico 17 - A biblioteca escolar como espaço inclusivo



Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

Ainda para caracterizar a biblioteca escolar coletaram-se dados sobre os jogos e recursos disponibilizados para os estudantes com síndrome de down. O ato de brincar é inerente a natureza humana, podendo ser observadas no comportamento dos bebês ao brincarem com o próprio corpo – pés, mãos e o som dos primeiros balbucios – portanto as crianças brincam desde muito cedo.

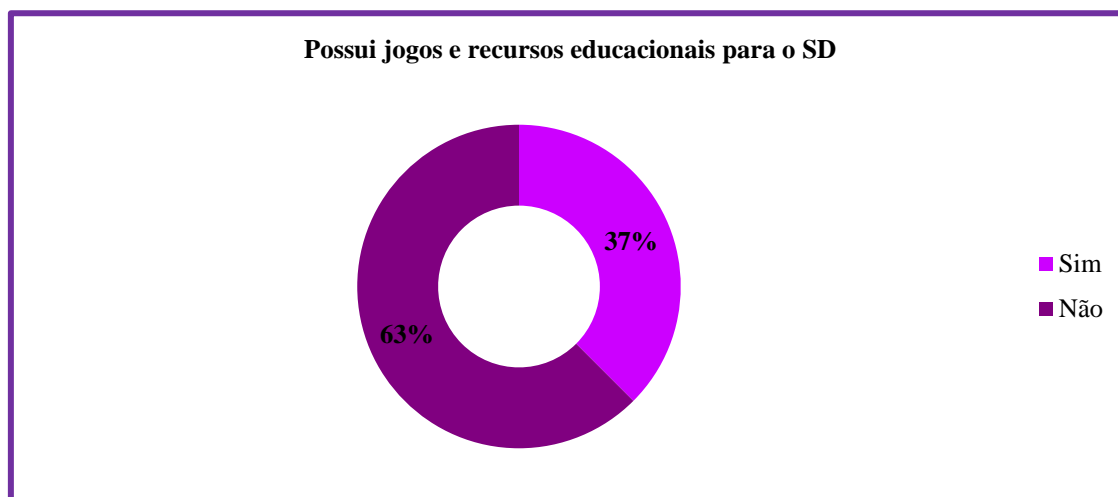
Cordazzo e Vieira (2007, p. 97) afirmam que “O jogo é uma maneira de as crianças interagirem entre si, vivenciarem situações, manifestarem indagações, formularem estratégias e, ao verificarem seus erros e acertos, poderem reformular sem punição seu planejamento e suas novas ações”. Por isso, a inserção de jogos e brincadeiras no ambiente da biblioteca se torna essencial. A autora complementa dizendo que “a cognição e o desenvolvimento intelectual são exercitados em jogos onde a criança possa testar principalmente a relação causa-efeito”.

Nas bibliotecas pesquisadas 62% não possuem jogos ou recursos direcionados a esse usuário em específico. Somente 37% têm em seu acervo jogos e recursos de aprendizagem para os usuários com deficiência intelectual.

Algumas brincadeiras e jogos de faz-de-conta independem de recursos financeiros, uma vez que podem ser executadas por meio da contação de história estimulando as funções psíquicas superiores tais como: atenção, percepção, abstração e memória. Os jogos simbólicos permitem a interação da criança com a fantasia, para Bomtempo esse tipo de jogo e brincadeira dá “ênfase à ‘simulação’ ou faz-de-conta, cuja importância é ressaltada por pesquisas que mostram sua eficácia para promover o desenvolvimento cognitivo e afetivo-social da criança” (BOMTEMPO, 2010, p. 64).

Diante disso, os jogos são eficazes no desenvolvimento do ensino e aprendizagem dos estudantes com síndrome de Down. As bibliotecas pesquisadas apresentaram baixo índice de aproveitamento dos jogos na estimulação cognitiva dos educandos Down. Verifique os dados no Gráfico 18.

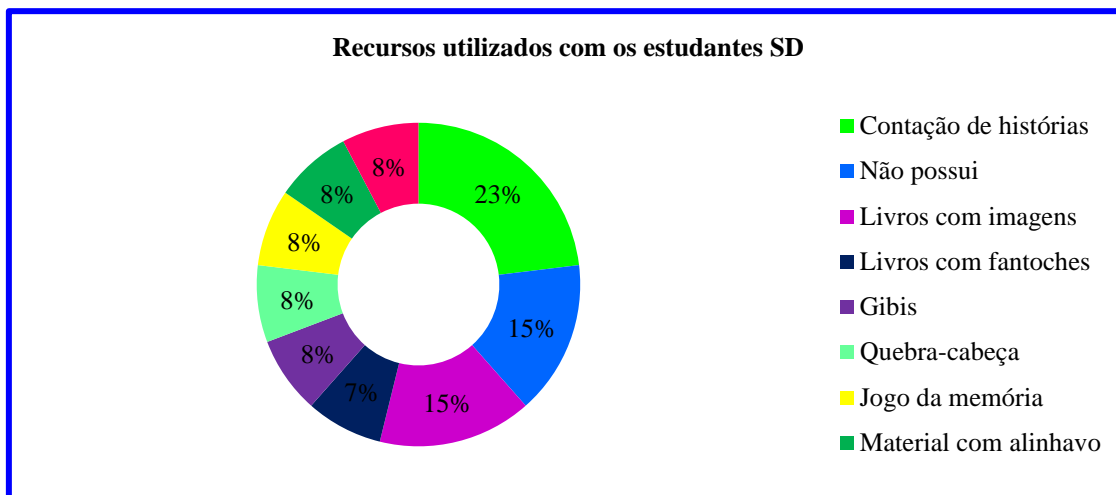
Gráfico 18 - Jogos e recursos educacionais para o SD



Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

Com relação aos recursos utilizados com os estudantes Down. As bibliotecas pesquisadas revelam que 23% buscam na contação de história meios de desenvolver a aprendizagem desses usuários. 15% elaboram as atividades através dos livros de imagem, 15% revelam que não possui nenhum recurso para trabalhar os outros recursos citados que perfazem cada um 8% que são (gibis, quebra-cabeça, jogo da memória, material com alinhavo e audiolivro), e 7% trabalham com livros fantoches. Os dados estão no Gráfico 19.

Gráfico 19 - Recursos utilizados com o SD



Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

Ao caracterizar a biblioteca quanto às ações desenvolvidas especificamente para o SD, comprovou-se que 7 unidades de informação não desenvolvem ações direcionadas para esse público em específico. Apenas uma relatou desenvolver ações, mas vale salientar que esse movimento é elaborado para todos na comunidade escolar e os estudantes com deficiência são envolvidos no projeto.

O bibliotecário tem por função social a elaboração de ações culturais promovendo assim a interação entre os estudantes, estimulando e valorizando o contexto sócio-histórico e cultural dos participantes envolvidos nas atividades. Segundo Cavalcanti, Araújo e Duarte (2015, p. 24) “dentre os produtos oferecidos pelas bibliotecas no fazer do bibliotecário estão às ações culturais que tem como objetivo fundamental interagir com o usuário no processo de produção cultural promovendo atividades que estimulem seu interesse e participação”.

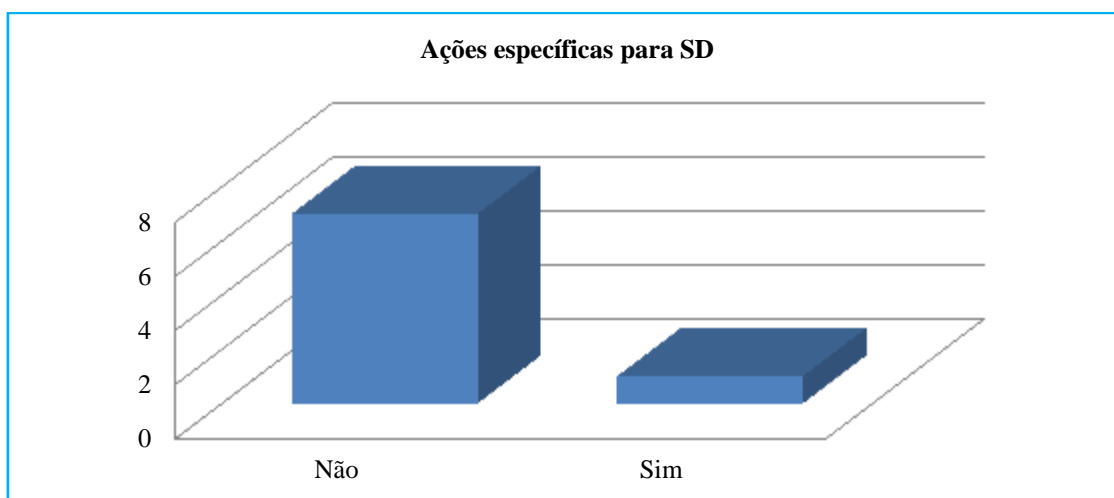
A partir dos dados apresentados no Gráfico 20 a autora verificou a necessidade de pesquisar em base de dados científica como: *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e Google Acadêmico sobre a elaboração de ações culturais para pessoas com deficiência intelectual, mas na recuperação da informação, não foi encontrado nenhum tipo de pesquisa científica dentro da temática. Segundo Rosa (2009, p. 372) “pouco se tem produzido hoje no meio científico sobre ação cultural, onde o agente cultural seja um profissional da informação”.

Observa-se que a partir desta informação sobre a produção cultural nas

bibliotecas escolares para pessoas com deficiência são inexistentes a nível nacional. A Lei 13.146/2015 no inciso XV garante o “acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar”. Para que a biblioteca tenha o perfil inclusivo é necessária a construção de atividades culturais propícias às individualidades dos estudantes com deficiência, conforme indicado na lei.

Verifique os dados no Gráfico 20.

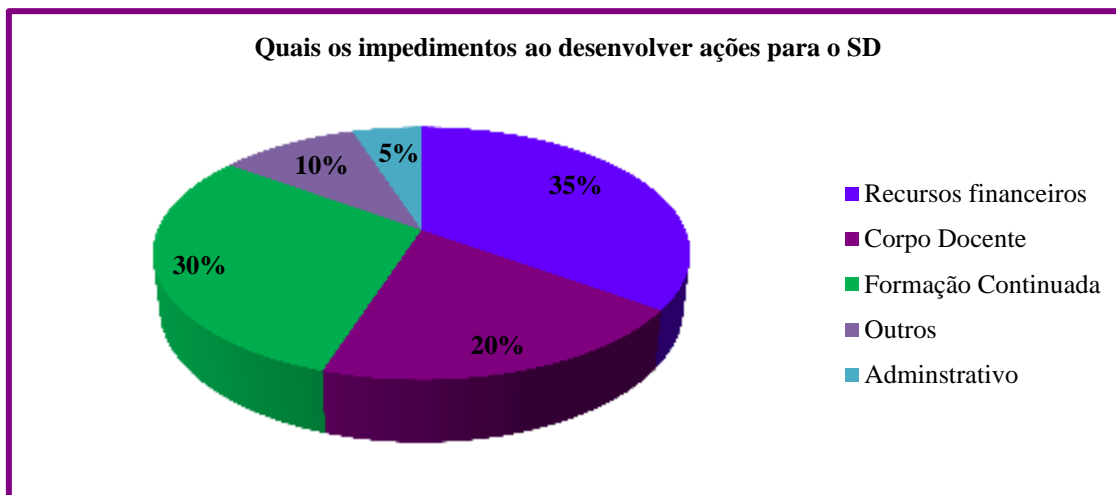
Gráfico 20 - Ações elaboradas na biblioteca específicas para o SD



Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

Ao indagar sobre os impedimentos no progresso das ações direcionadas ao SD, as profissionais apontaram dois agravantes, os quais tiveram proximidades nas limitações, sendo 35% recursos financeiros e 30% formação continuada. Outra barreira descrita pelas pesquisadas é o corpo docente e 10% outros. Conforme dados no Gráfico 21.

Gráfico 21 - Barreiras encontradas no desenvolvimento de ações para o SD



Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

Como meio de complementar o Gráfico 21 colocou-se no questionário a opção “outros” para expor a fala das profissionais que acreditam que os recursos financeiros, a formação continuada e o corpo docente são barreiras presentes na elaboração de projetos destinados às pessoas com deficiência, em específico, mas que há outros fatores não colocados como opção na pergunta anterior.

As profissionais explicitam que a educação inclusiva não ocorre como deveria. A falta de professores especializados e do olhar humanizado reflete os impedimentos no desenvolvimento de ações direcionadas aos estudantes Down. Outro fator muito bem colocado é a sobrecarga de atividades exigida da professora de apoio. O sistema estabelece metas quantitativas na aplicação de atividades, sendo que os alunos não conseguem ao menos serem alfabetizados, uma vez que as atividades são desestimulantes. O que causa certo desinteresse por parte dos estudantes com deficiência intelectual.

A didática com relação às pessoas com deficiência mental deve acompanhar a individualidade de cada um, as ações devem ser planejadas para o todo, mas não deixando escapar esse olhar “humanizado” sugerido por uma das profissionais. Verifique os dados na Tabela 5 abaixo.

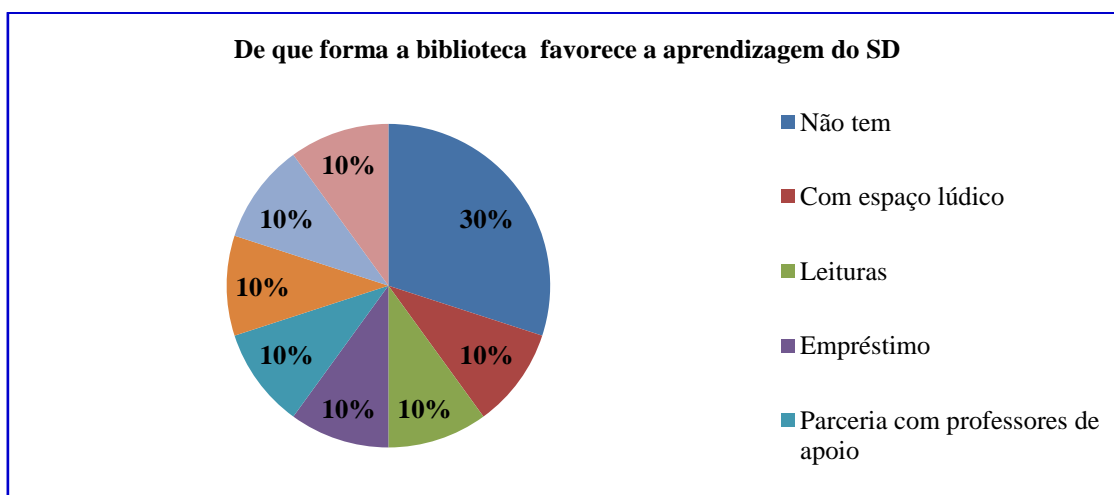
Tabela 5 - Outros aspectos que impedem o desenvolvimento de ações para o SD

Pesquisados	Outras questões que impedem o desenvolvimento das ações
P1	Uma abertura maior para se poder desenvolver novas ideias e recursos financeiros também, pois geralmente as verbas que vão para as escolas são para desenvolvimento de certos projetos já pré determinados .
P6	A educação inclusiva não funciona como deveria teoricamente, falta tudo na escola pública , falta incentivo, recursos financeiros, professores especializados , ambiente adequado e o maior problema deles, a dificuldade de docentes e funcionários entender que o aluno especial precisa de um olhar mais humanizado .
P7	A dificuldade em desenvolver ações específicas se da pela baixa frequência da aluna a escola (2 vezes na semana, sendo terça-feira - manhã cheia e sexta-feira só até às(9h da manhã), Ela possui uma professora de apoio, esta precisa aplicar seu planejamento e também não consegue. Conversei sobre estar frequentando mais a biblioteca com a aluna para que pudessemos desenvolver algo juntas, mas a professora diz não conseguir cumprir nem as atividades de sala de aula .

Fonte: Elaborada pela autora, conforme dados coletados (2017).

Com relação à caracterização da biblioteca escolar na aprendizagem dos estudantes Down, os dados obtidos expõem que 30% das profissionais revelam a biblioteca não tem favorecido a aprendizagem dos estudantes. Os outros meios aplicados na biblioteca possuem certo equilíbrio, quando apontam que a biblioteca favorece a aprendizagem ao propiciar um espaço lúdico, leituras, empréstimo, parcerias com professores de apoio, ao disponibilizar materiais e o próprio auxílio ao professor. Conforme dados no Gráfico 22.

Gráfico 22 - A influência da biblioteca escolar na aprendizagem do SD

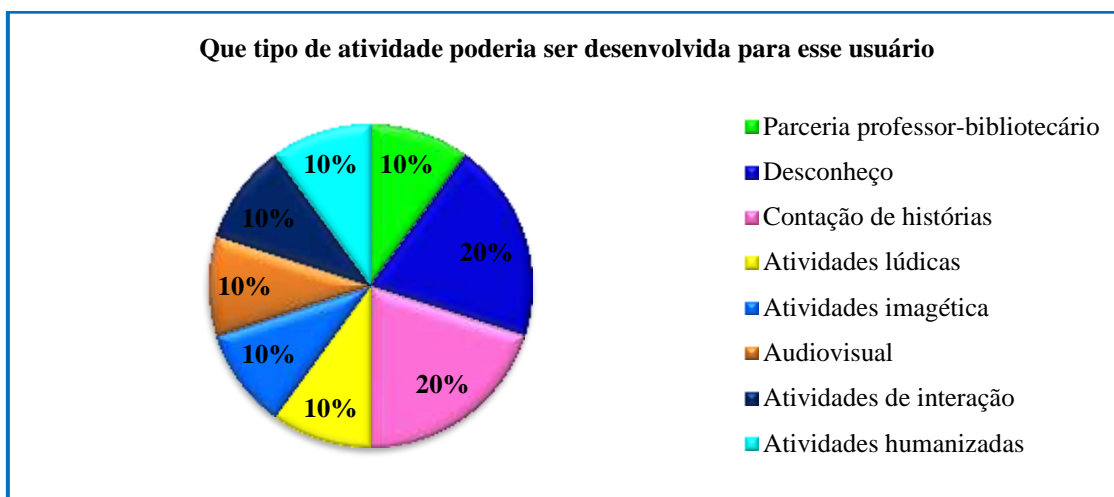


Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

Ao questionar quais os tipos de atividades poderiam ser preparadas para os

usuários com deficiência intelectual, as pesquisadas possuem certa equiparação ao apontarem os movimentos a ser elaborados, 20% desconhecem e outras sugerem a contação de histórias. Foram referidos mais seis tipos de ações a serem produzidas com foco no estudante SD, que são: parceria professor-bibliotecário; atividades lúdicas; atividades imagéticas; audiovisual; atividades de interação e atividades humanizadas. Cada uma dessas sugestões representa 10%. Conforme dados no Gráfico 23.

Gráfico 23 - Relação das atividades que podem ser desenvolvidas para o SD



Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

Para caracterizar o atendimento especializado da biblioteca indagou às pesquisadas sobre a presença de professor de apoio para os estudantes com SD. Os dados demonstram que 100% das escolas possuem professor de apoio para as crianças e jovens da comunidade escolar. Segundo a Lei 13.146/2015, Inciso XIII o,

profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015, n/p.).

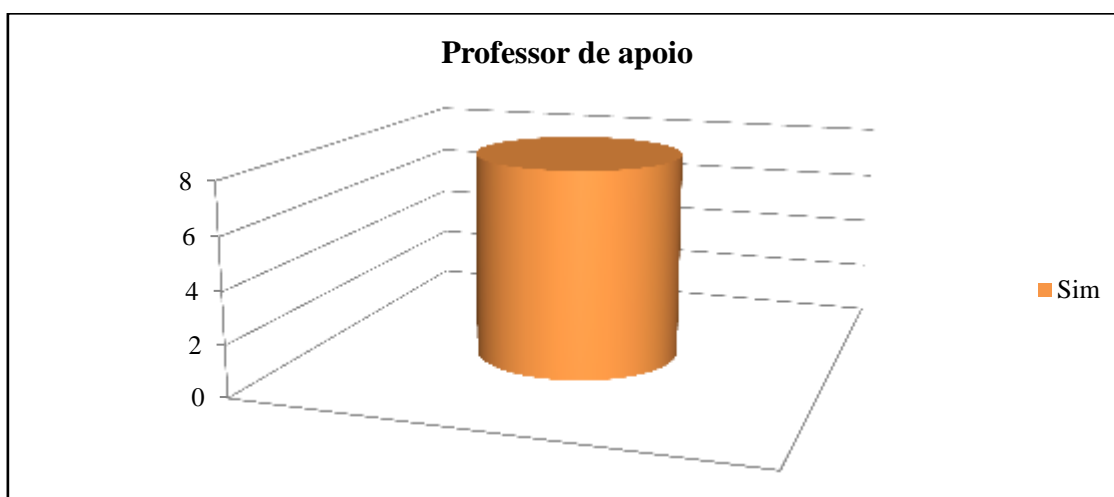
Esse profissional acompanha às crianças e jovens nas atividades diárias dentro da escola. O suporte pedagógico para o professor de apoio encontra-se na sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE). As pedagogas responsáveis pelo AEE são especialistas em educação inclusiva, portanto é delas a responsabilidade de elaborar as atividades aplicadas em sala de aula pelo professor de apoio aos estudantes com deficiência.

Conforme citado acima, ao professor de apoio não é exigido especialização, uma

vez que na descrição da referida lei esse profissional desempenha o papel mais de cuidador, do que de educador. Enfim, não há relação de trabalho interativo entre professor de apoio-bibliotecário, mesmo porque qualquer atividade para essas pessoas a referência é o AEE.

O professor de apoio constitui num auxílio ao bibliotecário no desenvolvimento de atividades específicas aos estudantes com deficiência, visto que esse educando se dirige à biblioteca sempre acompanhada do professor de apoio. Portanto cabe ao bibliotecário buscar parceria com a sala de AEE no planejamento de atividades e ações culturais focadas nesse público. Verifique os dados do Gráfico 24.

Gráfico 24 – Presença de professor de apoio



Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

Com referência a caracterização sobre o uso da biblioteca pelos professores regentes, os dados coletados revelam que 50% dos professores não frequentam a biblioteca escolar. Os docentes que frequentam correspondem a 25% e os que acessam a unidade de informação às vezes permanecem no mesmo quantitativo 25%.

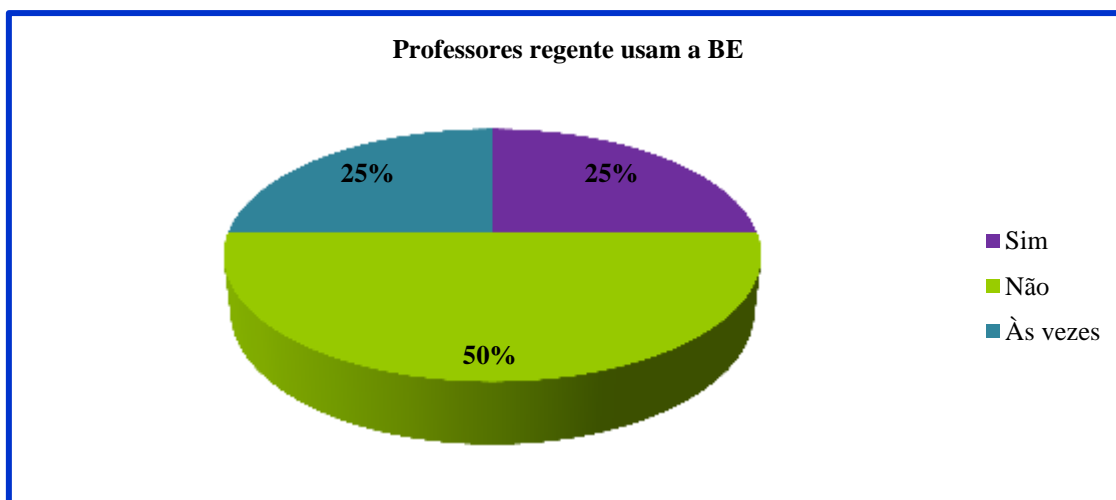
Se fizermos a junção dos que não frequentam com os que visitam às vezes, teremos o total de 75% dos docentes que não veem a biblioteca como suporte para as suas atividades. Uma das muitas justificativas para a ausência dos professores no ambiente da biblioteca se encontra no tópico 4.1 (p. 41) quando Silva (1993) relata sobre os professores não leitores, ou seja, o processo de opressão que recaiu sobre os docentes, os fizeram com que seu repertório literário baixassem significativamente.

O professor só conseguirá incentivar os estudantes a frequentarem à biblioteca, quando isso for hábito para ele também. Melo e Almeida (2015, p. 40) analisaram o

comportamento de duas professoras com relação à leitura, a qual revela que “A aproximação do leitor e do livro se deu pela atuação da professora, a qual lia os textos até os alunos tomarem gosto pela leitura”, ou seja, a vivência positiva desta professora com a leitura advém do incentivo que obteve por parte da sua professora na infância.

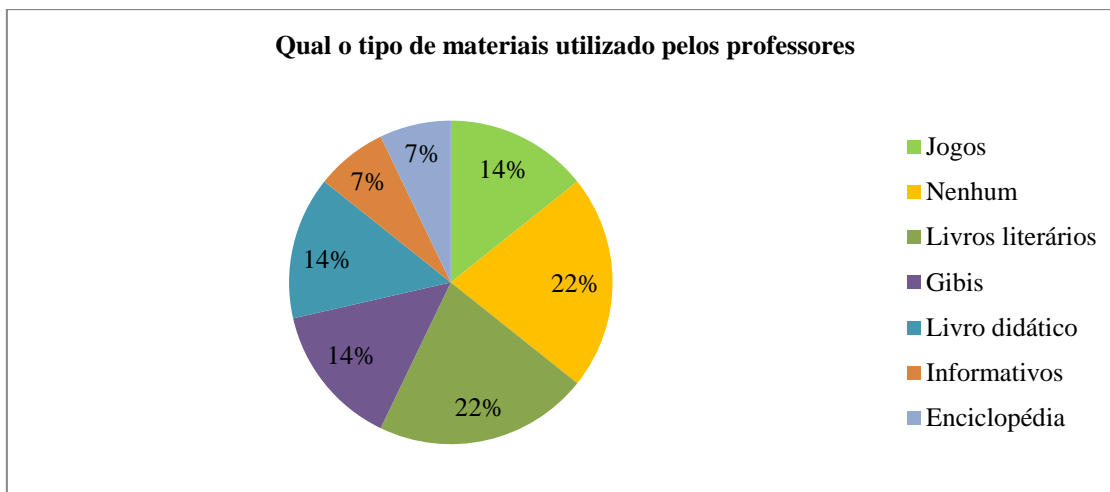
Por intermédio deste relato observa-se a importância do estímulo proveniente dos professores quanto ao hábito da leitura. Os dados podem ser verificados no Gráfico 25.

Gráfico 25 - Professores regentes e a biblioteca escolar



Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

Ainda caracterizando o uso da biblioteca pelos professores, percebe-se por meio dos dados levantados que os materiais mais utilizados por esses docentes foram os livros literários 22%, seguido dos que não utilizam nenhum tipo de material da biblioteca 22%. A busca por jogos, gibis e livros didáticos perfazem cada um desses 14% mantendo equilíbrio entre si, as enciclopédias e os materiais informativos são os menos utilizados, correspondendo a 7% cada um. Conforme dados do Gráfico 28 abaixo.

Gráfico 26 - Tipo de materiais utilizado pelos professores

Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados coletados (2017).

Ao analisar o contexto das bibliotecas escolares os dados expuseram a realidade vivenciada pelas unidades de informação, revelando experiências significativas para esta pesquisa. A biblioteca tem por objetivo disponibilizar o acesso à informação aos que dela necessita, e o fato das unidades permanecerem com suas atividades em período integral corroboram para eficácia na busca e uso da informação por parte da comunidade escolar. Portanto esse acesso restrito aos estudantes e professores da escola limita o uso da biblioteca pela comunidade local, esse posicionamento interfere na missão da biblioteca escolar. No capítulo 4.1 afirmamos que a BE é como suporte para a comunidade em suas necessidades, contribuindo assim na formação social, cultural e intelectual dos cidadãos inseridos no local estabelecido.

Outra questão muito importante que procuramos saber foi sobre o incentivo no uso da biblioteca pela família dos estudantes Down, a maioria admitiu não desenvolver ações de incentivo junto aos familiares. O que de certa forma reflete num aspecto negativo, já que o hábito da leitura se constrói a partir da convivência com o mundo dos livros. Com relação ao uso das bibliotecas por estudantes Down, se restringe em grande parte a uma vez na semana, mas encontramos unidades permitindo o acesso todos os dias da semana.

No que concerne ao comportamento distraído, alheio e imitativo dos educandos Down ao frequentarem a biblioteca demonstra a carência de estímulo no processo interspíquico, os quais envolvem o convívio cultural e social com o outro. O envolvimento em ações culturais específicas para esse usuário torna-se importante a partir do momento que essas podem desenvolver a interatividade do Down no círculo

social. Saindo do estado de alienação e distração, para comportamentos interativos com o grupo do qual faz parte.

Em relação ao uso de jogos e recursos, a maioria afirma não dispor de ferramentas. O que de certa forma causa estranheza, pois os jogos simbólicos auxiliam no desenvolvimento cognitivo, exigindo pouco ou quase nada de recursos financeiros para sua execução. Nesses jogos são utilizados a contação de histórias e o jogo do faz-de-conta. Como pode ver o investimento financeiro é zero, uma vez que os livros já se encontram no ambiente da biblioteca. Diante desses fatos percebe-se que a falta de capacitação em trabalhar com o SD é o agravante em potencial, pois ao questionar quais atividades elaboram para o usuário em questão, a maioria afirmou não conhecer.

Constatamos na fala das pesquisadas que a biblioteca não contribui efetivamente na aprendizagem dos estudantes Down. Podemos comprovar a veracidade dos fatos, quando verificamos que grande parte dos estudantes são analfabetos. No entanto, a biblioteca escolar efetivará o seu papel social, cultural e educacional na vida acadêmica dos estudantes com deficiência intelectual, a partir do momento que, bibliotecário-professores se unir em prol da elaboração de atividades atrativas e direcionadas às necessidades do Down. Utilizando os jogos para estimular a memória, a imaginação e conseqüentemente a linguagem. E tudo isso em parceria com a família, peça importante no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes Down.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa surge a partir de motivações acadêmicas e pessoais, buscando compreender a biblioteca escolar como um importante elemento para propiciar o ensino e aprendizagem dos estudantes com síndrome de Down. Uma vez que nesse espaço a criatividade e a imaginação são livres.

Para principiar essa conclusão faz-se necessário expor o **objetivo geral** da pesquisa que consiste em: analisar a atuação da biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com Síndrome de Down da rede municipal de ensino de Aparecida de Goiânia. Por meio dos **objetivos específicos** foi possível identificar as escolas que possuem em seu ambiente o estudante com SD e biblioteca escolar; permitiu compreender de que forma a biblioteca contribui para a aprendizagem; quais os recursos utilizados; e as ações desenvolvidas para um público específico – o estudante síndrome de Down.

No que concerne a **problematização** esta pesquisa contribui para responder como a biblioteca escolar favorece o desenvolvimento de ensino aprendizagem dos estudantes da rede municipal de educação de Aparecida de Goiânia com Síndrome de Down

Os dados permitiram observar que as escolas municipais da referida cidade inclui no ensino regular crianças com deficiência intelectual. Em algumas escolas chegam a ter mais de um estudante com Down matriculado. Comprovando assim que as escolas têm aberto às portas para a inclusão, mas isso não quer dizer que ela ocorra de fato, e sim que, a abertura foi efetivada.

Dois pontos importantes que vale ressaltar, por seu quantitativo exponencial é a presença de biblioteca no espaço geográfico da escola, e a presença do profissional bibliotecário. Percebem-se esforços para a implantação da Lei nº 12.244/2010 e para, além disso, o crescimento educacional da cidade. Em consequência dessa atitude governamental o município terá chances de evoluir, e por meio da implantação dessas políticas conseguirem mais investimentos contribuindo para progresso da cidade.

De fato a inclusão educacional ainda precisa percorrer um longo caminho, os dados da pesquisa revelam que “a educação inclusiva não funciona como deveria teoricamente”, a partir desta fala observa-se a falta de capacitação como impedimento para o desenvolvimento da educação eficaz, afim de, promover aprendizagem às pessoas com deficiência intelectual.

A inexistência de recursos financeiros, a ausência de apoio do corpo docente, e a insuficiência no quantitativo de materiais de apoio dirigidos às pessoas com deficiência intelectual, contribuem para que não sejam realizadas ações específicas ao SD nas bibliotecas pesquisadas. A inclusão contém nos seus fundamentos a equidade, portanto ao movimentar a biblioteca com ações literárias e culturais, o bibliotecário tem que preparar atividades específicas para o usuário, uma vez que possuem limitações no seu cognitivo e na estrutura física. Acreditamos que a partir do olhar humanizado o profissional conseguirá implantar o espaço inclusivo dentro da biblioteca escolar. A inclusão não se resume em colocar as crianças e jovens com deficiência intelectual nas atividades que envolvem danças ou cantigas, ou nas atividades menos laboriosas. Eles querem mais, necessitam ser percebidos no que sentem prazer em executar

Com relação ao desenvolvimento da aprendizagem, podemos entender que as bibliotecas não se organizam pensando no SD em específico, pois a pesquisa apresentou ineficácia neste quesito, já que a maior parte dos sujeitos não contribuem para a aprendizagem do SD. Os estudantes são analfabetos, não conseguem conceituar objetos e possuem dificuldades ao se expressarem. Mas os fatores que contribuem para esse resultado vão para além do bibliotecário, pois ele é apenas um dos agentes nesse ciclo de ensino-aprendizagem.

Quando a Declaração de Salamanca (1994) diz que a Pedagogia deve estar centrada no aluno, visa questionar essas posições, pois o trabalho em conjunto de professor regente, bibliotecário e professor de apoio, é imprescindível, no aperfeiçoamento em elaborar materiais de trabalho que tenham por objetivo principal atender as necessidades do estudante Down. A contação de história e os livros de imagens foram indicados sendo os recursos mais utilizados no trabalho junto a essas pessoas com deficiência intelectual.

Ora os estudos desenvolvidos no Reino Unido há 30 anos por meio do *Down Syndrome Education Internacional* asseguram que as atividades imagéticas e a contação de histórias contribuem na aprendizagem do SD, uma vez que essas pessoas têm dificuldades com memorização. Sendo assim, os livros de imagens tornam-se material riquíssimo, uma vez que estimulam a memória visual, e a literatura auxilia no desenvolvimento das habilidades de linguagem do SD, e conseqüentemente na elaboração de conceitos.

Diante das considerações de dificuldades em manter a atenção e em controlar o comportamento do Down, precisaríamos de estudos mais profundos de âmbitos

multiprofissionais (psicólogos, fonoaudiólogos, psicoterapeutas, e outros) para tecer comentário mais preciso. Valeria então desenvolver outra pesquisa buscando conhecer os contextos históricos que envolvem os estudantes em questão.

A partir dos pressupostos estabelecidos, houve a confirmação de que a família não interage com a biblioteca, logo o estímulo a leitura e a construção de conceitos não ocorrem. A biblioteca não ficou sendo nula na totalidade, mas devido aos poucos recursos financeiros e a falta de formação continuada na área, comprometeu o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes SD.

Por todos esses aspectos entendemos que a biblioteca é um organismo vivo, e como tal necessita de cuidados diários para manter a sua integridade. O bibliotecário tem a função social de educador, portanto o processo de instigar os estudantes a buscarem o conhecimento por meio da pesquisa é desse profissional. Os estudantes SD são capazes de evoluir na sua aprendizagem dentro da biblioteca, necessitam apenas que se sintam parte integrante do ambiente.

Diante da heterogeneidade do ambiente escolar, é necessário que os cursos de biblioteconomia revisem o currículo, uma vez que o mesmo não atende às necessidades da biblioteca inclusiva, seja de cunho escolar, pública, universitária ou especializada. O Decreto nº 5.626/2005 Art. 3 diz que a Libras deve ser inserida obrigatoriamente nos cursos de licenciatura, e no § 2º constitui disciplinas optativa. Mas o surdo é apenas um tipo de usuário com deficiência. Os cursos ligados à área da educação e afins deveriam ter em sua grade curricular disciplinas sobre a educação inclusiva, pois os estudantes de biblioteconomia terminam o curso sem obter conhecimentos de como promover ações, atendimentos e entretenimento aos usuários com deficiência.

Cabe aos profissionais da educação buscar aprimoramento e capacitação ao longo da jornada laboral, uma vez que a formação superior não permitiu obter conhecimentos sobre os usuários com deficiência. A sociedade e os meios de informação dinamizam, mas o ensino ao que parece não tem acompanhado essa evolução, permanecendo estagnado. A diversidade social é real, para tanto os professores e bibliotecário deverão sair da zona de conforto e buscarem juntos a transformação do ensino brasileiro, valorizando a cultura, as crenças e o contexto histórico de cada estudante.

Conclui-se que o bibliotecário é peça chave dentro de qualquer unidade de informação, mas a biblioteca escolar inclusiva exige deste profissional o desenvolvimento de atividades lúdicas e dinâmicas para o usuário com deficiência

intelectual. As atividades técnicas são de suma importância, porém o seu empenho deverá estar focado em promover incentivo à leitura em parceria com a equipe de professores do AEE, pois esta possui formação especializada e contribuirá para esclarecer os tipos de atividades mais propícios para os estudantes com deficiência intelectual. Desta forma, constitui-se característica da biblioteca inclusiva para atender o estudante com Down a biblioteca que: potencializa as habilidades do indivíduo, estimula a leitura de livros de imagem e desenvolve a interação com os jogos simbólicos. Sugere-se a necessidade de realizar cursos de capacitação para que estas profissionais saiba utilizar os jogos e recursos disponíveis na biblioteca aos alunos com deficiência intelectual.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Edilmar. O bibliotecário e a educação: nossa profissão está majoritariamente ligada à pedagogia. **Revista Biblioo**, jun. 2013. Não paginado Disponível em: < <http://biblioo.cartacapital.com.br/o-bibliotecario-e-a-educacao/>>. Acesso em: 26 set. 2017.
- AMARAL, Lígia A. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Diferenças e preconceitos na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998. p. 11-30.
- APARECIDA DE GOIÂNIA. Lei nº 2. 428, de 5 de janeiro de 2004. Amplia o quantitativo de cargos e carga horária, nos quadros do plano de carreira e vencimentos dos servidores da prefeitura municipal de Aparecida. **Leis Municipais**, Aparecida de Goiânia, 5 de jan. 2004. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/go/a/aparecida-de-goiania/lei-ordinaria/2004/243/2428/lei-ordinaria-n-2428-2004-amplia-o-quantitativo-de-cargos-e-carga-horaria-nos-quadros-do-plano-de-carreira-e-vencimentos-dos-servidores-da-prefeitura-municipal-de-aparecida>>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050** - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. Disponível em: < <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/pessoa-deficiencia/norma-abnt-NBR-9050>>. Acesso em: 20 dez. 2016.
- BARBOSA, Robson Gomes; LEVANDOSKI, Cláudia. **A importância da leitura na família e na escola**. [S.l. : s.n.], [200-]. Disponível em: <<http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/4984569.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.
- BARROS, Maria Helena T. C. de. De leitura, classes especiais e bibliotecas escolares. In: _____; BORTOLN, Sueli; SILVA, Rovilson José da. **Leitura**: mediação mediador. São Paulo: FA, 2006. p. 147-155.
- BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003. 238 p.
- BERGER, P.; BERGER, B. Socialização: como ser um membro da sociedade. In: FORACHI, M. L.; MARTINS, J. S. **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: LTC, 1977. p. 200-214.
- BISSOTO, Maria Luísa. Desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas educacionais. **Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 80-88, mar. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212005000100009>. Acesso em: 18 jul. 2017.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: BOCK; GONÇALVES; FURTADO (Org.). **Psicologia sócio-histórica**: uma perspectiva crítica em psicologia. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 21-46.

Disponível em: <
http://www.cortezeditora.com/Algumas_paginas/Psicologia_socio_historica.pdf>.
Acesso em 27 set. 2017.

BOMTEMPO, E. A brincadeira de faz de conta: lugar do simbolismo, da representação, do imaginário. In: KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 63-80.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Senado Federal: Brasília, DF. p. 60-61.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência [...]. **Planalto**, Brasília, DF, 25 ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 20 out. 2016.

BRASIL. Decreto nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Planalto**, Brasília, DF, 24 maio 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm>. Acesso em: 20 out. 2016.

BRASIL. Lei - de 15 de Outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império. **Collecção das Leis do Império do Brazil**, Rio de Janeiro, 1827. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 11 ago. 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Ministério da Educação**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Planalto**, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 21 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Especial. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca: MEC, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Especial. **Educação inclusiva**: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília, DF: SEESP, 2006. 68 p. Disponível em: <

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12664%3Aducacao-inclusiva-atendimento-educacional-especializado-para-a-deficiencia-mental&catid=192%3Aseesp-esducacao-especial&Itemid=860>. Acesso em: 18 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em:<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_pessoa_sindrome_down.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2017.

BUCKLEY, S. J.; BEADMAN, J.; BIRD, G. Leitura e escrita para crianças com síndrome de Down (5-11 anos). Problemas e informações sobre síndrome de Down . 2001. In: _____. **Down Syndrome Education on line**, Reino Unido, 2017. Não paginado. Disponível em: < <https://www.down-syndrome.org/information/reading/childhood/>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

BUCKLEY, Sue; BIRD, Gillian. Atender as necessidades educacionais dos alunos com síndrome de Down nas escolas secundárias convencionais. Notícias sobre Síndrome de Down e Atualização, n. 4, v. 1, p. 159-174, 1999. In: _____. **Down Syndrome Education on line**, Reino Unido, 2017. Não paginado. Disponível em: < <https://www.down-syndrome.org/practice/148/>> Acesso em: 19 ago. 2017.

CAMPELLO, Bernadete. A escolarização da competência informacional. **Revista de Biblioteconomia e Documentação**: nova série, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 63-77, dez. 2006. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/18/6>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

CASTRILLÓN, Silvia. Modelo flexível para um sistema de bibliotecas escolares. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE BIBLIOTECAS ESCOLARES, 1., 1982, Brasília, DF. **Anais...** Brasília: UNB : INL, 1982. p. 1-195. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001844.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2017.

CAVALCANTI, Ivanilda B.; ARAÚJO, Claudialyne S.; DUARTE, Emeide N. O bibliotecário e as ações culturais: um campo de atuação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 21-34, 2015. Disponível em: < <http://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/16626/14651> >. Acesso em 28 set. 2017.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CHAPMAN, R. S.; HESKETH, L. J. Linguagem, cognição e memória de curto prazo em indivíduos com síndrome de Down. Pesquisa e Prática de Síndrome de Down, n. 7, v. 1, p. 1-7, 2001. In: _____. **Down Syndrome Education on line**, 2017. Não paginado. Disponível em: < <https://www.down-syndrome.org/reviews/108/>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

COLL, César. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Porto Alegre:

Artes Médicas, 1994. 159 p.

CORDAZZO, Scheila Tatiana Duarte; VIEIRA, Mauro Luís. A brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 92-104, abr. 2007. Disponível em: <http://www.e-publicacoes_teste.uerj.br/ojs/index.php/revispsi/article/view/10951/8649>. Acesso em: 28 set. 2017.

CÔRTE, A. R.; BANDEIRA, S. P. **Biblioteca escolar**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2011. 176 p.

CUNHA, Miriam Figueiredo Vieira da. O papel social do bibliotecário. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 41-46, jan. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/99/5234>>. Acesso em: 27 set. 2017.

CURADO, Bento A. A. F. Páginas soltas no inventário do tempo: história do livro e da biblioteca em Goiás. In: GOIÁS (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Biblioteca escolar: uma ponte para o conhecimento**. Goiânia: SEDUC, 2009. p. 9-20.

DALLA DÉA, Vanessa Helena Santana; DUARTE, Edison. **Síndrome de Down: informações, caminhos e histórias de amor**. São Paulo: Phorte, 2009. 336 p.

DELORS, Jacques. A educação ou a utopia necessária. In: DELORS, Jacques et al. **Educação um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI**. Brasília, DF: UNESCO, 2010. p. 5-25. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2017.

DIAS, Maria Matilde Kronka et al. Capacitação do bibliotecário como mediador do aprendizado no uso de fontes de informação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, p. 1-16, dez. 2004. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2070/2200>>. Acesso em: 12 out. 2016.

DOMINGUES, Fernanda et. al. Atividade de leitura na educação especial: uso da biblioteca escolar e brinquedoteca. **Rev. ABC**, v. 11, n. 1, p. 221-232, jan./jul. 2006. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/479/611>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 92 p.

FREITAS, Neli Klix. Educação inclusiva e cidadania: aproximações e contradições. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, SP, v. 5, n. 1, p. 40-56, maio, 2011. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br>>. Acesso em: 18 set. 2017.

GASQUE, Kelley Cristine. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Rev. Ci. Inf.**, Brasília, DF: v. 39, n. 3, p. 83-92, set./dez. 2010. Disponível em: <

<http://www.scielo.br/pdf/ci/v39n3/v39n3a07.pdf>> Acesso em: 18 set. 2016.

GASQUE, Kelley Cristine; COSTA, Sely Maria de Souza. Comportamento dos professores da educação básica na busca da informação para a educação continuada. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 54-61, set./dez. 2003. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/636/1/ARTIGO_ComportamentoProfessoresEduca%C3%A7%C3%A3oB%C3%A1sica.pdf>. Acesso em: 26 set. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. Atlas: São Paulo, 2010. 184 p.

HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Regina Bories. Biblioteca escolar e a leitura. **Revista ACB**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 35-45, ago. 2005. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/404/508>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

HOLANDA, Renata Carneiro; BOTLER, Alice. **Bibliotecas escolares e o desempenho do IDEB na rede municipal de ensino do Recife**. Recife: [s.n.], [2015]. Não paginado. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:4W6rbDnY7-QJ:sociologia-
alas.org/acta/2015/GT-32/Bibliotecas%20escolares%20e%20o%20desempenho%20no%20ideb%20na%20rede%20municipal%20de%20ensino%20do%20recife.docx+&cd=5&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:4W6rbDnY7-QJ:sociologia-
alas.org/acta/2015/GT-32/Bibliotecas%20escolares%20e%20o%20desempenho%20no%20ideb%20na%20rede%20municipal%20de%20ensino%20do%20recife.docx+&cd=5&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 03 dez. 2016.

IBGE. **Censo demográfico 2010: educação e deslocamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Não paginado. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/educacao_e_deslocamento/default.shtm>. Acesso em 16 maio 2017.

IBGE. Cidades. **Aparecida de Goiânia: história e fotos**. 2017. Não paginado. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/go/aparecida-de-goiania/historico>>. Acesso em 16 maio 2017.

IFLA. **Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar**. 2. ed. rev. [s.l. : s. n.], 2015. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

JATOBÁ, Carla Mercês da Rocha. **Eles conseguem**: um estudo sobre alfabetização em crianças com síndrome de Down. 1995. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1995.

LIMA, Cátia Cristina de; LIMA, Katianne de. **A auto-imagem do bibliotecário versus a visão social**: uma análise da valorização profissional. 2009. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia)-Instituto de Ciências Humanas Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009. Disponível em: <<http://www.ichca.ufal.br/graduacao/biblioteconomia/v1/wp-content/uploads/tcc-2009-catia-e-katianne-a-auto-imagem-do-bibliotecario.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

LOMÔNACO, José Fernando Bittencourt. A natureza da aprendizagem. In: RAPPAPORT, Clara Regina (Coord.). **Psicologia da aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1984. cap. 1, p. 1-7.

MAFRA, Sônia Regina Corrêa. **O lúdico e o desenvolvimento da criança deficiente intelectual**. Paraná: SEED, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2444-6.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

MANGE, Ernest Robert de Carvalho. **1846 Escola normal de São Paulo**: atual Escola Estadual Caetano de Campos. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, 2002. Não paginado. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/1846_escola_normal.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2017.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por que? como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003. 105 p. Coleção Cotidiano Escolar.

MARUNY CURTO, Lluís et al. **Escrever e ler**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

MELO, Freud de. **Aparecida de Goiânia: do zero ao infinito**. Goiânia: Asa, 2002.

MELO, Keila Matida; ALMEIDA, Sylvia R. Concepções de leitura em histórias de professores. In: SANTOS, Andréa Pereira dos; CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Identidade, gênero e a palavra: diferentes práticas de leitura**. Goiânia: UFG, 2015. p. 33-51.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 107 p.

MONTEIRO, Jorge L. S.; CUNHA, Karla R.; LIMA, Roseneli. O papel do bibliotecário como mediador da informação: o lúdico como fonte de disseminação da informação para pessoas com necessidades educacionais especiais. **EREBD**, Cariri, 2012. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/download/2170/1422>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

MORAES, Rubens Borba. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. 259 p.

MORENO, Edinei Antônio et al. A formação continuada dos profissionais bibliotecários: análise do conteúdo dos sites das entidades de classe. **Revista ACB**, v. 12, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/494/637>>. Acesso em: 26 set. 2017.

MUSTACCHI, Zan. **Guia do bebê com síndrome de down**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Associação Mais 1, 2009. 56 p. Disponível em: <http://www.ribdown.org.br/guia_do_bebe.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

MUSTACCHI, Zan. Síndrome de Down. In: MUSTACCHI, Zan; PERES, Sérgio. **Genética baseada em evidências: síndromes e heranças**. São Paulo: CID Editora, 2000.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. As livrarias jesuíticas no Brasil colonial. **Fórum Educ.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1/2, p. 46-55, fev./maio, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/fe/article/viewFile/61035/59256>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre a deficiência**. São Paulo: SEDPcD, 2011. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2017.

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T. A. Queiroz : EDUSP, 1984. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/220363896/Isaias-Pessotti-Isaias-Deficiencia-Mental-Da-Supersticao-a-Ciencia-pdf>>. Acesso em: 26 set. 2017.

PETRY, André. A revolução do pós-papel. **Veja**, São Paulo, ano 45, n. 51, 19 dez. 2012. Edição 2.300.

PIECZKOWSKI, Tania M. Z. Inclusão escolar de crianças com deficiência intelectual: influências de Vygotsky. In: PIECZKOWSKI, Tania M. Z.; NAUJORKS, Maria Inês (Org.). **Educação, inclusão e acessibilidade: diferentes contextos**. Chapecó: Argos, 2014. p. 189-216.

PIMENTEL, Graça; BERNARDES, Liliane; SANTANA, Marcelo. **Biblioteca escolar**. Brasília, DF: UNB, 2007. 117 p. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/biblio_esc.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2016.

PIMENTEL, Susana Couto. **(Con) viver (com) a síndrome de down em escola inclusiva: mediação pedagógica e formação de conceitos**. 2007. 212 f. Tese (Doutorado)-Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/10562/1/Tese_Susana%20Pimentel.pdf>. Acesso em: 27 set. 2017.

PINHO, Antônio Carlos; MACHADO, Ana Lúcia. História das bibliotecas. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **História e origem**. Paraná: SEED, [200-]. Não paginado. Disponível em: <<http://www.slinestorsantos.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/11/2590/17/arquivos/File/Biblioteca/bibliotecaorigem.htm>>. Acesso em: 18 maio 2017.

PUESCHEL, Siegfried (Org.). **Síndrome de down: guia para pais e educadores**. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. Biblioteca Infantil da Caetano de Campos: a primeira das primeiras. **Caetano de Campos**, São Paulo, 2013. Não paginado.

Disponível em: < <https://ieccmemorias.wordpress.com/2013/04/11/biblioteca-infantil-da-caetano-de-campos-a-primeira-das-primeiras/>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

ROSA, Anelise Jesus Silva da. A prática de ação cultural em bibliotecas. **Revista ACB**, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 372-381, nov. 2009. Disponível em: < <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/675> >. Acesso em: 28 set. 2017.

RUIZ, Emílio Rodríguez. **Adaptaciones curriculares individuales para los alumnos con Síndrome de Down**. Cantabria, Espanha: La Fundación Down Cantabria, 2008. Disponível em: <<http://www.downcantabria.com/articuloE8.htm>>. Acesso em 13 out. 2016.

SANTOS, Andréa Pereira dos. **Biblioteca e formação de professores ou a biblioteca na formação de professores**. [S.l. : s.n.], [2009]. Disponível em: < http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem20/COLE_2407.pdf> Acesso em: 20 jan. 2017.

SANTOS, Andréa Pereira dos. O bibliotecário além das margens no processo de letramento informacional. In: AMORIM, Antonio Carlos; WUNDER, Alik (Orgs). **Leituras sem margens**. Campinas: Leitura Crítica, 2014. p. 352-363.

SANTOS, Andrea Pereira; MARICATO, João Melo; SILVEIRA, Raidan Cruz. As disciplinas de didáticas em cursos de pedagogia no Brasil e a ocorrência da temática biblioteca escolar: um estudo bibliométrico das influências bibliográficas. **Revista USP**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p.37-54, 2015. Trimestral. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106615/0>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

SANTOS, Talita Rocha; OLIVEIRA, Francismara Neves. As interações sociais e o brincar da criança com síndrome de down. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 8., 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2008. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/autores8.html>>. Acesso em: 28 set. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 1.216, de 27 de abril de 1904. Approva e manda observar o Regimento Interno dos Grupos Escolares e das Escolas Modelo. **UFSC**. São Paulo, 27 abr. 1904. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/156565>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 1.253, de 28 de novembro de 1904. Approva e manda observar o regimento interno dos grupos escolares. **Assembléia Legislativa de São Paulo**. São Paulo, 28 nov. 1904. Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1904/decreto-1253-28.11.1904.html>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: VIVARTA, Veet (Coord.). **Mídia e deficiência**. Brasília, DF: Andi : Fundação Banco do Brasil, 2003. p. 160-165.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira. **HISTEDBR**, Campinas, 2014. Não paginado.

Disponível

em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html>.

Acesso em: 05 jun. 2017.

SILVA, Eduardo Valadares; VENTORIM, Silvana. A condição docente do bibliotecário escolar na educação básica. **Bibl. Esc. em R.**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, p. 94-108, 2016.

Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/berev/article/download/110277/112082>>.

Acesso em: 26 set. 2017.

SILVA, Ezequiel T. A dimensão pedagógica do trabalho do bibliotecário. In: _____.

Leitura na escola e na biblioteca. 4. ed. Campinas: Papirus, 1993.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e a análise da Lei 12.244/10. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**,

Florianópolis, v.16, n.2, p. 489-517, jul./dez. 2011. Disponível em:

<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/download/797/pdf_63>. Acesso em: 20 fev.

2017.

SILVA, Maria Simone Calixto da. **O perfil do professor da rede estadual no município de Serra Branca-PB**: uma análise educacional sobre a formação inicial e continuada. 2014. 44 f. Monografia (Especialização)-Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, Paraíba, 2014.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 1995. 120 p.

TADA, Iracema Neno Cecílio; SOUZA, Marilene Proença Rebello. Síndrome de down, sentidos e significados: contribuições da teoria histórico-cultural. **Boletim de Psicologia**, v. LIX, n. 130, 2009. Disponível em: <

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v59n130/v59n130a02.pdf>>. Acesso em: 27 set.

2017.

TODOROV, João Claudio. Sobre uma definição de comportamento. **Perspectivas**, v.3, n. 1, p. 32-37, 2012. Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-35482012000100004)

[35482012000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-35482012000100004)>. Acesso em: 18 set. 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

UNESCO. **Declaração universal dos direitos humanos (1948)**. Brasília, DF:

UNESCO, 1998. Disponível em: <

<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em 20 dez.

2016.

UNICEF. **Declaração mundial sobre a educação para todos**. Jomtien: UNICEF

Brasil, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm>.

Acesso em: 10 jul. 2016.

VALENTIM, Marta Ligia Pomim. O moderno profissional da informação: formação e perspectiva profissional. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 16-28, jan. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2000v5n9p16/5058>>. Acesso em: 26 set. 2017.

VÁLIO, E. B. M. Biblioteca escolar: uma visão histórica. **Trans-in-formação**, v. 2, n. 1, p. 15-24, jan./abr. 1990. Disponível em: <periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/download/1670/1641>. Acesso em: 05 jun. 2017.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta; FARIA FIHO, Luciano; GREIVAS, Cynthia (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas**: fundamentos de defectología. Tomo V. Madrid: Visor, 1997.

WITTER, Geraldina Porto. Modelos behavioristas. In: RAPPAPORT, Clara Regina (Coord.). **Psicologia da aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1984. cap. 2, p. 9-28.

APÊNDICE A – Questionário sobre biblioteca escolar e o SD

ENDEREÇO DE EMAIL

1 Aceita participar desta pesquisa? *

Esta pesquisa deve ser respondida pelo profissional responsável pela Biblioteca Escolar. *Marcar apenas uma oval.*

() Sim () Não *Ir para "Agradecimentos".*

DO PROFISSIONAL

2 Nome da instituição na qual trabalha e data de fundação da escola?

3 Seu nome *

4 Qual a sua faixa etária? * *Marcar apenas uma oval.*

() 20 a 30 anos () 31 a 40 anos () 41 a 50 anos () mais de 51 anos

5 Qual a sua formação acadêmica? * *Marcar apenas uma oval.*

() Bibliotecária () Pedagoga () Outro

6 Qual o ano da sua graduação e a instituição em que cursou?

7. Possui curso de pós-graduação? Se sim, qual o curso e o ano de término? *

8. Qual o tempo de atuação na atual biblioteca e a sua carga horária semanal de trabalho? *

9. Você já fez algum curso de formação continuada (capacitação) na área de Educação Inclusiva ou Educação Especial? Qual, onde e o ano? *

10. Já fez algum curso de formação continuada para trabalhar com pessoas com deficiência intelectual/Síndrome de Down? Se sim, qual, onde e o ano de término?

DO ESTUDANTE SÍNDROME DE DOWN

11. A escola possui alunos com síndrome de down? Se sim, quantos, a idade e o ano que está cursando?

12. O que você entende por Síndrome de Down?

13. Esses estudantes com síndrome de down são alfabetizados?

() sim () não

14. Conseguem conceituar objetos? Ou tem alguma dificuldade em nomear e identificar objetos, pessoas, a função das pessoas na sociedade e na família?

15. Esses estudantes frequentam a Biblioteca Escolar? Se sim, qual a frequência em dias ou horas?

16. Qual o comportamento desses estudantes ao visitar à Biblioteca Escolar?
17. Quais as maiores dificuldades que você encontra no trabalho com os estudantes com síndrome de down, na Biblioteca?

A BIBLIOTECA ESCOLAR

18. Qual o horário de funcionamento da Biblioteca?
19. A Biblioteca é aberta à comunidade em geral, ou apenas a comunidade escolar?
20. As famílias das crianças com síndrome de down frequentam a Biblioteca?
() sim () não () às vezes
21. Você considera a Biblioteca, na qual atua, um local inclusivo? Por que?
22. A Biblioteca possui jogos educacionais adaptados para os estudantes com síndrome de down? Se sim, cite alguns?
23. Quais os recursos utilizados na Biblioteca para esses usuários?
24. A Biblioteca promove ações específicas para os estudantes síndrome de down? 25. Quais e quando ocorreu a última ação?
25. O que impede o desenvolvimento de ações para esse usuário?
() Recursos financeiros () Corpo administrativo (direção e coordenação)
() Corpo docente () Formação continuada () Outros
26. Se respondeu "outros" na questão anterior, justifique a sua resposta?
27. De que forma a Biblioteca tem favorecido ensino-aprendizagem desses estudantes?
28. Na sua percepção, que tipo de atividades poderiam ser desenvolvidas para as crianças com síndrome de down na Biblioteca?
29. A escola possui professor de apoio para essas crianças?
() sim () não
30. Há algum trabalho desenvolvido em parceria com esse professor de apoio? Se sim, quais os trabalhos?
31. Os professores regentes buscam auxílio na Biblioteca para elaborar material específico às necessidades desses alunos?
32. Quais os tipos de material que os professores buscam, para elaborar as atividades?

Agradeço por sua participação na nossa pesquisa, as suas informações são de suma importância para esta área do conhecimento. Juntas construiremos uma nova história no uso da Biblioteca Escolar por estudantes com Síndrome de Down.

APÊNDICE B – As muitas facetas de Victória Pollyana

A frequência na escola de ensino regular contribui significativamente na vida do SD. A Figura 3 apresenta alguns momentos culturais vivenciados em uma escola estadual, além dos jogos de quebra-cabeça praticados em casa.

Figura 3 - Vivência escolar de Victória Pollyana



Fonte: Acervo pessoal da autora. Fotos da 1ª fase do ensino fundamental.

Na Figura 4 a Victória é uma adolescente, portanto busca experiências diferentes. Assim como na Figura 3 ela participa de eventos culturais e folclóricos na escola, além dos eventos que estimulam a atuação profissional. Como pode ser visto na segunda imagem da esquerda para a direita na Figura 4, ela está aprendendo a maquiar. O Evento da Juventude promovido pelo Colégio Militar, local em que estuda atualmente, permitiu a ela a experiência de andar a cavalo. Com luta e persistência chegaremos na sociedade inclusiva que almejamos.

Figura 4 - A juventude de Victória Pollyana



Fonte: Acervo pessoal da autora. Fotos de evento cultural e social.

ANEXO A– Termo de anuência

TERMO DE ANUÊNCIA

A Escola Municipal xxxxxxxxxxxxxxxx está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “A **Biblioteca escolar: mediadora no processo de ensino aprendizagem do estudante síndrome de down**”, coordenado pela pesquisadora Andrea Pereira dos Santos, desenvolvido em conjunto com a estudante Keyla Rosa de Faria na **Universidade Federal de Goiás**.

A Escola Municipal xxxxxxxxxxxxxxxx assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados durante os meses de maio 2017 até Junho 2017.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso da pesquisadora responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados.

Aparecida de Goiânia, _____ de _____ de 2017.

Diretor

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Sra. _____ está sendo convidada a participar, como voluntária, da pesquisa intitulada “**A Biblioteca escolar: mediadora no processo de ensino aprendizagem do estudante síndrome de down**”. Meu nome é Keyla Rosa de Faria sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é a Biblioteconomia. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizada de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail (**keylarosa6@gmail.com**) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: **(62) 99133-8828**. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, no telefone (62)3521-1215.

1 Informações Importantes sobre a Pesquisa:

A pesquisa que tem por título: “**A Biblioteca escolar: mediadora no processo de ensino aprendizagem do estudante síndrome de down**” tem por **objetivo**: Analisar a atuação da biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com Síndrome de Down da rede municipal de ensino de Aparecida de Goiânia. E por **objetivos específicos** são: 1. Compreender em que medida a biblioteca tem favorecido o processo de ensino aprendizagem; 2. Identificar se os recursos utilizados na biblioteca são acessíveis ao aluno; 3. Analisar as ações desenvolvidas na biblioteca para esses estudantes. Com os objetivos da pesquisa aqui apresentada, faz-se necessário a aplicação de questionários, visando à coleta e tabulação dos dados. Os questionários foram elaborados e conceituados, com base em questões que norteiam a inclusão, o uso

de recursos e as ações desenvolvidas na biblioteca. A pesquisa será de cunho qualitativo, para melhor compreensão dos dados.

A pesquisa terá sigilo na identificação do participante, não serão divulgados nomes ou imagens. O questionário não conterá questões que possam identificar o participante. O participante terá total liberdade de se recusar a participar da pesquisa, sendo essa realizada de forma voluntária, tendo o mesmo total liberdade para retirar o seu consentimento da participação da pesquisa, não sendo penalizado de nenhuma forma.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu, _____,
inscrito sob o RG _____ CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “A Biblioteca escolar: mediadora no processo de ensino aprendizagem do estudante síndrome de down”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora responsável Andréa Pereira dos Santos, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Aparecida de Goiânia, ____ de _____ de _____.

Assinatura por extenso da participante

Assinatura por extenso da pesquisadora responsável